



DEPARTAMENTO DE ÁREAS ACADÊMICAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

GOIÂNIA – GO  
NOVEMBRO/2024

# **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS**

Oneida Cristina Barcelos Irigon

Reitora

Tauã Carvalho de Assis

Diretor Executivo

Lorena Pereira de Souza Rosa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Willian Batista dos Santos

Pró-Reitoria de Extensão

Sandra Abadia Ferreira

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Humano

Diego Silva Xavier

Pró-Reitor de Administração

Maria Valeska Lopes Viana

Pró-Reitoria de Ensino

Karla Ferreira Dias Cassiano

Diretora de Políticas em Educação Básica e Superior

Manoel Lucas da Silva

Coordenador dos Cursos Superiores

Alessandro da Costa

Procurador Institucional

Cleberson Pereira Arruda

Diretor Geral – Câmpus Goiânia Oeste

Adriam Marcos da Silva

Gerência de Administração

Ingrid Aline de Jesus Goncalves

Gerência de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Karinne Machado Silva

Chefe do Departamento de Áreas Acadêmicas

Victor Racy Abdalla

Coordenação Acadêmica

Dayanna Pereira dos Santos

Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia

**Equipe de Elaboração e Sistematização do PPC (2014-1)**

Jullyana Borges Freitas  
Oneida Cristina Gomes B. Irigon  
Rachel Benta Messias Bastos

**Colaboradores (2014-1)**

André Rodrigues Coimbra – IFG/Câmpus Inhumas  
Ana Cristina Gomes de Jesus – IFG/Câmpus Goiânia  
Ana Júlia Rodrigues Carvalho – IFG/Câmpus Luziânia  
Dirceu Luiz Hermann – IFG/Câmpus Águas Lindas  
Denise Nogueira – IFG/Câmpus Goiânia  
Dorian Erich de Castro – IFG/Câmpus Goiânia Oeste Geovana Reis – FE/UFG  
Hermes Alves Borges – IFG/Câmpus Goiânia Oeste Joana Peixoto – IFG/Câmpus Goiânia  
Kaithy das Chagas Oliveira – IFG/Câmpus Formosa  
Keila Matilda de Melo Costa – FE/UFG  
Késia Mendes Barbosa Oliveira – IFG/Câmpus Aparecida de Goiânia  
Letícia Érica Gonçalves Ribeiro – IFB/Câmpus São Sebastião  
Luciana Ribeiro - IFG/Câmpus Aparecida de Goiânia  
Lueli Nogueira da Silva – FE/UFG  
Mad'Ana Ribeiro de Castro – IFG/Câmpus Goiânia Oeste  
Martha Rodrigues de Paula Manrique – IFG/Câmpus Goiânia Oeste  
Ramon Marcelino Ribeiro Júnior – IFG/Câmpus Goiânia Oeste  
Waléria Vaz - IFG/Câmpus Aparecida de Goiânia

**Equipe de (re)elaboração e Sistematização do PPC (2016-2 2017-1)**

Rachel Benta Messias Bastos  
Luciana Maria de Almeida  
Ana Beatriz Machado de Freitas  
Catarina Malheiros da Silva  
Fernanda Alves de Oliveira

**Colaboradores – professores IFG Goiânia Oeste (2016-2 2017-1)**

Adria Assunção Santos de Paula  
Aelton Leonardo Santos Barbosa  
Alessandro da Costa  
André Rodrigues Coimbra  
Doriam Erich de Castro  
Hermes Alves Borges  
Leonardo Martins da Silva  
Maria Valeska Lopes Viana  
Martha Rodrigues de Paula Manrique  
Marta Jane da Silva  
Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon  
Ramon Marcelino Ribeiro Júnior  
Suzy Mara Gomes  
Telma Aparecida Teles Martins Silveira

**Colaboradores – técnico-administrativo (2017-1)**

Shilton Carvalho dos Reis

Lenir Jesus Barcelos Coelho

Igor Luis Ribeiro Teodorico

Clarice Gomes Neves

Lourena Cristina de Souza Barreto

Letícia Cunha Fernandes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)<sup>123</sup>**

CNPJ – 10870883/000-44

Razão social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG - GO

Nome Fantasia: IFG/Câmpus Goiânia Oeste

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: R. F 17 - Vilage Santa Rita

Cidade/UF/CEP: Goiânia – GO. Cep: 74395-160.

Telefone/Fax: (62) 3237-1800

E-mail de contato: [gabinete.goianiaoste@ifg.edu.br](mailto:gabinete.goianiaoste@ifg.edu.br)

Site da unidade: <http://www.ifg.edu.br/goianiaoste>

Grande área: EDUCAÇÃO

<b>HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÕES E ESPECIALIZAÇÕES</b>		
<b>Habilitação:</b> Educador social com ênfase nos distintos processos educativos, prioritariamente, a “Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” <sup>4</sup> .		
<b>ESTRUTURAÇÃO DO CURSO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>
1. Disciplinas	obrigatórias	2.079
	optativas	108
2. Trabalho de Conclusão do Curso – I e II (TCC)		216
3. Estágio Curricular Supervisionado (ECS)		432
4. Prática como Componente Curricular (PCC)		432
Atividades complementares		200
<b>Carga Horária Total do Curso</b>		<b>3.467</b>

<sup>1</sup> Este Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia trata-se, especificamente, da elaboração textual a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº1/2006). Portanto, a elaboração textual baseada nos fundamentos filosóficos, sócio-históricos da educação será realizada a partir do segundo semestre de 2014 juntamente com o coletivo de professores do curso.

<sup>2</sup> A Resolução nº 048, de 06 de outubro de 2014 é o primeiro documento institucional referente à aprovação do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia do Câmpus Goiânia Oeste.

<sup>3</sup> Habilitação que consta na Resolução CNE/CP nº 1/2006.

## Sumário

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO CURSO .....	8
1.1 Justificativa.....	8
1.2. Objetivos.....	16
1.2.1 Gerais.....	16
1.2.2 Específicos.....	16
1.3. Perfil do Educador Social.....	17
2. REQUISITOS PARA ACESSO AO CURSO.....	19
3. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS .....	20
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	21
4.1 Detalhamento das Disciplinas/cargas-horárias.....	22
4.1.1 Núcleo I - Estudos básicos/formação geral .....	22
4.1.2 Núcleo II - Aprofundamento e diversificação de estudos/área de atuação profissional .....	23
4.1.3 Núcleo III - Estudos integradores/ para enriquecimento curricular .....	24
4.1.4 Disciplinas optativas.....	25
4.2 Matriz Curricular .....	28
4.2.1. Fluxograma – Licenciatura em Pedagogia IFG Goiânia Oeste.....	32
4.3. Estágios .....	33
4.3.1. Estágio Curricular Supervisionado.....	33
4.3.1.1 Das características do ECS .....	34
4.3.1.2 Da natureza dos Estágios curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia .....	36
4.3.2. Estágio Não-obrigatório .....	41
4.3.2.1. Das características do Estágio Não-obrigatório.....	42
4.3.2.2 Da natureza dos Estágios Não-obrigatórios .....	43
4.4 Atividades Complementares.....	44
4.5 Prática como Componente Curricular (PCC).....	45
4.5.1. Relatos de experiências – Projetos da PCC.....	49
4.6 Trabalho de Conclusão de Curso.....	50
4.7 Currículo integrado e a legislação nacional.....	51
4.7.1 Educação Ambiental.....	53
4.7.2 Ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena .....	54

4.7.3. Educação em direitos humanos .....	55
4.8. Ementa das disciplinas .....	57
5. METODOLOGIA DO CURSO .....	57
5.1. Eventos acadêmico-científicos .....	58
5.2. Apoio pedagógico ao discente .....	58
5.3. Assistência estudantil .....	59
5.4. Atendimento pedagógico docente .....	59
5.5. Atendimento às necessidades educacionais especiais, com ênfase à formação para o atendimento às condições de deficiência na perspectiva inclusiva .....	59
5.6. Ações didático-metodológicas e os critérios de avaliação da aprendizagem aplicados ao alunos do curso .....	65
6. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) .....	66
6.1. Composição do NDE do curso de Licenciatura em Pedagogia .....	67
7. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO .....	70
7.1. Das características da Coordenação de curso .....	71
8. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES .....	71
9. FUNCIONAMENTO .....	72
10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS .....	73
10.1. Laboratório de ensino .....	74
10.2. Espaço lúdico de desenvolvimento e aprendizagem/Brinquedoteca .....	74
10.3 Biblioteca.....	75
11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO – ADMINISTRATIVO ENVOLVIDO NO CURSO .....	76
11.1 Pessoal Docente.....	76
11.2 Técnico – Administrativo .....	78
12. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO .....	81
13. CERTIFICADOS E DIPLOMAS EXPEDIDOS AOS CONCLUINTES DO CURSO .....	83
14. ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO .....	84
14.1. Ações de pesquisas e extensão: .....	88
15. BIBLIOGRAFIA .....	90
ANEXO I - Ementário do curso .....	97

ANEXO II - Projeto do Laboratório de Ensino.....	135
ANEXO III - Espaço lúdico de aprendizagem e desenvolvimento/Brinquedoteca).....	147

## 1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO CURSO

### 1.1 Justificativa

O Instituto Federal de Goiás (IFG) compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que também criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Trata-se de especificidades que constituem o Sistema de Ensino Federal pertencente ao Ministério da Educação (MEC).

A Lei nº 11.892/2008 estabelece como um dos objetivos dos Institutos, no Capítulo II, Seção III, Art. 7º, inciso VI, ministrar em nível de educação superior, entre outros os “b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). A esse respeito à Lei ainda determina, no Art. 8º, que os Institutos no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas devem garantir “[...] o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º” (BRASIL, 2008).

O Instituto Federal de Goiás (IFG), em cumprimento a essa Lei nº 11.892/2008 por meio de políticas e ações institucionais, estabeleceu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - documento que orienta o planejamento da instituição tanto no plano acadêmico quanto administrativo referente ao período de 2012 a 2016<sup>4</sup> - As Metas da Instituição. A esse respeito, destaca-se a meta 4 referente a

“Adequação da oferta de vagas à exigência legal de 20% para cursos de licenciatura, contemplando todos os Câmpus (GOIÁS, 2013a, p. 23)” e a meta 10 sobre a “Consolidação da política de priorização do acesso aos cursos de licenciatura para os professores da rede pública de ensino, com destinação de 50% das vagas a este público” (GOIÁS, 2013a, p. 24). Além de metas, consta no PDI, como Políticas de Ensino, as Diretrizes Curriculares para a atuação na oferta de Cursos de Licenciatura no IFG, cuja finalidade também é cumprir com as normativas da lei.

Atualmente, o Instituto Federal de Goiás (IFG) têm ofertado onze cursos de Licenciatura, em: Artes visuais (Cidade de Goiás), Ciências Biológicas (Câmpus Formosa), Física (Câmpus Goiânia e Jataí), História (Câmpus Goiânia), Matemática (Câmpus Goiânia), Química

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://www.ifg.edu.br/index.php/pdi>

(Câmpus Anápolis, Inhumas, Itumbiara, Luziânia e Uruaçu), Ciências Sociais (Anápolis e Formosa), Dança (Aparecida de Goiânia), Pedagogia Bilíngue (Aparecida de Goiânia), Letras (Goiânia) e Música (Goiânia). A oferta desses cursos caracteriza-se, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática, como determina o Art. 7º da Lei 11.892/2008, mas também está relacionada com a concretização das Políticas Educacionais, das Diretrizes dos cursos e da formação inicial e continuadas de professores.

A educação básica é um dos níveis de ensino que constitui a Educação escolar determinada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. É formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Em relação a essa caracterização da educação básica, verifica-se que a oferta dos cursos de Licenciatura do IFG em Química, Física, Matemática, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Letras e História está principalmente relacionada à formação docente para atuar na Educação escolar na segunda fase do ensino fundamental e no ensino médio. No entanto, o Instituto Federal de Goiás (IFG) com a proposta de criação da Licenciatura em Pedagogia, pelo Câmpus em implantação Goiânia Oeste, inicia assim o processo que amplia e efetiva a oferta de cursos de licenciatura relacionados às outras fases da educação básica. Isto porque uma das habilitações, qualificações e especializações do curso de Licenciatura em Pedagogia, está justamente vinculada à formação e atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, conforme Resolução CNE/CP, Nº 1 de 15 de maio de 2006.

A criação do curso de Licenciatura em Pedagogia no IFG/Câmpus Goiânia Oeste justifica-se como ação institucional de consolidação e intensificação da Política Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica, cuja finalidade envolve tanto a formação de professores que estão em exercício na educação básica pública sem a devida formação em nível superior, quanto a formação de novos docentes para suprir a escassez de profissionais da educação básica. Essa Política Nacional de Formação de

Professores intensificou-se, principalmente, com a proclamação do Decreto 6.755/2009<sup>5</sup>, que trata sobre o Plano Nacional de Professores da Educação Básica. Essa ação constitui o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em vigência desde abril de 2007.

Na sua origem, no âmbito de efetivação da licenciatura no IFG, o curso se estabelece e se justifica pelo eixo e perfil da formação do Educador social, com ênfase na *práxis social* em

---

<sup>5</sup> O Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 foi revogado pelo Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos profissionais da Educação Básica.

distintos processos educativos formais e não formais, os quais estão previstos conhecimentos pedagógicos. O Educador social constitui-se como universalidade instituída pela indissociabilidade de particularidades, tais como: Formação docente: ação educativa, política e cultural; Formação científica: pesquisa como princípio formativo; Formação epistemológica: fundamentos filosóficos-sóciohistóricos da educação; Formação didático-pedagógica: fundamentos e metodologias do ensino; Formação profissional: atuação nos distintos processos educativos (escolares e não escolares) e Formação social: sociedade-ciência-tecnologia (mídias sociais).

Outro aspecto que também justifica a criação do curso de Licenciatura em Pedagogia no IFG refere-se aos dados do Educacenso sobre a formação de professores, pois, de acordo com o Educacenso (BRASIL, 2013), o número de professores da educação básica matriculados em cursos superiores de graduação no Brasil, em 2011, totaliza: 143.759 matriculados na administração pública e 264.106, matriculados na administração privada. Em específico sobre os cursos de Pedagogia foram realizadas 119.799 matrículas, sendo 43.550 na administração pública e 156.249 na administração privada. A legitimação da situação representada por esses dados do Educacenso (BRASIL, 2013) efetiva-se no Estado de Goiás, haja vista que a oferta pública do curso de Licenciatura em Pedagogia ocorre apenas em duas instituições: uma estadual e outra federal. Em Goiânia, apenas uma instituição pública oferta esse curso. Nesse cenário político-social, o Câmpus IFG/Goiânia Oeste tem como função ofertar educação pública com vistas à formação de cidadãos emancipados nos diferentes níveis de escolaridade e modalidades de ensino.

Nacionalmente, essa política educacional da oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia já se tornou cenário em alguns Institutos Federais, dentre eles, Instituto Federal Goiano; Instituto Federal Catarinense; Instituto Federal do Pará; Instituto Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Federal do Paraná, conforme quadro abaixo.

Quadro 1: Cursos de Licenciatura nos Institutos Federais

INSTITUTOS FEDERAIS (IFs)	CURSO SUPERIOR/LICENCIATURA – pesquisa no site oficial dos IFs
1. Instituto Federal do Acre	Matemática; Ciências Biológicas; Física; Química
2. Instituto Federal de Alagoas	Ciências Biológicas; Letras; Matemática; Química
3. Instituto Federal do Amapá	Química; Informática
4. Instituto Federal do Amazonas	Matemática; Ciências Biológicas; Física; Química
5. Instituto Federal da Bahia	Química; Biologia; Geografia; Ciências Agrárias; Ciências da Computação
6. Instituto Federal Baiano	Química; Biologia; Geografia; Ciências Agrárias; Ciências da Computação
7. Instituto Federal de Brasília	Dança; Letras - Língua Espanhola; Letras - Língua Português; Química; Computação; Biologia; Letras/Inglês
8. Instituto Federal do Ceará	Artes Visuais; Ciências Biológicas; Educação Física; Física; Letras; Matemática; Química; Teatro
9. Instituto Federal do Espírito Santo	Informática; Letras/Português; Matemática; Química
10. Instituto Federal de Goiás	Física; Matemática; Música; História; Ciências Sociais; Biologia, Química, Letras, Artes visuais.
11. Instituto Federal Goiano	Ciências Biológicas; Química; Pedagogia; Matemática
12. Instituto Federal do Maranhão	Artes visuais; Física, Biologia; Matemática; Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Química
13. Instituto Federal de Minas Gerais	Ciências Biológicas; Física; Matemática; Computação; Geografia

14. Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Ciências Biológicas/Biologia; Física; Matemática; Química
15. Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Ciências Biológicas; Química; Educação Física; Física; Matemática; Letras – Português e Espanhol
16. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Matemática; Ciências Biológicas; Computação; Educação Física; Educação Profissional e Tecnológica
17. Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Computação; Ciências Sociais; Ciências Biológicas; Química
18. Instituto Federal de Mato Grosso	Ciências Biológicas; Ciências da Natureza; Ciências da Natureza – habilitação em Química; Física; Química; Matemática
19. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Química
20. Instituto Federal do Pará	<b>Pedagogia</b> , Matemática, Geografia, Física, Letras, Biologia, Química
21. Instituto Federal da Paraíba	Educação Física; Física; Matemática; Química
22. Instituto Federal de Pernambuco	Física; Geografia; Matemática; Música; Química
23. Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Química; Música; Física; Computação
24. Instituto Federal do Piauí	Ciências Biológicas; Física; Informática; Matemática Química
25. Instituto Federal do Paraná	<b>Pedagogia</b> ; Artes; Educação Física
26. Instituto Federal do Rio de Janeiro	Física; Matemática; Química
27. Instituto Federal Fluminense	Biologia; Física; Química; Geografia; Letras; Matemática
28. Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Biologia; Ciências da Natureza e Matemática; Espanhol; Física Geografia; Informática; Letras/Espanhol (EAD); Química; Matemática

29. Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Física; Formação de Professores para a Educação Profissional Matemática; Pedagogia; Educação profissional e tecnológica Ciências da Natureza: habilitação Biologia e Química
30. Instituto Federal Farroupilha	Ciências Biológicas
31. Instituto Federal Sul-rio-grandense	Computação; Ciência Biológicas; Física; Química
32. Instituto Federal de Rondônia	Física; Química; Biologia; Matemática
33. Instituto Federal de Roraima	Ciências Biológicas, Letras – Espanhol e Literatura Hispânica; Matemática; Educação Física
34. Instituto Federal de Santa Catarina	Física; Química
35. Instituto Federal Catarinense	Ciências Agrícolas; Física; Matemática; <b>Pedagogia</b> ; Química
36. Instituto Federal de São Paulo	Ciências Biológicas/Biologia; Física; Geografia; Letras; Matemática; Química
37. Instituto Federal de Sergipe	Matemática; Física; Química
38. Instituto Federal do Tocantins	Artes Cênicas; Ciências Biológicas; Computação; Educação Física; Física; Letras; Matemática; Química

Fonte: Lista de IFs que constam na Lei nº 11.892/2008. Pesquisa realizada no período de julho a agosto de 2014, com atualização em dezembro de 2016.

Dessa forma, a oferta, por parte dos Institutos Federais, contribuirá para a universalização do acesso, permanência e êxito ao ensino em instituições públicas. Em específico, no IFG/Câmpus Goiânia Oeste a possibilidade de universalização é engendrada pela conjuntura da região de implantação. Esse Câmpus caracteriza-se como a segunda unidade do IFG na capital, que abrange as regiões Oeste e Noroeste. Em relação a esta última região, os dados do Observatório (GOIÁS, 2013b, p. 50) indicaram, após constatação por meio de entrevistas, a precariedade na qualidade do ensino de modo geral.

Na Região Oeste e Noroeste de Goiânia há predominância de moradias simples e de uma população de baixa renda concentrada no local. Estas regiões caracterizaram-se, por um longo período, como uma espécie de “bolsão de miséria”, fomentada por uma ocupação urbana desordenada que acarreta impactos sociais e ambientais graves. Esta situação decorreu de um processo de metropolização da cidade de Goiânia que acabou impedindo a população carente de residir em bairros mais estruturados, ficando concentrada em regiões periféricas, em formação e sem infraestrutura urbana adequada, como as regiões citadas (GOIÁS, 2013b). Essa realidade, embora perdure na cidade, transferiu-se em grande medida para municípios da Região Metropolitana de Goiânia, a exemplo do Município de Goianira. Nos anos 2000, em função de aprimoramento das políticas públicas de urbanização e de pressão da sociedade civil, surgiram iniciativas de reversão dos referidos impactos (GOIÁS, 2013b).

A Região Oeste de Goiânia, segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SEPLAM), a partir do censo do IBGE realizado em 2010, possui uma população de 125.314 habitantes distribuídos em 164 bairros, o equivalente a 9,62% do total da população do Município de Goiânia. Ainda de acordo com os dados da SEPLAM, a Região Noroeste possuía 75 bairros, totalizando uma população de 164.895 habitantes, o que representa 12,66% do total da população do Município de Goiânia. Composto por aproximadamente 300.209 habitantes (22,28%) que estão distribuídos em 239 bairros de Goiânia (GOIÁS, 2013b).

Nestas regiões, acompanhando a tendência do Município de Goiânia, o Setor Terciário, que reúne os setores de serviços e comércio, grande gerador de oferta de empregos formais em qualquer economia moderna e urbana, assume uma grande importância. Os Subsetores de Comércio Atacadista; de Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização, de Comércio e Administração de Imóveis, Valores Imobiliários, Serviços Técnicos; de Transportes e Comunicações; de Serviço de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação etc.; de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários; e de Ensino somaram 194.439 contratos formais de trabalho no ano de 2010 (GOIÁS, 2013b).

A partir dos dados acima elencados, pondera-se, portanto, que para as regiões Oeste e Noroeste de Goiânia, a oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia pelo IFG contribuirá, além de outros aspectos referentes à demanda social da educação brasileira de formação docente, para a consolidação da integralização curricular do Eixo Científico, Tecnológico e Profissional do Câmpus, Educação e Saúde. A integralização pode efetivar-se com a oferta, implementação, execução e avaliação de Curso Técnico Integrado de Nível Médio tanto do

Eixo Desenvolvimento Educacional e Social, mediante a oferta do curso Técnico em Alimentação Escolar e o Técnico em Orientação Comunitária, quanto do Eixo Ambiente, Saúde e Segurança, com a oferta de cursos como Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Vigilância em Saúde e Técnico em Análises Clínicas. Trata-se de relação entre saúde e educação em todos os níveis e modalidades de ensino, que contribuirá para o fortalecimento da pesquisa em nível de pós-graduação *latu e stricto sensu* na área de Educação e para as discussões sobre a Educação Profissional e Tecnológica.

A implementação do curso de Licenciatura em Pedagogia está regulamentada pelos seguintes documentos nacionais e institucionais: Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, Lei nº

11.788, de 25 de setembro de 2008, Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, Lei nº 12.746, 6 de julho de 2012, Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015, Resolução CNE/CEB nº 11, 17 de setembro de 2001, Resolução CNE/CP nº 1, 17 de junho de 2004, Resolução CNE/CES nº 3, 2 de julho de 2007, Resolução CNE/CP nº 1, 30 de maio de 2012, Resolução CNE/CP nº 2 de julho de 2015, Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2012, Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, Portaria MEC nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, Resolução IFG nº 16, de 26 de dezembro de 2011, Resolução IFG nº 57 de 17 novembro de 2014, Resolução IFG nº 28 de 11 de agosto de 2014, Resolução IFG nº 13 de 02 de junho de 2014, Resolução nº 147, de 10 de novembro de 2022, e Projeto de Desenvolvimento Institucional do IFG.

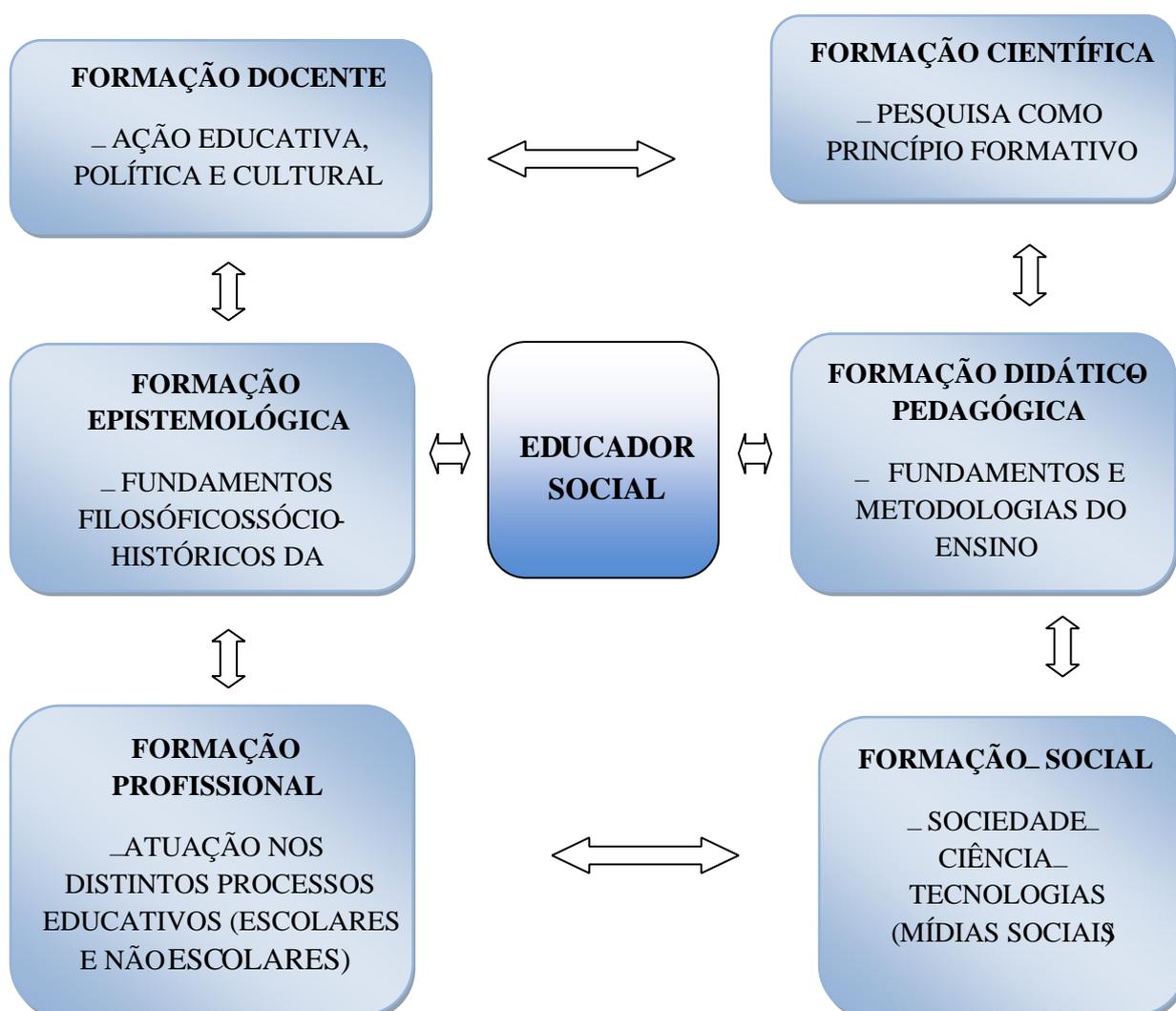
## 1.2. Objetivos

### 1.2.1 Gerais

O curso de Licenciatura em Pedagogia tem como objetivo primordial a formação do educador com ênfase na *práxis social* nos distintos processos educativos: escolares (docência; gestão; pesquisa) e não escolares (em áreas, como a saúde, nas quais estão previstos conhecimentos pedagógicos). Tratar-se-á da formação do Educador social<sup>6</sup>.

### 1.2.2 Específicos

Objetiva-se, para o Educador social, a formação que contemple as seguintes categorias:



<sup>6</sup> Verifica-se que essa formação, do Educador social, consta no Projeto de curso da Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FE/UFMG). O curso é constituído por quatro áreas de formação complementar (a partir do 7º período): Administração de sistemas e instituições de ensino; Educador social; Educação de Jovens e Adultos e Ciências da Educação.

### 1.3. Perfil do Educador Social

Considerando a complexidade social e pedagógica em que se encontra e trabalha o educador social, torna-se necessário pensar a identidade desse profissional. O educador social deve dialogar com uma perspectiva pedagógica que se ancora, se constrói e se desenvolve na confrontação, na experiência e na análise dos distintos contextos sociais, políticos e culturais, a partir da interação dialógica entre os sujeitos.

O sujeito da prática social que assume um compromisso com seu contexto histórico compreende que está em constante relação com outros sujeitos e que, nestas relações, estes podem se tornar profissionais que atuam para a transformação social e para a emancipação humana.

Nesse sentido, o educador social concebe a educação como prática da liberdade, precondição para a vida democrática, a educação como produção e não meramente como transmissão de conhecimentos, a educação como ato dialógico, ao mesmo tempo rigoroso e imaginativo. Reconhece métodos de ensino e pesquisa que partem da leitura da realidade, da observação participante. Parte do concreto, do mundo vivido, dos sujeitos e setores populares. O Ensino-aprendizagem constitui-se como processo inseparável da pesquisa, da cultura popular e da participação da comunidade. O direito à educação não é apenas direito de ir à escola, mas direito de aprender na escola e ter acesso a oportunidades de educação não formal.

Os espaços não-escolares em que podem ocorrer as supracitadas oportunidades são extremamente diversos. É assim que, no projeto de Lei nº5346/2009 (BRASIL, 2009b), que procura regulamentar a profissão,

ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem: I – as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica; II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais; III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais; IV – a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais; V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária; VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais; VII - o enfrentamento à dependência de drogas; VIII – as atividades sócio educativas para terceira idade; IX - a promoção da educação ambiental; X – a promoção da cidadania; XI - a promoção da arte-educação; XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira; XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos; XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer.

Mas é preciso ter sempre em mente que a peculiaridade de sua atuação fora do âmbito da educação formal torna difícil um inventário realmente exaustivo dos espaços não escolares em que o educador social exerce suas funções. Apesar da necessidade de listar esses espaços, a título de exemplificação e esclarecimento, é certo também que não é por essa via que se definirá de forma plena o espaço de atuação do educador social. Este só pode ser compreendido plenamente ressaltando-se o caráter político de sua atividade: comprometida, por um lado, com a inserção cidadã do educando na sociedade, através da aquisição de direitos e/ou capacidade de reclamá-los e exigí-los, capacidade esta que a educação humanística e crítica ajuda a tornar possível; e, por outro, comprometida com a postura reflexiva e atuante perante os processos econômicos, políticos e sociais que criam, mantêm e legitimam a desigualdade de oportunidades educativas.

O reconhecimento da importância dos professores na contemporaneidade para a formação dos sujeitos que acessam a educação pública no país se contrapõe às correntes de desvalorização do professor e às concepções que o consideram como simples técnico reprodutor de conhecimentos e/ou monitor de programas pré-elaborados (PIMENTA; LIMA, 2010). Nesta perspectiva, a construção de novos olhares para os aspectos constitutivos do trabalho docente e da formação de professores torna-se necessário para o fortalecimento das práticas educativas construídas nas escolas.

No que concerne à formação de professores, repensar a formação inicial e contínua constitui-se em prática relevante para o redimensionamento das bases teóricas da formação. Em relação à formação inicial, estudos atestam que os cursos de formação, ao desenvolverem um currículo formal com conteúdos e atividades de estágio, distanciados das realidades das escolas, num viés burocrático e distante das contradições presentes na prática social de educar, pouco têm contribuído para gerar uma nova identidade do profissional docente.

Diante das novas exigências demandadas pela população envolvida e as exigências das demandas sociais, faz-se necessário redefinir a nova identidade profissional do professor. A construção da identidade profissional passa pela ressignificação social da profissão; da revisão das tradições, bem como da reafirmação de práticas consagradas culturalmente. Constroi-se também pelo significado que cada professor, como ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano, a partir dos seus valores, do seu modo de situar-se no mundo, sua história de vida, seus saberes, no sentido que têm em sua vida o ser professor. Sua rede de relações com

outros professores, outras escolas, sindicatos e outros agrupamentos também se constituem como espaços formativos (PIMENTA; LIMA, 2010).

No contexto atual, os distintos contextos educativos que caracterizam os espaços sociais constituem-se como territórios fundantes para o movimento trilhado pela educação social, popular, cidadã e comunitária. Nesses contextos gestam-se conhecimentos marcados por uma rica diversidade que precisa ser compreendida, respeitada e valorizada. Essa diversidade tem em comum o compromisso ético-político com a transformação da sociedade, a partir da assunção de uma posição crítica, popular, política, social e comunitária.

## 2. REQUISITOS PARA ACESSO AO CURSO

O acesso ao Curso de Licenciatura em Pedagogia ocorrerá mediante a instauração pública a cada semestre letivo, pelo Centro de Seleção do IFG, dos seguintes Processos Seletivos:

- Edital vestibular Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- Edital de Transferência externa e Portador de diploma;
- Edital de Reingresso e mudança de curso/ Câmpus

Em relação ao Edital vestibular Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) destaca-se a existência de item específico sobre as Ações Afirmativas, especificamente sobre a reserva de vagas em cumprimento a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012).

O IFG reserva no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciatura a candidatos oriundos de Escolas Públicas, de acordo com a Lei 12.711/12, regulamentada pelo Decreto 7.824/12 e Portaria Normativa MEC 18/2012 que dispõem sobre a implementação da reserva de vagas nas instituições federais de ensino. O percentual remanescente destina-se ao Sistema Universal. [...] são reservadas vagas a candidatos oriundos de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI). O restante é destinado aos demais candidatos (DC) oriundos de escolas públicas com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo *per capita*<sup>7</sup>.

Outra política institucional é a publicação de edital específico para o preenchimento das vagas remanescentes. Portanto, o ingresso no curso efetiva-se a partir da realização da

---

<sup>7</sup> Texto do Edital IFG nº 056/2016 – Vestibular ENEM.

matrícula de estudantes portadores de certificados de conclusão do Ensino Médio ou equivalente na forma da lei.

### **3. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS (competências; áreas de atuação profissional)**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE/CP, nº 1/2006) instituem e estabelecem, especificamente, sobre o perfil, as competências e as áreas que o egresso da licenciatura em Pedagogia torna-se apto para atuar. De acordo com o documento, o egresso, portanto, deverá estar apto para:

- I. atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II. compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de formação a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- III. fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidades de escolarização na idade própria;
- IV. trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V. reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI. ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII. relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII. promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX. identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X. demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XI. desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII. participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII. participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais em ambientes escolares e não-escolares;
- XIV. realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

- XV. utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- XVI. estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes. (...). (BRASIL, 2006, p. 2-3).

Nesta perspectiva, o egresso da licenciatura em Pedagogia mediante o processo formativo pode tornar-se apto para atuar nas seguintes áreas: 1) “exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (BRASIL, 2006, p.1-2), trabalhar em espaços escolares e não escolares, haja vista o objetivo da formação do educador social; 3) atuar e participar diretamente na gestão das instituições; 3) atuar como pesquisador (BRASIL, 2006).

Além dessas áreas de atuações que constam nas Diretrizes específicas do curso de licenciatura em Pedagogia, existem também as áreas explicitadas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), ou seja, 1. Coordenador Pedagógico; 2. Orientador educacional; 3. Professor de técnicas e recursos audiovisuais; 4. Supervisor de ensino e 5. Designer educacional. Verifica-se uma ampliação referente às áreas estabelecidas pela CBO.

#### **4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

A organização didático-pedagógica curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia é constituída por núcleos de conhecimentos teóricos e práticos. Trata-se da composição dos seguintes núcleos<sup>8</sup>, os quais estão estruturados pelo Eixo central do curso, o Educador social, e pelos eixos curriculares por períodos:

- I. estudos básicos/formação geral;
- II. aprofundamento e diversificação de estudos/ área de atuação profissional;
- III. estudos integradores/ para enriquecimento curricular<sup>9</sup>;

---

<sup>8</sup> A nomenclatura dos Núcleos está conforme a Resolução CNE/CP nº 1/ 2006 e também a Resolução CNE/CEB nº 2/ 2015.

<sup>9</sup> O Núcleo Estudos Integradores tem como finalidade propiciar o enriquecimento curricular por meio de atividades como: “a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior” (BRASIL, 2006, p.4).

Compreende-se que essa organização curricular por núcleos vincula-se ao detalhamento de atividades formativas, tais como: disciplinas, projetos integrados, estudos interdisciplinares. As atividades, com suas respectivas cargas-horárias de efetivo exercício do trabalho acadêmico, são desenvolvidas ao longo de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos por semestre. Fica, portanto, a cargo da Instituição a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho do discente, conforme estabelecido na Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007.

#### **4.1 Detalhamento das Disciplinas/cargas-horárias**

##### **4.1.1 Núcleo I - Estudos básicos/formação geral**

Quadro 2: Disciplinas do Núcleo I. estudos básicos/formação geral

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA-HORÁRIA</b>
1. Filosofia da Educação I	54
2. Filosofia da Educação II	54
3. História da Educação I	54
4. História da Educação II	54
5. Sociologia da Educação I	54
6. Sociologia da Educação II	54
7. Psicologia da Educação I	54
8. Psicologia da Educação II	54
9. Didática I	54
10. Didática II	54
11. Políticas da Educação	54
12. Língua Portuguesa - Análise e produção do texto acadêmico	54
13. Libras	54

14. Metodologia do trabalho científico I	27
15. Metodologia do trabalho científico II	27
16. Relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena	27
<b>Carga Horária Total</b>	<b>783</b>

#### 4.1.2 Núcleo II - Aprofundamento e diversificação de estudos/área de atuação profissional

Quadro 3: Disciplinas do Núcleo II. aprofundamento e diversificação de estudos/ área de atuação profissional

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA-HORÁRIA</b>
1. Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática	81
2. Fundamentos e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa	81
3. Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	81
4. Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	81
5. Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	81
6. Fundamentos da Educação especial e inclusão	81
7. Fundamentos e Metodologias do Ensino de Artes	81
8. Cultura, Currículo e Avaliação	54
9. Educação de Jovens e Adultos	54
10. Gestão escolar e organização do trabalho educativo	54
11. Educação, Mídias e Tecnologias digitais	54
12. Tópicos de educação e diversidade	27

13. Arte e Educação	54
14. Estágio Curricular Supervisionado – Educação Infantil	108
15. Estágio Curricular Supervisionado – anos iniciais do Ensino Fundamental	108
16. Estágio Curricular Supervisionado – Educação de Jovens e Adultos e Educação não-formal	108
17. Estágio Curricular Supervisionado – Gestão da Escola e Prática Pedagógica	108
18. Trabalho de Conclusão de Curso I	108
19. Trabalho de Conclusão de Curso II	108
<b>Carga Horária Total</b>	<b>1512</b>

#### 4.1.3 Núcleo III - Estudos integradores/ para enriquecimento curricular

Quadro 4: Disciplinas do Núcleo III. estudos integradores/ para enriquecimento curricular

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
1. Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e sociedade	54
2. Educação social	54
3. Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e cultura	54
4. Antropologia e Educação	54
5. Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e Trabalho	54
6. Movimentos sociais e educação	54
7. Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e desenvolvimento humano	54
8. Sujeito e Educação	54

9. Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e política	54
10. Cidadania e Educação	54
11. Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e escola	54
12. Processos educativos nas ações coletivas	54
13. Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e pesquisa	54
14. Ciência, Tecnologia e Sociedade	54
15. Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e Gestão	54
16. Corpo, trabalho e educação	54
<b>Carga Horária Total</b>	<b>864</b>

#### 4.1.4 Disciplinas optativas

Trata-se de disciplinas curriculares ofertadas a partir do 5º período do curso de Licenciatura em Pedagogia, conforme matriz curricular. Estão relacionadas tanto ao Núcleo I quanto ao Núcleo II. Essas disciplinas têm como finalidade ampliar e complementar a formação acadêmica e profissional.

Será ofertada uma ou mais disciplinas optativas por semestre, de acordo com a distribuição de carga-horária docente, o planejamento, a análise e definição conjunta da coordenação com o colegiado do curso. O discente poderá cursar uma ou mais disciplinas optativas por semestre.

Quadro 5: Disciplinas optativas e sugestões de disciplinas optativas

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA-HORÁRIA</b>
1. Optativa I	27
Inglês Instrumental [ofertada em 2015-1]	
Infância e Educação Infantil [ofertada em 2015-2; 2016-1 e 2]	
2. Optativa II	27

Lúdico e Educação [ofertada em 2017-1]	
3. Optativa III	27
Libras II [ofertada em 2017-1]	
4. Optativa IV	27
<b>Carga Horária Total</b>	<b>108</b>
<b>SUGESTÕES DE OPTATIVAS<sup>10</sup></b>	
1. A função da escola na interação social e no desenvolvimento humano	27
2. Temas contemporâneos na Psicologia da Educação	27
3. Lúdico e educação	27
4. História social da Infância	27
5. Linguagens e Infância	27
6. Alfabetização e letramento	27
7. Tempo, espaço e pensamento lógico-matemático	27
8. Literatura e educação	27
9. Tempos e espaços escolares: limites e desafios	27
10. Ação pedagógica com Jovens e Adultos	27
11. Libras II	27
12. Estatística e Educação	27
13. Dança e educação	27
14. Promoção da saúde e educação	27
15. Informática básica	27
16. Inglês Instrumental	27
17. Infância e Educação Infantil	27

<sup>10</sup> Segue em anexo algumas ementas/referências das disciplinas optativas (nº 3, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18). As outras ementas serão elaboradas a partir do ano letivo de 2014.

18. Metodologias do ensino de arte	27
19. Prática pedagógica para a educação física escolar	27

## 4.2 Matriz Curricular

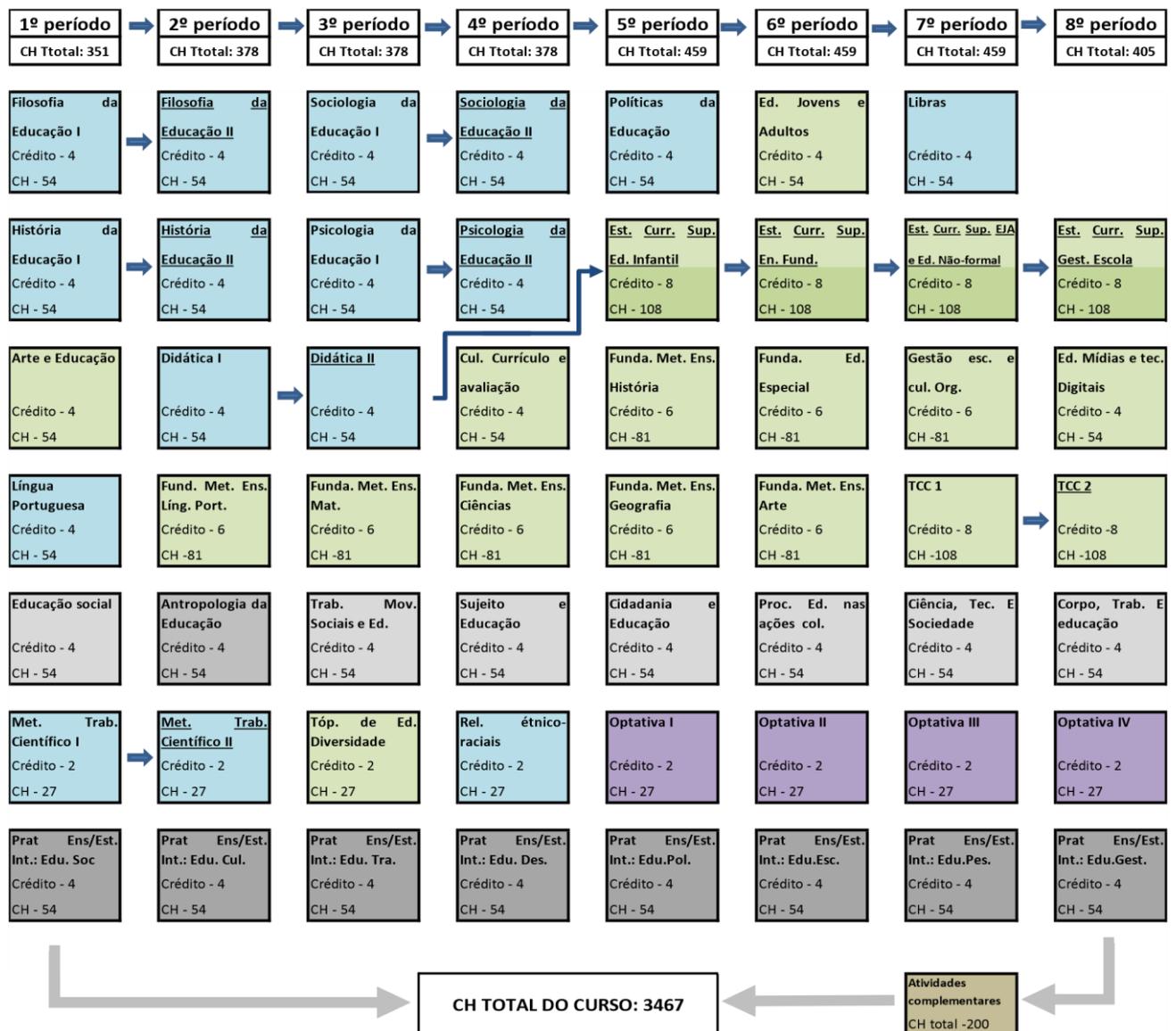
PERÍODO	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA-HORÁRIA	Total hora relógio	Disciplinas Pré Requisito
1º	1. Filosofia da Educação – I	4	72	54	-
	2. História da Educação - I	4	72	54	-
	3. Língua Portuguesa - Análise e produção do texto acadêmico	4	72	54	-
	4. Arte e educação	4	72	54	-
	5. Educação Social	4	72	54	-
	6. Metodologia do Trabalho Científico I	2	36	27	-
	7. PRÁTICA DE ENSINO/ ESTUDOS INTEGRADORES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	4	72	54	-
	<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>468</b>	<b>351</b>	<b>-</b>
PERÍODO	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA-HORÁRIA	Total hora relógio	Disciplinas Pré Requisito
2º	1. Filosofia da Educação – II	4	72	54	Filosofia da Educação I
	2. História da Educação - II	4	72	54	História da Educação I
	3. Didática – I	4	72	54	-
	4. Fundamentos e metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	6	108	81	-
	5. Antropologia e Educação	4	72	54	-
	6. Metodologia do Trabalho Científico II	2	36	27	Metodologia do Trabalho Científico I
	7. PRÁTICA DE ENSINO/ ESTUDOS INTEGRADORES: EDUCAÇÃO E CULTURA	4	72	54	-
	<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>504</b>	<b>378</b>	<b>-</b>

PERÍODO	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA-HORÁRIA	Total hora relógio	Disciplinas Pré Requisito
3º	1. Sociologia da Educação - I	4	72	54	-
	2. Psicologia da Educação - I	4	72	54	-
	3. Didática – II	4	72	54	Didática I
	4. Fundamentos e metodologias do Ensino de Matemática	6	108	81	-
	5. Trabalho, movimentos sociais e Educação	4	72	54	-
	6. Tópicos de Educação e diversidade	2	36	27	-
	7. PRÁTICA DE ENSINO/ ESTUDOS INTEGRADORES: EDUCAÇÃO E TRABALHO	4	72	54	-
	<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>504</b>	<b>378</b>	<b>-</b>
PERÍODO	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA-HORÁRIA	Total hora relógio	Disciplinas Pré Requisito
4º	1. Sociologia da Educação - II	4	72	54	Sociologia da Educação I
	2. Psicologia da Educação - II	4	72	54	Psicologia da Educação I
	3. Cultura, Currículo e Avaliação	4	72	54	-
	4. Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	6	108	81	-
	5. Sujeito e Educação	4	72	54	-
	6. Relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena	2	36	27	-
	7. PRÁTICA DE ENSINO/ ESTUDOS INTEGRADORES: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	4	72	54	-
	<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>504</b>	<b>378</b>	<b>-</b>

PERÍODO	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA-HORÁRIA	Total hora relógio	Disciplinas Pré Requisito
5º	1. Políticas da Educação	4	72	54	-
	<b>2. Estágio Curricular Supervisionado - Educação Infantil</b>	8	144	108	Didática II
	3. Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	6	108	81	-
	4. Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	6	108	81	-
	5. Cidadania e educação	4	72	54	-
	6. Optativa I	2	36	27	-
	7. PRÁTICA DE ENSINO/ ESTUDOS INTEGRADORES: EDUCAÇÃO E POLÍTICA	4	72	54	-
	<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>612</b>	<b>459</b>	<b>-</b>
PERÍODO	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA-HORÁRIA	Total hora relógio	Disciplinas Pré Requisito
6º	1. Educação de Jovens e Adultos	4	72	54	-
	<b>2. Estágio Curricular Supervisionado - anos iniciais do ensino fundamental</b>	8	144	108	ECS – Educação Infantil
	3. Fundamentos da Educação especial e inclusão	6	108	81	-
	4. Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte	6	108	81	-
	5. Processos educativos nas ações coletivas	4	72	54	-
	6. Optativa II	2	36	27	-
	7. PRÁTICA DE ENSINO/ ESTUDOS INTEGRADORES: EDUCAÇÃO E ESCOLA	4	72	54	-
	<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>612</b>	<b>459</b>	<b>-</b>

PERÍODO	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA-HORÁRIA	Total hora relógio	Disciplinas Pré Requisito
7º	1. Libras	4	72	54	-
	2. Gestão escolar e cultura organizacional	4	72	54	-
	<b>3. Estágio Curricular Supervisionado - Educação de Jovens e Adultos e educação não-formal</b>	8	144	108	ECS – Ensino Fundamental
	4. Trabalho de Conclusão de curso - I Elaboração do pré-projeto	8	144	108	-
	5. Ciência, tecnologia e sociedade – CTS	4	72	54	-
	6. Optativa III	2	36	27	-
	7. PRÁTICA DE ENSINO/ ESTUDOS INTEGRADORES: EDUCAÇÃO E PESQUISA	4	72	54	-
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>612</b>	<b>459</b>	<b>-</b>	
PERÍODO	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA-HORÁRIA	Total hora relógio	Disciplinas Pré Requisito
8º	1. Educação, mídias e tecnologias digitais	4	72	54	-
	<b>2. Estágio Curricular Supervisionado - Gestão da Escola e Prática Pedagógica</b>	8	144	108	ECS – EJA e Educação não-formal
	3. Trabalho de Conclusão de curso - II	8	144	108	TCC I
	4. Optativa IV	2	36	27	-
	5. Corpo, trabalho e educação	4	72	54	-
	6. PRÁTICA DE ENSINO/ ESTUDOS INTEGRADORES: EDUCAÇÃO E GESTÃO	4	72	54	-
	<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>540</b>	<b>405</b>	<b>-</b>

#### 4.2.1. Fluxograma – Licenciatura em Pedagogia IFG Goiânia Oeste



**Legenda:**

CH	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
783	<b>NÚCLEO I</b>
1080	<b>NÚCLEO II</b>
432	Estágio Curricular Supervisionado
432	<b>NÚCLEO III</b>
432	Prática como componente curricular
108	Optativas: 108h
200	Atividades complementares
<b>3467</b>	<b>CH TOTAL DO CURSO</b>

Disciplinas com pré-requisitos

### 4.3. Estágios

#### 4.3.1. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é um requisito obrigatório dos cursos de Licenciatura, cuja carga horária total, no IFG/Câmpus Goiânia Oeste, corresponde a 432 horas. Esta é dividida em quatro etapas a partir do início da segunda metade do curso, conforme estabelecido pela legislação educacional vigente, e segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE/CP, N° 1/2006).

IV. estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
- na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- na Educação de Jovens e Adultos;
- na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- em reuniões de formação pedagógica (BRASIL, 2006, p.5).

Trata-se, portanto, de uma disciplina teórico-prática fundamental para a formação e atuação profissional docente. Este estágio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG/Câmpus Goiânia Oeste, curso de Licenciatura em Pedagogia, será realizado a partir da Proposta *de Estágio como pesquisa*<sup>11</sup>. Esta proposta está fundamentada na concepção que a escola-campo é um *locus* de investigação no qual os objetos são constituídos por meio da indagação, questionamento; da busca e coleta de dados; observação, atuação; elaboração, registro e análise, teórico-prática, da problemática suscitada neste âmbito de pesquisa.

#### 4.3.1.1 Das características do ECS

- a) Em espaços escolares - Níveis e modalidades de ensino do desenvolvimento do ECS
  - Educação Infantil
  - Ensino Fundamental [1ª fase]
  - Educação de Jovens e Adultos e Educação não-formal
  - Gestão da Escola e Prática Pedagógica
- b) Em espaços não-escolares
  - Educação não-formal
- c) Convênios<sup>12</sup>
  - Convênio número 018/2012 com a Secretária de Estado da Educação/ Estado de Goiás firmado em 12/06/2012 com vigência de 5 anos.
  - Processo de renovação tramitando
  - Convênio 030/2016/SME – Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Goiânia firmado em 06/07/2016 até 06/07/2018.
  - Convênio 2015 com Universidade Estadual de Goiás UEG – firmado em 30/06/2015 até 30/06/2020
  - Convênio 081/2016/UFG – com Universidade Federal de Goiás UFG – firmado em 14/04/2016 até 14/04/2021
- d) Parcerias/contrapartida do ECS
  - Eventos científicos [palestra; seminário; simpósio; congresso]

<sup>11</sup> PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2010.

<sup>12</sup> Os dados sobre os convênios foram disponibilizados no mês de 4/17 pela Coordenação de Integração Escola Empresa vinculada à GEPEX do IFG Câmpus Goiânia Oeste.

- Curso de formação continuada [extensão; oficinas pedagógicas]
- Programas institucionais: Conhecendo o IFG

e) Docentes responsáveis pelo ECS – IFG

Quadro 6: Docentes responsáveis pelo ECS do curso de Licenciatura em Pedagogia

<b>Câmpus IFG GOIÂNIA OESTE</b>	<b>DOCENTES</b>	<b>GRADUAÇÃO [área/curso]</b>
	Dayanna Pereira dos Santos	Pedagogia
	Maria Jose Sousa da Silva	
	Marta Jane da Silva	
	Rachel Benta Messias Bastos	
	Suzana Lopes de Albuquerque	
	Telma Aparecida T. M. Silveira	

Fonte: Suape [11-2024]

#### **4.3.1.2 Da natureza dos Estágios curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia**

Estágio curricular supervisionado – Educação Infantil [108h-144h/a]

O Estágio Supervisionado em Educação Infantil é compreendido como atividade de formação profissional, articulada à sólida formação acadêmica que devem interagir ao longo do curso e são interdependentes. Deve ocorrer em Instituições educacionais que se destinam ao atendimento à Educação Infantil creches (de 0 a 3 anos) e em pré-escolas (de 4 e 5 anos), primeira etapa da educação básica.

A disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Infantil tem 108 horas semestrais, organizada da seguinte forma: 40 horas/aula na instituição-campo de estágio e 68 horas/aula de estudos sobre a prática pedagógica docente. Considerando a carga horária semanal, estas horas são distribuídas em 08 horas semanais, conforme o seu desenvolvimento que visa a articulação entre teoria e prática. Esse estágio envolve ações como 1) Apreensão da realidade do campo - observação participante, descrição, análise e reflexão do cotidiano da instituição de Educação Infantil e 2) Projeto de ensino-aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil: elaboração, atuação e produção dos Relatórios. Sendo sistematizados da seguinte forma:

1) Apreensão da realidade do campo - observação participante, descrição, análise e reflexão do cotidiano da instituição de Educação Infantil e produção do Relatório de atividades destinadas a propiciar ao/à graduando/a estagiário/a o contato com a realidade das instituições-campo de estágio, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações do processo de ensino- aprendizagem e desenvolvimento. A observação participante precisa ser orientada e sistematizada. Desse modo:

- a) Observar, apreender e problematizar as realidades observadas nas instituições-campo de estágio;
- b) Cooperar com o/a professor/a nas atividades desenvolvidas nos espaços educativos durante a permanência do estagiário/a na instituição-campo de estágio.

Ao final da ação de observação participante na instituição-campo de estágio deverá ser produzido, corrigido e entregue ao/ à professor/a de Estágio que encaminhará para a Coordenação de Estágio desta instituição.

- 2) Projeto de ensino-aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil:

elaboração, atuação e produção dos Relatórios: docência partilhada, docência autônoma, e outras formas de vivências da realidade das instituições. A partir da problematização das situações vividas, analisadas e contextualizadas com os aportes teórico-práticos estudados, os/as estudantes-professores propõem formas de atuação pedagógica na instituição-campo de estágio. A atividade de docência será acompanhada pelo/a professor/a supervisor/a e pelo/a professor/a da instituição-campo de estágio. As atividades realizadas na Docência deverão ser planejadas e desenvolvidas conforme temas/assuntos sugeridos pelo contexto educacional, pelas crianças ou pelo/pela docente da classe.

O Estágio Supervisionado em Educação Infantil pode ser organizado na forma individual ou em duplas, não sendo permitida a participação de mais uma dupla por turma/agrupamento, observando, também, as exigências das instituições educacionais. Os relatórios do estágio deverão ser entregues encadernados, corrigidos e arquivados por no mínimo cinco anos na coordenação de estágio.

#### Estágio curricular supervisionado Ensino Fundamental [108h – 144h/a]

O Estágio Curricular Supervisionado - anos iniciais do ensino fundamental é uma disciplina teórico-prática composta por uma carga horária de 108 horas semestrais, divididas em atividades na sala de aula e na escola campo. Deverá ser realizado nos anos iniciais do ensino fundamental e se constituir a partir da articulação entre teoria e prática, tendo como princípio organizativo a compreensão do Estágio como pesquisa.

O Estágio Curricular Supervisionado – anos iniciais do Ensino Fundamental será desenvolvido por meio da problematização da gestão e da organização do trabalho pedagógico de uma instituição educacional do ensino fundamental no município de Goiânia. A proposta é utilizar a pesquisa como recurso didático e exercício científico de apreensão do cotidiano da escola e da sala de aula, de construção de conhecimentos, com vistas à formação do pedagogo como professor pesquisador, sujeito do seu processo de formação e da sua profissionalidade, comprometido com uma concepção de educação emancipatória e de qualidade. Nesta perspectiva, pretende-se aprofundar os estudos desenvolvidos no curso, partindo de questões apreendidas no contexto da instituição campo de estágio.

A partir do princípio do estágio como pesquisa, o Estágio Curricular Supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental deverá proporcionar aos futuros professores: assumir as práticas de ensino e de aprendizagem do Estágio Curricular Supervisionado – anos iniciais do

Ensino Fundamental, como espaços de estudo, pesquisa e construção de conhecimentos referentes à gestão, ao saber e ao fazer docentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental; promover a reflexão crítica sobre a construção da identidade profissional, com base na formação teórico-prática propiciada pelo curso e pelo estágio, tendo em vista o desenvolvimento da identidade profissional docente; reconhecer que a prática pedagógica, o saber e o fazer docentes e o desenvolvimento da identidade profissional demandam estudo, pesquisa, reflexão, produção intelectual e posturas relativas ao exercício profissional: política, técnica, ética, estética e compromisso com a qualidade do ensino; vivenciar processos de investigação e problematização da realidade educacional, a partir do campo de estágio e dos aportes teóricos proporcionados pelo curso, tendo em vista a construção de conhecimentos inerentes à profissão docente.

Dentre as atividades que deverão ser desenvolvidas nesta disciplina se destacam: a análise de dados, a luz do referencial teórico, de dados da escola campo; o planejamento e elaboração de projeto de intervenção na escola campo; elaboração de relatório final, envolvendo os estudos teóricos e práticos realizados na instituição e na escola campo.

Estágio curricular supervisionado – Educação de Jovens e Adultos e Educação não formal – [108h – 144h/a]

O estágio supervisionado em Educação de jovens e adultos e educação não formal configura-se como um espaço privilegiado de partilha entre aqueles que ensinam e os que aprendem, além de possibilitar a formação, a construção e a criação. A EJA é também o espaço para entrar em contato com uma modalidade de ensino diferenciada, e o estágio supervisionado deve reconhecer o professor e sua experiência, a profissão e seus saberes, bem como a escola e seus projetos. Nesse sentido, o estágio supervisionado como instrumento pedagógico, que busca interligar a teoria e a prática, se constitui como eixo da formação através da pesquisa. Tal compreensão instiga a reflexão e problematização sobre o espaço do estágio nas práticas pedagógicas dos docentes (ALMEIDA; PIMENTA, 2014).

O estágio supervisionado em Educação de jovens e adultos e educação não formal consiste na inserção dos discentes em instituições educacionais formais e não formais e atualmente tem carga horária total de 108 horas, sendo 68 horas/aula teóricas em sala de aula com o professor supervisor de estágio e 40 horas/aula na instituição campo de estágio. A atuação do pedagogo não se vincula apenas à ação docente na sala de aula e/ou escola, mas

também nos diversos espaços educativos existentes na sociedade, onde se constrói conhecimento e transformações pela ação pedagógica. Na formação para a atuação nas instituições educativas formais e não-formais o cerne da ação pedagógica se fundamenta na ideia principal da educação continuada, em virtude da necessidade de aprender por toda a vida, além da exigência da garantia da educação com direito humano.

O estágio supervisionado em Educação de jovens e adultos e educação não formal é desenvolvido no 7º período e consiste na vivência e construção de uma visão mais consistente acerca da atuação do pedagogo na escola, na organização do ensino, na comunidade e na sociedade, ampliando e redimensionando sua compreensão teórico-prática, no contexto escolar, bem como conhecer/pesquisar outros espaços que demandem o trabalho pedagógico. As ações neste estágio são sistematizadas da seguinte forma:

a) Observação e registro no campo de estágio:

Constitui-se como fase concernente à observação, descrição, análise e registro de dados, a partir da utilização do diário de campo, gravação, fotos (com a autorização da instituição). Favorece o contato pessoal e estreito do estagiário pesquisador com a realidade investigada. O registro do percurso apresenta o processo percorrido pelo discente, a partir da sistematização dos dados e a organização de um Relatório. É importante considerar as reflexões realizadas durante o registro das ações e observações no campo, bem como os sentimentos de insegurança, dúvidas e conquistas, como elementos importantes para a interpretação.

b) Intervenção Pedagógica

Ocorre no período de gradativa integração, intervenção e atuação do estagiário nas instituições educativas. A intervenção é constituída pelos momentos da ação didática, a saber: o planejamento, a metodologia e a avaliação. A intervenção pedagógica, cujo responsável é o estagiário na sala de EJA e outros contextos educativos, demanda uma avaliação inicial, para posteriormente organizar o trabalho pedagógico. Nesse sentido, o diálogo entre o professor supervisor e os estagiários sobre as práticas observadas, constituem-se momentos oportunos para a partilha dos diferentes olhares sobre a prática ao mesmo tempo em que contribuem para a elaboração e execução dos projetos didático-pedagógicos.

O estagiário será acompanhado no campo de estágio pelo professor supervisor e pelo professor da instituição-campo de estágio. A avaliação do estagiário será realizada a partir do trabalho proposto conjuntamente pelos referidos professores, através dos seguintes instrumentos: planos ou projetos de trabalho, memorial, artigo, portfólio, relatórios, dentre outros. Em conformidade com os objetivos, o perfil e o campo de atuação dos pedagogos, o

Estágio Supervisionado em EJA e educação não formal ocorrerá em distintos espaços educativos.

Estágio curricular supervisionado – Gestão da escola e prática pedagógica [108h – 144h/a]

O estágio, para Pimenta e Lima (2010), deve ser compreendido como “uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade” (PIMENTA; LIMA, 2010, p.34). Assim como as demais modalidades de estágio, o desenvolvido na área de gestão escolar e prática pedagógica tem como principal intencionalidade proporcionar experiência ao estudante de observar o exercício da profissão, por meio de participação em situações reais de trabalho.

Desta forma, Sacristán (2001), ao dedicar-se no estudo sobre o currículo, ressalta que não é possível tratar do estágio descolado de seu contexto curricular e sem considerar as suas variáveis intervenientes: o contexto, o espaço, a periodicidade das visitas de acompanhamento dos professores supervisores, o período de realização, além da articulação do plano de trabalho com as propostas pedagógicas das instituições campos. Para além das questões mais amplas apontadas em relação ao campo de estágio, há outros aspectos que precisam, também, ser genericamente observados, como: o momento de ir a campo; as orientações; o diagnóstico da realidade escolar; o retorno à escola; a avaliação do aluno/estagiário e, finalmente, a organização das turmas.

Conforme o art. 4º da resolução CNE/CP nº1/2006 (BRASIL, 2006), o curso de pedagogia destina-se à formação de profissionais para exercerem em “outras áreas”, as quais estão previstas prática pedagógica. Ao descrever as “outras áreas específicas”, encontra-se a atuação do pedagogo “[...] na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos” (BRASIL, 2006, art. 8º). Neste artigo, a diretriz reitera a área de prioridade e, também, traduz quais são “as outras áreas específicas” a serem consideradas para a realização do estágio supervisionado, apontando a gestão escolar como sendo uma destas.

Com base nas atribuições destacadas no artigo 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia/ 2006, é possível inferir o quão vasto é o campo de atuação profissional de um licenciado em pedagogia. Desta assertiva, é coerente afirmar que, a depender da especificidade de atuação, cada um dos campos reserva particularidades, ou seja, dependendo da área de atuação, cada profissional exercerá ações específicas. Assim, ao se

tratar do campo da gestão escolar e prática pedagógica, é necessário levar em conta as especificidades que a cercam e que, portanto, devem subsidiar as decisões em torno da realização do estágio supervisionado. Em se tratando de estágio curricular supervisionado em gestão escolar e prática pedagógica, é possível inferir que o contexto de sua realização será, fundamentalmente, a escola, e mais especificamente, as atividades de coordenação do trabalho pedagógico, havendo, portanto, certa delimitação do campo.

Para Vieira (2011) é importante ressaltar “ [...] que a concepção de docência presente nas diretrizes não se restringe às atividades pedagógicas de sala de aula. O docente formado no curso de pedagogia deverá estar preparado para desenvolver todos os tipos de trabalho de natureza educativa”(VIEIRA, 2011, p. 148). O trabalho docente, então, pode ser compreendido por vários aspectos, entre eles a gestão escolar que também caracteriza uma docência. Conforme Lopes (2013), “o trabalho na gestão escolar nas instituições escolares brasileiras, a partir da LDB/96 art.14 é entendido como atividade compartilhada pela comunidade escolar e local”. Neste sentido deveria tornar-se uma tarefa coletiva, organizadora e produtiva que resulte na aprendizagem dos educandos (LOPES, 2013, p.10). Desta forma, o trabalho na gestão escolar, reconhecendo esta como uma gestão democrática, torna-se necessário como uma atuação coletiva.

Há que se ressaltar, porém, que as atribuições à função reservam particularidades a depender da forma de organização institucional e, sobretudo, do modo de organização da sua mantenedora, ou seja, dependendo da “administração” a que a escola esteja jurisdicionada, a função do pedagogo englobará um determinado conjunto de atribuições. Este elemento é importante, uma vez que, ao planejar as atividades de estágio, as especificidades do campo devem ser observadas, especialmente em relação às ações atribuídas ao pedagogo.

#### **4.3.2. Estágio Não-obrigatório**

O Estágio curricular dos cursos de educação profissional técnica de nível médio e do ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG – está regulamentado pelos documentos: a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e pela Resolução nº 57, de 17 de dezembro de 2014. Esse estágio pode ser “Obrigatório e Não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidades e áreas de ensino e

do Projeto Pedagógico do Curso” (Art. 3º). Ambos os estágios são compreendidos como elementos de formação acadêmica e profissional do estudante, cuja efetivação deve ser feita em cada Câmpus de acordo com os prazos e normatizações estabelecidas no IFG.

Destaca-se que o Estágio não-obrigatório “é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (Art. 3º, parágrafo 2º). Trata-se de um tipo de estágio constituído por requisitos específicos, tais como: ter idade mínima de 16 anos, estar regularmente matriculado no IFG, firmar termo de compromisso, ter plano de atividades e outros. Além disso, esse tipo de estágio é constituído pelas competências de cada parte envolvida - o IFG/Gepex/Câmpus/DAACoordenação de curso/Discente-estagiário e a Unidade concedente/supervisor – por meio da formalização do Termo de compromisso/responsabilidades.

Dessa forma no IFG/Câmpus Goiânia Oeste, a realização do Estágio não obrigatório é concedida ao discente a partir do 1º período do curso de Licenciatura em Pedagogia.

#### **4.3.2.1. Das características do Estágio Não-obrigatório**

- a) Em espaços escolares (instituição de ensino regular)
- b) Em espaços não-escolares (empresas, hospitais, conselho e outros)
- c) Convênios<sup>13</sup>
  - Convênio 001/2015 com Instituto Anima de Educação firmado em 02/02/2015 com vigência de 5 anos ( até 06/2020)
  - Convênio 058/2016 LG Informática – Agente de Integração-firmado em 04/10/2016 com vigência de 5 anos ( até 10/2021).
  - Convênio 009/2017 com o SESC Goiás – firmado em 13/02/2017 com vigência de 5 anos (até 02/2022).
  - Convênio 030/2012 com o Instituto Federal Goiano – firmado em 01/12/2012 com vigência de 5 anos ( até 01/12/2017).
  - Convênio 078/2014 com o Colégio Externato São José – firmado em 03/11/2014 até 03/11/2019

---

<sup>13</sup> Os dados sobre os convênios foram disponibilizados no mês 04/17 pela Coordenação de Integração Escola Empresa vinculada a GEPEX do IFG Câmpus Goiânia Oeste.

- Convênio 2015 com Universidade Estadual de Goiás UEG – firmado em 30/06/2015 até 30/06/2020
  - Convênio 081/2016/UFG – com Universidade Federal de Goiás UFG – firmado em 14/04/2016 até 14/04/2021
  - Convênio 027/2016 com Uninter Educacional S/A – firmado em 14/06/2016 até 14/06/2021
- d) Parcerias/contrapartida
- Participação no Café empresarial realizado no evento científico SECITEC do Câmpus IFG Goiânia Oeste;
  - Realização de palestras e cursos.
- e) Responsáveis pelo Estágio Não-Obrigatório
- Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão do IFG Câmpus Goiânia Oeste
  - Coordenação de Integração Escola Empresa
  - Chefia do Departamento de áreas acadêmicas
  - Coordenação do curso de licenciatura
  - Docentes efetivos e substitutos da área do curso com formação inicial em Pedagogia, conforme Quadro 6.

#### **4.3.2.2 Da natureza dos Estágios Não-obrigatórios**

O Estágio do não-obrigatório é um ato educativo supervisionado que tem como finalidade o processo de formação e profissionalização. A realização desse estágio ocorre mediante o trabalho e a relação com cada parte envolvida, de acordo com a legislação nacional e institucional. Neste sentido, o:

- IFG, via Pró-Reitoria de Extensão e Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão é responsável pela a celebração do termo de compromisso de estágio entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; pela contratação de seguro estudantil; propor e conduzir políticas de estágio;

- Coordenação de Integração Escola Empresa no Câmpus: fazer o levantamento das vagas existentes de estágio; fornecer documentação institucional; celebrar termo de estágio; solicitar a coordenação de curso a indicação de professor orientador; solicitar ao estudante os relatórios das atividades;

- Estudante: ter matrícula e frequência regular; fazer cadastro junto os Agentes de Integração; cumprir com a jornada de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais de trabalho; elaborar relatório; cumprir com o programa de atividades do estágio
- Professor orientador: é responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades do estagiário;
- Concedente: disponibilizar supervisor para o acompanhamento do estagiário; cumprir com o programa de atividades do estágio; pagar aos estagiários, bolsa ou outra forma de contraprestação a ser acordada, bem como auxílio transporte, conforme Lei nº 11.788/2008;
- Supervisor: manter contato com o professor orientador; supervisionar e avaliar as atividades do estagiário.

#### **4.4 Atividades Complementares**

As Atividades Complementares<sup>14</sup> são atividades acadêmicas que se propõem a ofertar a complementação da formação científica, cultural e profissional do discente de Pedagogia. Buscam promover o relacionamento do discente com a realidade social, econômica e cultural, além de propiciar a participação destes em atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Conforme a Resolução CNE/CP, Nº 1/2006, as atividades complementares constituem:

o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas (BRASIL, 2006, p. 5).

As Atividades Complementares deverão ocorrer ao longo do curso, com carga horária de 200 (duzentas) horas, e constituem-se como componente obrigatório na graduação. Devem ser diretamente orientadas por membros do corpo docente e convalidadas no âmbito dos

---

<sup>14</sup> No âmbito do IFG a *Resolução nº 16, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento de atividades complementares dos cursos de graduação do IFG.*

Departamentos de Áreas Acadêmicas. O acompanhamento do planejamento e da execução das atividades complementares propostas cabe ao coordenador acadêmico e o coordenador de curso do Departamento de Áreas Acadêmicas.

O discente deverá desenvolver, ao longo do curso, um conjunto de atividades organizadas nos seguintes grupos de atividades: Visitas técnicas, Atividades práticas de campo, Participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, Projetos de iniciação científica, Programa de iniciação à docência, Cursos e minicursos, Atuação em monitoria, Apresentação de trabalhos em eventos científico-culturais, Intérprete de línguas em eventos institucionais, Participação como representante discente, Realização de trabalho comunitário, dentre outros (GOIÁS, 2011, p.3).

As Atividades Complementares no curso de Pedagogia compreendem tanto a participação dos discentes em eventos técnicos, científicos, acadêmicos, culturais, artísticos e esportivos realizados durante o curso – internos e externos à instituição - quanto na organização e promoção de eventos de natureza diversa a públicos distintos, reconhecendo o aspecto formativo presente nos diversos contextos educativos. O sujeito da prática social que assume um compromisso com seu contexto histórico compreende que está em constante relação com outros sujeitos e que, nestas relações, estes podem se tornar profissionais que atuam para a transformação social e para a emancipação humana. A participação em grupos de estudos, iniciação científica, monitorias, desenvolvimento de estudos e pesquisas nos contextos escolares e não escolares também promovem percursos de aprendizagem complementares.

#### **4.5 Prática como Componente Curricular (PCC)**

A Prática como Componente Curricular (PCC) será desenvolvida a partir das disciplinas que compõem o Núcleo Complementar/Estudos Integradores, em cada período do curso. No curso de Licenciatura em Pedagogia essas disciplinas estão diretamente relacionadas ao Eixo do curso – Educador Social – e têm como finalidade o estudo da Educação intrínseca a Sociedade; a Cultura; o Trabalho; o Desenvolvimento Humano; a Política; a Escola; a Pesquisa e a Gestão. Trata-se também da correlação do eixo formativo por período com a Prática como Componente Curricular, conforme quadro:

Quadro 7: Disciplinas do eixo por período e a relação intrínseca com o Eixo central do curso e a Prática como componente curricular

		<b>DISCIPLINAS:</b>	
<b>EIXO DO CURSO</b>	<b>PERÍODOS</b>	<b>EIXO POR PERÍODO</b>	<b>PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR</b>
<b>EDUCADOR SOCIAL</b>	1º	Educação social	Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e Sociedade
	2º	Antropologia e educação	Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e Cultura
	3º	Trabalho, movimentos Sociais e Educação	Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e Trabalho
	4º	Sujeito e Educação	Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e Desenvolvimento Humano
	5º	Cidadania e Educação	Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e Política
	6º	Processos educativos nas ações coletivas	Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e Escola
	7º	Ciência, Tecnologia e Sociedade	Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e Pesquisa
	8º	Corpo, Trabalho e Educação	Prática de ensino/Estudos integradores: Educação e Gestão

Fonte: Matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia

Trata-se do Núcleo que tem como finalidade propiciar o enriquecimento curricular por meio de atividades coletivas, as quais serão coordenadas por dois ou mais docentes, a depender do projeto proposto para o desenvolvimento das temáticas constantes nas ementas das disciplinas. Nas Diretrizes específicas para o curso de licenciatura em Pedagogia, essas atividades constituem:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior;

b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) atividades de comunicação e expressão cultural (BRASIL, 2006, p.4).

Essas atividades também estão propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, como consta no Artigo 12, Inciso III da Resolução Nº 2/2015:

Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos: [...]

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social. (BRASIL, 2015, p.9 10-11).

Nesta perspectiva, a finalidade do Núcleo Complementar/Estudos Integradores é justamente possibilitar o aprofundamento da formação teórico-prática do Educador Social. Assim, institucionalmente, essas disciplinas compõem a Prática de Ensino, as quais são consideradas essenciais em cada componente curricular, principalmente devido à intencionalidade de indissociabilidade da teoria e a prática. Por isso, além das disciplinas específicas desse núcleo, as disciplinas de Fundamentos e Metodologias do Ensino (Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Especial e inclusão) também têm essa finalidade de propor estudos/atividades, cujo objetivo é a pesquisa, a reflexão, a análise e síntese textual da relação teoria-prática.

As chamadas Disciplinas de Eixo têm o objetivo de aprofundar abordagens teóricas constantes em suas ementas. Essas disciplinas estão estritamente articuladas às Disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC), uma vez que o aprofundamento teórico dispensado nas Disciplinas de Eixo é complementado pelas PCCs não só pelo viés teórico, mas, sobretudo pela vivência e possibilidade de realização de Trabalhos de Campo, por meio da utilização do instrumental teórico apreendido para análises, compreensões e

experimentações nos diversos contextos socioeducacionais que podem se configurar como lócus de campo de estudo, observando os objetivos dispostos nas ementas das disciplinas de Eixo e PCCs.

As Práticas como Componente Curricular, configuram, portanto, a ação educativa com base nas perspectivas teóricas apreendidas nas Disciplinas de Eixo, visando à manipulação das ferramentas teóricas conceituais para a análise das diversas realidades de espaços constitutivos da relação ensino – aprendizagem, sejam estes espaços não escolares e/ou escolares.

A formalização para a concretização dos trabalhos a serem desenvolvidos nas Disciplinas de Prática como Componente Curricular deve se dar por meio da elaboração de Projetos Integradores que visem contemplar o objetivo das ementas das PCCs articulados às Disciplinas de Eixo. Tais projetos poderão ser formalizados contemplando a base teórica estudada no Eixo do período integrando à PCC do período, bem como poderão ser realizados conjuntamente entre períodos diversificados do curso, desde que observados os objetivos das ementas e articulando-os de forma a contemplar os objetivos dos conhecimentos a serem adquiridos nas disciplinas de Eixo e PCCs destes períodos selecionados para o trabalho conjunto.

Em quaisquer dos casos, seja a articulação da disciplina de Eixo do Período com a PCC do período ou a articulação entre Eixos e PCCs de períodos diversificados, é indispensável a formalização de um Projeto Integrador por parte da/do professor (a) responsável ou equipe responsável pela(s) PCC(s). Este projeto se constituirá da apresentação do público-alvo – período ou períodos do curso contemplados – apresentação da (s) temática (s) a ser abordada (s) e formas de execução – considerando a(s) ementa(s) – justificativa, objetivos gerais e específicos, lócus de execução e período de execução, instrumentos de avaliação e bibliografia. Estes projetos devem ser encaminhados à Coordenação do Curso a cada início de semestre.

As Disciplinas de Prática como Componente Curricular devem, ao final de seus períodos, apresentar relatórios finais individuais e/ou coletivos das experiências dos estudantes articuladas às concepções teóricas, os quais devem ser entregues à Coordenação do curso para procedimentos de registro e guarda da documentação. Estes relatórios finais são elaborados pelos estudantes a partir de suas vivências e experimentações nas PCCs e avaliados pela/o (s) professor/a (s) e/ou equipe que coordenou a PCC do período.

A cada início de período do curso deve ser realizada uma autoavaliação, a qual reunirá o coletivo de professores e estudantes de todos os períodos para que compartilhem os relatos dos trabalhos realizados nas Disciplinas de Eixo e de Prática como Componente Curricular no

período anterior, sendo que tais relatos se tornam subsídios para o planejamento do semestre corrente nas Disciplinas de Eixo e PCCs.

Assim, o desenvolvimento das Disciplinas de Eixo e Disciplinas de Prática como Componente Curricular figuram conforme define a Resolução N° 2/ 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, preparando as/os futuros/as profissionais do magistério a partir de uma visão ampla dos diversos contextos escolares e não escolares nos quais se concebe elementos de elaboração do conhecimento por meio da articulação teoria e prática fundada no domínio dos conhecimentos científicos, construindo uma rede de trabalho pautada no respeito às diferenças, no reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, geracional, dentre outras, aprimorando percepções sociopolíticas dos contextos educacionais, da construção e consolidação dos preceitos de cidadania, das formas de lidar com as novas tecnologias e a gestão escolar.

#### **4.5.1. Relatos de experiências – Projetos da PCC**

A título de exemplificação, citamos abaixo um projeto desenvolvido no âmbito das disciplinas Antropologia e Educação (Disciplina de Eixo) e Educação e Cultura (Disciplina de Prática como Componente Curricular), no segundo período do curso - primeiro semestre de 2016. Na oportunidade, as atividades foram coordenadas por uma professora da área de Ciências Sociais. O projeto que articulou as disciplinas, denominado “O trabalho de campo na Educação: Diversidade Cultural e Educação Escolar” teve como princípio desenvolver junto às/aos estudantes o instrumental teórico disponibilizado pela Antropologia e sua aplicabilidade ao contexto educacional por meio da compreensão conceitual e execução do método antropológico denominado trabalho de campo, método este estruturado nas correntes clássicas da Antropologia Social.

As disciplinas de Eixo e PCC no segundo período (primeiro semestre de 2016) visam, então, articular o estudo de caso etnográfico em espaços educativos escolares, buscando perceber como se constroem no cotidiano escolar os fatos relacionados à diversidade cultural, étnica/racial, de gênero e as percepções etnocêntricas/preconceituosas e/ou as práticas de relativização do outro no espaço de sociabilidade promovido pelo ambiente escolar. Para tanto,

as/os estudantes foram orientadas/os por uma questão geradora pautada nos elementos que favoreciam ou dificultavam o trabalho pedagógico da/do professora/o nas abordagens de temas relativos à diversidade em sala de aula.

Para desenvolverem a questão geradora, as/os estudantes receberam orientações para formulação de entrevistas estruturadas com docentes da educação básica de escolas públicas, orientação para visita às escolas campo, orientação sobre princípios éticos nos trabalhos etnográficos e orientação para utilização das ferramentas conceituais na execução do trabalho de campo e consolidação de um relatório em formato de artigo acadêmico expondo seus dados de pesquisa e articulação conceitual. Ao final dos trabalhos, as/os estudantes conseguiram obter domínio conceitual, verbal e escrito, do que as ementas das disciplinas propõem, demonstraram ainda encantamento pelos novos olhares trabalhados pelas ferramentas conceituais e pelas possibilidades de execução de trabalho de campo na perspectiva antropológica articulada à educação que capta a realidade de forma singular às suas metodologias.

Em outras Disciplinas de Eixo e PCC em outros períodos do curso, foram desenvolvidos projetos em espaços não escolares como atividades de pesquisa em circo, ONGs, sindicatos, assentamentos rurais, dentre outros, que buscaram, a partir das ementas das disciplinas, abordar as temáticas educacionais presentes nesses espaços.

#### **4.6 Trabalho de Conclusão de Curso**

O trabalho de Conclusão de Curso<sup>15</sup> é uma disciplina curricular obrigatória, ofertada em duas etapas, no 7º e 8º período do curso de Licenciatura em Pedagogia. Trata-se da produção textual acadêmica e científica desenvolvida mediante a orientação de estudo e pesquisa, (re)elaboração textual, avaliação e apresentação oral desse processo formativo.

No curso de Licenciatura a produção desse trabalho acadêmico está dividido em duas disciplinas:

- TCC I: carga-horária 108; tem como objetivo a elaboração do pré projeto de pesquisa a partir das etapas: 1. definição pelo coletivo de professores do curso de Linhas de pesquisas; 2. definição do tema e escolha por parte dos discentes do orientador; 3. orientação conjunta

---

<sup>15</sup> No âmbito do IFG a *Resolução nº 028, de 11 de agosto de 2014* dispõe sobre o regulamento de trabalho de conclusão de curso de graduação do IFG.

entre o professor responsável pela disciplina, orientador(a) e orientando(a); 4. apresentação do pré-projeto para uma banca avaliadora.

▪ TCC II: carga-horária 108; o objetivo é a produção textual de uma monografia a partir da aprovação do pré-projeto. Essa etapa finaliza com a apresentação oral do trabalho para uma banca avaliadora.

#### **4.7 Currículo integrado e a legislação nacional**

As instituições educacionais têm uma necessidade permanente de produzir sentido para fazer dos sujeitos que a ela constituem entrar e permanecer em atividade de estudo. A fim de realizar de modo efetivo seu projeto pedagógico e estratégias metodológicas são constantemente interrogadas e atualizadas. Consoante com o projeto de formação integral do humano, próprio de instituições que se apoiam no princípio formativo do trabalho, nosso curso procura realizar uma proposta de **currículo integrado**.

A integração no curso de Licenciatura em Pedagogia assume momentos e estratégias diversificadas. O princípio central é o diálogo entre os diferentes saberes que compõem a matriz formativa. Para conduzir esse diálogo integrador, a prática pedagógica é orientada pelos princípios epistemológicos e pedagógicos da contextualização e interdisciplinaridade.

A contextualização, não raro mal compreendida como mera utilização de exemplificações de aplicações de determinados conceitos em situações cotidianas, é compreendida como uma forma de ampliar a conceitualização das problemáticas investigadas por compor os objetos de estudo com as suas mais variadas dimensões. Importa tratar da articulação entre diferentes âmbitos, a saber, o político, o econômico, o histórico, o ambiental etc., que tem como finalidade maior a formação do educador social. Trata-se de uma tarefa que extrapola a capacidade dos professores e seus campos de conhecimentos específicos, o que demanda a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade é tanto uma necessidade, quanto uma dificuldade, embora uma reflexão ampliada de objetos tomados em sua complexidade a suponha. Importa notar que o esforço de integração interdisciplinar dos saberes não é algo que possa ocorrer sem o trabalho coletivo dos sujeitos que dominam os diferentes saberes. Os saberes não têm autonomia, não se integram a não ser pelo trabalho dos sujeitos. Como exemplos das formas de integração promovidas no curso de Pedagogia, conforme descrito no item 4.5 específico sobre a PCC,

temos a articulação entre as disciplinas do curso em torno do eixo do educador social, eixo que se desdobra em eixos por período em torno dos quais se articulam as disciplinas/professores do período. Essa articulação ocorre mediante formas variadas, por meio de atividades tais como os projetos integradores, por meio da estrutura da própria disciplina – caso das PCC que têm pelo menos dois professores em regência compartilhada -, ou por meio de trabalhos desenvolvidos entre duas ou mais disciplinas que podem ser desenvolvidos pontualmente ou por todo o período do semestre.

Como exemplo dessa última estratégia temos o trabalho desenvolvido pelos professores, no quarto período, de Psicologia da Educação II e Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências. A fim de aprofundar a compreensão do fenômeno educativo, esses professores coordenam um trabalho comum para ambas disciplinas de realização de atividades diversas (planejamento, aulas, gravação e transcrição de aulas, análise das gravações etc.), integrando referências teóricas das duas disciplinas. O trabalho inclui momentos de planejamento conjunto e aulas com regência compartilhada.

No seu conjunto, as concatenações conceituais apresentadas, orientadas pelo propósito maior de formação humana integral sob a forma do educador social, expressam uma compreensão de *práxis* educativa, isto é, as ações formativas são teoricamente informadas de modo que não há dicotomia entre teoria e prática, e sim um conjunto de práticas sócio formativas fundamentadas teoricamente.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento e a efetivação do currículo integrado no curso de Licenciatura em Pedagogia está condicionado também às exigências curriculares estabelecidas pela legislação nacional. Destacam-se, portanto as seguintes leis e suas caracterizações: a Educação Ambiental – Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999; o Ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena – c – Resolução CNE/Cp nº 01, de 30 de maio de 2012; o Atendimento às necessidades educacionais especiais, com ênfase à formação para o atendimento às condições de deficiência na perspectiva inclusiva – Lei nº 13.146/2015 e Decreto nº 5.296/2004; Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005.

#### **4.7.1 Educação Ambiental**

**Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.**

Um dos desafios do processo de ensino diz respeito à abordagem da temática ambiental. Como tema de ampla complexidade, pois envolve diversas áreas do conhecimento, direta ou indiretamente, a educação ambiental deve proporcionar uma formação que possibilite a observação, a análise de múltiplos fatores interferentes, a abstração e, sobretudo, reflexão quanto ao contexto político-econômico e sociocultural. Tristão (2004, apud MENEZES *et al.*, 2012, p. 22), ressalta que

a reflexão (...) em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental se configura crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento (...).

Nesse intuito, as disciplinas de Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia, História e Ciências, do curso de Licenciatura em Pedagogia, viabilizam discussões para a compreensão dos principais ciclos de funcionamento e renovação da natureza, bem como a compreensão do contexto político-econômico que envolve sua apropriação e socialização de implicações socioambientais à sociedade.

As disciplinas mencionadas buscam viabilizar ainda um arcabouço teóricometodológico que favoreça o desenvolvimento da criticidade ambiental e o fomento à pesquisa científica nesse âmbito, pois abordam temas concernentes à política, economia, cultura e sociedade, instrumentalizando os futuros professores na implementação de metodologias e estratégias que promovam a educação ambiental no exercício social da cidadania.

#### **4.7.2 Ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena**

**Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.**

A Educação para as relações étnico-raciais em um país como o Brasil que possui uma formação multiétnica, a qual é fundamental para compreendermos a formação do povo brasileiro. No entanto, as reflexões propostas na disciplina Relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena, buscam um recorte que dê ênfase às populações afro-brasileiras e indígenas. Muitos questionam este recorte, dado o caráter multirracial de nosso país, o que torna imprescindível justificar que estes grupos étnicos foram alvos de discursos e nefastas políticas ao longo de nossa história.

Diante destas políticas e práticas discursivas, torna-se imprescindível reconstituir historicamente o papel e o protagonismo do negro e dos povos indígenas na história do país e na construção da identidade do povo brasileiro. Assim, trazer o passado à tona nos propicia compreender melhor a trajetória de homens e mulheres que lutaram e sonharam por um futuro melhor.

Proporcionar aos nossos alunos a compreensão do protagonismo do negro e das populações indígenas em sua história torna-se um dos pilares desta disciplina, pois este olhar como protagonistas de sua história remetem a sua ancestralidade, em particular a cultura negra, sobreviveu à colonização europeia, junto aos quilombos, aos terreiros, às irmandades, aos grupos, associações, imprensa negra e movimentos contemporâneos. Para os alunos negros e indígenas, este olhar historiográfico lhes permite construir sua ancestralidade, um dos elementos fundantes de sua construção identitária e desmistificar para todos os alunos que o negro e o índio *foram e são* sujeitos ativos em nossa história e não apenas no processo de colonização do país, como ainda insistem alguns materiais didáticos.

Frente a estes debates, a disciplina educação para as relações étnico-raciais procura desenvolver a valorização da influência da cultura africana e indígena na cultura brasileira e a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias presentes em nossa sociedade. Os estudos propostos visam promover uma análise das contribuições das leis nº 10.639/ 2003 e 11.645/2008 (BRASIL, 2003, 2008) para as práticas pedagógicas que estimulam a compreensão da História dos Povos Indígenas e Afrodescendentes na formação da sociedade brasileira, demonstrando a contribuição destes povos à História e à cultura brasileira.

A relevância das leis é o reconhecimento do Estado brasileiro ao racismo. Portanto, torna-se imprescindível construir uma postura política pedagógica que vise à sua superação. Talvez, o primeiro passo seja o reconhecimento do negro e do índio como agentes de sua história, demonstrando sua trajetória e as diversas formas de lutas pela liberdade, pela cidadania e pela educação.

Neste sentido, um dos caminhos para superação do racismo é compreender o papel dos movimentos sociais negros e indígenas, marcados pela invisibilidade, e torná-los presentes em nossos currículos, uma vez que esta prática permite emergir outros olhares sobre o negro e o índio, superando a folclorização que os percebem no passado, como povos e culturas que existiram, passando a percebê-los como grupos sociais que fazem parte de nosso presente.

Por meio de revisão bibliográfica, a disciplina busca apresentar como em pleno século XXI, os processos de exclusão e preconceitos se fazem presentes em nossa sociedade e ecoam nos espaços de aprendizagem formais e não formais. Neste contexto, compreendemos a cultura como fator determinante para nos situarmos no mundo e nossas experiências como culturas escolares, condicionantes para desempenharmos nossos papéis como atores sociais. Compreendemos que nossas escolhas pedagógicas com relação aos conteúdos e abordagens não são neutras, pois estão carregadas de valores simbólicos, como preceitos e preconceitos.

Assim, concebendo a realidade social como cifrada e que para compreendê-la torna-se necessário compreender os símbolos produzidos por aqueles que a vivenciam, julgamos necessária a reflexão e compreensão dos debates apresentados por esta disciplina, para desenvolvermos práticas pedagógicas que evidenciem a alteridade e o respeito às diferenças em uma sociedade multirracial como a brasileira, como formas de combater o racismo e estimular práticas positivas frente ao preconceito tão latente em nossa sociedade.

#### **4.7.3. Educação em direitos humanos**

##### **Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012.**

Conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos/ Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos caracteriza-se como um dos eixos fundamentais do direito à educação, referindo-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos. Aos sistemas de

ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais. Com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

No Curso de Pedagogia do IFG Câmpus Goiânia Oeste, a Educação em Direitos Humanos ocorre como um processo orientador da formação integral dos (as) alunos (as) que integram o curso, possibilitando a apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; A afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; A formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; O desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; Além do fortalecimento de práticas individuais e sociais que geram ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

A Educação em Direitos Humanos encontra-se inserida de forma interdisciplinar na organização curricular do Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Goiás- Câmpus Goiânia Oeste, assim como no Projeto Político-Pedagógico; nos Regimentos; nos Programas e Planos de Curso; nas pesquisas, extensões e nos diferentes processos de avaliação.

Desta forma, ao se trabalhar na perspectiva da Educação em Direitos Humanos deve-se reconhecer a educação como um direito que deve ser garantido a todos, cuja efetivação extrapole a garantia do acesso, mas que seja considerado as condições de oferta, a permanência e a qualidade, levando em consideração o modelo de educação de acordo com as suas especificidades vivenciadas por sujeitos de direitos em diferentes contextos.

#### **4.8. Ementa das disciplinas**

As ementas<sup>16</sup> e as bibliografias que integram a matriz curricular do curso das disciplinas estão apresentadas no Anexo I.

### **5. METODOLOGIA DO CURSO**

A natureza do trabalho pedagógico docente compreende dimensões didático-metodológicas inerentes à prática educativa. Trata-se de métodos e metodologia de ensino caracterizadas por dimensões que corroboram para a existência de práticas técnico-instrumentais e práticas político-pedagógicas.

A perspectiva político-pedagógica à qual se vincula o curso de Licenciatura em Pedagogia tem como mediação a indissociabilidade da relação teoria e prática nas ações didático-metodológicas do processo educativo. Essas ações têm como finalidade o desenvolvimento coletivo e formativo mediante proposições que visam desenvolvimento e formação integral dos sujeitos sociais. Elas perfazem as disciplinas do curso, no propósito de contribuir para a formação científica, sob o pressuposto de que o educador social deve ser, por excelência e compromisso ético, um professor-pesquisador. Portanto, tanto é importante a formação epistemológica e didático-metodológica específica das áreas de conhecimento das distintas metodologias (Disciplinas de Fundamentos e Metodologias de Ensino), como também a referente ao núcleo básico do curso.

No curso de Licenciatura em Pedagogia as ações didático-metodológicas estão também correlacionadas ao trabalho coletivo na promoção educativa das seguintes atividades:

---

<sup>16</sup> As ementas/referências do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFG/Câmpus Goiânia Oeste foram elaboradas a partir da fundamentação, estudo e pesquisa de matrizes de cursos de Licenciatura em Pedagogia do Brasil. Destaca-se que foram pesquisadas as seguintes instituições: Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC); Universidade Federal de Goiás (UFG); Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

## **5.1. Eventos acadêmico-científicos**

Envolvem a proposição e participação em eventos acadêmicos, científicos e culturais promovidos tanto pela comunidade interna do IFG como da comunidade externa. No âmbito do IFG existem distintas ações formativas institucionais cuja ênfase refere-se ao fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão. Destacam-se as seguintes atividades:

- Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão do Instituto Federal de Goiás (SIMPEEX);
- Seminários de Iniciação científica e tecnológica dos Câmpus;
- Práticas esportivas pela promoção dos Jogos Internos do Instituto Federal de Goiás (JIFES);
- Ações Culturais desenvolvidas pela realização de eventos que tem como temática as relações étnico-raciais, o Culturas Negras; a filosofia e a arte com o Festival de Artes ;
- Semana de Ciência e Tecnologia (SECITEC)

Além dessas ações formativas institucionais, o curso de Licenciatura em Pedagogia tem proporcionado ao estudantes:

- palestras, cines-debate, mesas-redondas, visitas-técnicas, estudos do meio, ciclos do reconhecimento do curso, oficinas;
- monitorias de disciplinas.

## **5.2. Apoio pedagógico ao discente**

A Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente colabora com processo pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia por meio do acompanhamento às turmas e aos discentes através de atendimentos individuais e coletivos para orientações pedagógicas, mapeamento das dificuldades e intervenções, além de visitas domiciliares, quando necessário, visando assim contribuir para a permanência e o êxito dos estudantes. Conduz o processo de escolha dos representantes das turmas e estabelece interação com os docentes, coordenação do curso e

demais profissionais diretamente ligados ao processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo de contribuir com reflexão e (re)construção das ações pedagógicas coletivas.

### **5.3. Assistência estudantil**

A Assistência Estudantil do Instituto Federal de Goiás – IFG, de acordo com a Política de Assistência Estudantil, disposto na Resolução nº 194, de 26 de dezembro de 2023, tem por princípios, entre outros, o enfrentamento das desigualdades sociais, a ampliação das condições de acesso e permanência; a equidade de condições, com vistas à inclusão e respeito a diversidade; a priorização do atendimento às necessidades socioeconômicas, psicossociais e pedagógicas na formação integral; a defesa em favor da justiça social e diminuição do preconceito; o fomento à gestão democrática; o direito à educação pública, gratuita e de qualidade na formação plena do cidadão, conforme Plano de Trabalho CAE..

### **5.4. Atendimento pedagógico docente**

O atendimento pedagógico ao discente é parte integrante da jornada de trabalho dos professores, conforme Resolução nº 9/2011<sup>17</sup>. Os professores realizam o atendimento ao discente em horários preestabelecidos a cada semestre letivo. Para esse tipo de atendimento são disponibilizadas 4h/a para o ensino-aprendizagem de conteúdos.

### **5.5. Atendimento às necessidades educacionais especiais, com ênfase à formação para o atendimento às condições de deficiência na perspectiva inclusiva**

**Lei nº 13.146/2015 e Decreto nº 5.296/2004; Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005.**

Nas últimas décadas, direitos sociais da população de pessoas com deficiência têm sido reivindicados e ampliaram-se as conquistas na construção de marcos legais e instituição de políticas públicas. Cabe destaque, em nível mundial, a Declaração de Salamanca, de 1994, a Convenção da Guatemala, de 1999, e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006. Em comum, a prerrogativa de eliminação de

---

<sup>17</sup> Resolução nº09/2011 regulamenta a jornada de trabalho docente.

qualquer barreira que impeça o acesso a direitos fundamentais e humanos, tais como: vida, liberdade, segurança, justiça, mobilidade, saúde, educação, trabalho, emprego, lazer, expressão e participação na vida cultural.

Compreende-se por barreiras não apenas os impedimentos arquitetônicos e materiais do ambiente físico, mas também os atitudinais, ou seja, atitudes de discriminação e preconceito. O entendimento subjacente é o de que a condição de deficiência não está “localizada” no sujeito, mas sim é relativa à infraestrutura e à qualidade das interações que o meio proporciona para o acesso a bens culturais (materiais e imateriais) para vida digna, participativa e como máximo de autonomia.

No âmbito educacional, neste viés, ganha ênfase a perspectiva da educação inclusiva, isto é, da escolarização não segregada em ambientes ou classes diferenciadas (em relação a pares da mesma idade sem deficiência). Não se exige a adaptação do indivíduo à escola comum, e sim, ao contrário, a reestruturação ou estruturação dos sistemas e instituições de ensino para atender todos os educandos (na perspectiva de Educação para Todos<sup>18</sup>) em suas diferenças e necessidades educativas específicas, as quais podem ou não advir de condição de deficiência. Como acentua a Declaração de Salamanca (1994), as necessidades educativas especiais também abrangem indivíduos com superdotação, minorias étnicas e linguísticas e de populações nômades, entre outras que requeiram suporte específico para garantir condições de acesso, permanência e aprendizagem na escola. Assim, não se elimina a educação especial; ela é reconhecida como necessária, porém a ser efetuada nos sistemas e instituições de ensino comuns a todos e em todos os níveis.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, firmada em 2008 (BRASIL, 2010) delimita como público-alvo da educação especial: alunos com altas habilidades/superdotação, alunos com transtornos de desenvolvimento (como o autismo) e alunos com deficiência.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o

---

<sup>18</sup> A Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, já assinalava a necessidade de medidas que garantissem igualdade de acesso à educação às pessoas com deficiência, como parte do sistema educativo.

ensino comum, orientando para o atendimento desses alunos (BRASIL, 2010, p.20).

Nesse propósito, destacam-se, além da referida Política:

- a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de

Sinais;

- o Decreto nº 6571/2008<sup>19</sup>, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE);

- o Decreto nº 5.626/2005 (regulamenta a lei de 10.436/2002); a Resolução CNE/CEB 02/2001 (Educação especial na educação básica), a Portaria MEC nº

3.284/2003 (acessibilidade no ensino superior), ABNT NBR – 9050/2004; Decreto nº 5.296/2004 (confere prioridade às pessoas com deficiência), com medidas que contemplam o direito à acessibilidade, tanto em relação aos espaços de uso coletivos (adaptações arquitetônicas/eliminação de barreiras) quanto à comunicação/linguagem (Ex: flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos, com valorização do aspecto semântico; disponibilização de provas em formato acessível, em relação à condição de deficiência do estudante;

- a Lei nº 12.764/2012 regulamentada pelo Decreto nº 8.368/2014, que assegura a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA); - as Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicadas pelo MEC em 2015 e

- a Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Para fins de aplicação desta última lei, consideram-se, entre outros aspectos (Art. 3º), a efetivação de: acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva, eliminação de barreiras, amplitude de formas de comunicação (Ex: Libras, sistema Braille, sintetizadores de vozes digitalizados, recursos de comunicação aumentativa ou alternativa), mobiliário urbano, adaptações razoáveis a cada caso e profissional de apoio escolar. Este é descrito como “pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária em todos os níveis de ensino (...)” (BRASIL, 2015).

---

<sup>19</sup> O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 foi revogado pelo Decreto nº 7.611/2011.

Em relação à educação, em seu capítulo IV, incisos v, vi, vii, xii, xiii a Lei prevê “projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como as demais adaptações razoáveis” de modo a garantir “pleno acesso ao currículo em condições de igualdade. Estão também previstas, entre outras atenções, a oferta de ensino de Libras e do sistema Braille, uso de recursos de tecnologia assistiva, elaboração de plano de atendimento educacional especializado, acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas, oferta de profissional de apoio, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de métodos, técnicas pedagógicas, materiais didáticos equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, adoção de medidas de apoio que favoreçam aspectos vocacionais, culturais, habilidades, criatividade e interesses dos estudantes com deficiência, medidas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, favorecendo o acesso e permanência e a aprendizagem nas instituições de ensino (BRASIL, 2015).

O curso de Pedagogia do IF Goiás – Câmpus Goiânia Oeste, ao se sustentar no compromisso com a formação do educador social, mostra-se ciente do dever legal e social do atendimento às necessidades específicas de todos os educandos, sem discriminação, na perspectiva da educação inclusiva. É mister do pedagogo – especialmente sob os princípios de educador social – o comprometimento com valores democráticos e com o exercício de princípios éticos pautados na atenção aos direitos e valores humanos e à cidadania nas interações e práticas socioculturais, as quais acontecem na diversidade.

Sabe-se, todavia, que a efetividade desse compromisso constitui-se um desafio para além das instituições e da formação individual dos futuros profissionais; é um desafio das sociedades em nível mundial, uma vez que a exclusão de pessoas e/ou grupos populacionais marcados por determinada diferença (cor, etnia, cultura, classe social, condição intelectual ou física, gênero orientação sexual, entre outras) predominou e predomina na história da humanidade. Discussões mundiais amplas sobre direitos e valores humanos, bem como organizações e movimentos sociais de defesa de direitos só ocorreram com veemência e conquistas a partir da segunda metade do século XX. Além disso, as instituições educacionais são, também por questões históricas, constituídas sob a excludência, sobretudo o “lugar”(social) dos cursos de nível superior (cujo alcance depende de uma seletividade).

Portanto, a educação inclusiva é, como nomeia a política a seu respeito, ainda uma perspectiva, e não ainda uma conquista e seu processo se insere em contradições. Não obstante,

ações sociais – dentre elas as institucionais da área de Educação – têm contribuído para que essa perspectiva se efetive. No que se refere ao curso de Pedagogia do IF Goiás - Câmpus Goiânia Oeste, ressaltam-se, quanto à atenção às minorias historicamente excluídas, além dos princípios formativos (orientados para a formação do educador social), que perpassam por todas as disciplinas do currículo, a presença das seguintes disciplinas: Libras (optativa); Fundamentos e Metodologia da Educação Especial e Inclusão; Tempos e espaços escolares: limites e desafios (optativa); Tópicos de Educação e Diversidade; Relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena; Prática de ensino/estudos integradores: educação e desenvolvimento humano e as disciplinas de Eixo do curso.

Neste sentido, a disciplina Fundamentos e Metodologia da Educação Especial e Inclusão, ministrada no 6º período do curso, contempla em sua ementa os itens Políticas públicas para Educação inclusiva; Acessibilidade à escola e ao currículo e Adaptações curriculares e tecnologia Assistiva. Assim proporciona, mais diretamente, conhecimentos, pesquisas e propostas de intervenção voltados ao público com necessidades educacionais especiais. No semestre letivo 2016/2 as acadêmicas do período letivo mencionado conheceram e posteriormente elaboraram recursos lúdicos e de comunicação alternativa voltados a alunos com deficiência e produziram trabalhos de pesquisa. Estes últimos decorreram de atividades externas da disciplina, nas quais solicitou-se observar *in loco* como crianças com necessidades educacionais especiais vêm sendo atendidas nas escolas.

Objetiva-se que os trabalhos identifiquem demandas da comunidade referentes à acessibilidade e inclusão educacional, fomentem proposições para atendê-las (para ruptura de barreiras atitudinais e/ou materiais metodológicas), bem como futuras pesquisas em nível de trabalhos de conclusão de curso, estratégias metodológicas e recursos didáticos e publicações em eventos e periódicos científicos.

Por seu viés transdisciplinar, a área de estudo da disciplina compõe o laboratório de ensino, o qual tem, entre seus objetivos, a produção de recursos metodológicos de acessibilidade para práticas de ensino, considerando as faixas etárias, a diversidade de potenciais de desenvolvimento e aprendizagem e os conteúdos e didáticas das diferentes disciplinas e/ou campos do conhecimento.

A brinquedoteca também é uma referência para estudos e práticas de ensino voltada a discentes com necessidades educacionais especiais, uma vez que brinquedos e brincadeiras podem ser utilizados, adaptados ou então construídos conforme necessidades de aprendizado

e desenvolvimento humano específicas, com vistas a mediar e potencializar a sociabilidade, as percepções, o desejo pelo conhecimento e as funções psicológicas superiores.

Outra referência para o estudo e práticas de ensino da educação inclusiva, é a oferta da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que constitui uma disciplina obrigatória para os cursos de licenciatura a partir do Decreto 5.626/05.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Pode-se avaliar que trata-se tanto do reconhecimento da Libras como língua quanto a necessidade educacional de obtenção de conhecimentos específicos da educação inclusiva que são determinantes para os processos de ensino-aprendizagem.

Além desses aspectos enfatizados, destaca-se também que a coordenação de Assistência Estudantil e Apoio ao Discente do IFG Goiânia Oeste vem proporcionando atenção às necessidades específicas dos estudantes do Câmpus. Nesse propósito articula-se à coordenação dos cursos e ao corpo docente para que, quando necessário, sejam propostas e efetivadas ações diferenciadas que atendam necessidades educacionais específicas, tais como: sugestão de ampliação de textos para acadêmicos com baixa visão; adaptações didáticas e metodológicas no ensino e nas atividades de avaliação para acadêmicos que apresentem comprometimento cognitivo em acordo com a resolução IFG nº 98/2021.

Nas dependências do Câmpus, todos os banheiros, salas de aula e laboratórios são acessíveis e devidamente adaptados para cadeirantes, contando com portas e corredores amplos. Para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, há piso tátil ao longo dos principais corredores e indicações em placas com escrita em braile. Além disso, o Laboratório de Ensino dedica-se à criação e adaptação de recursos metodológicos acessíveis, voltados tanto à comunidade acadêmica quanto à comunidade externa, promovendo uma inclusão mais ampla e um ambiente de aprendizado inclusivo para todos os usuários.

Cabe destacar também que foi implementado o Núcleo de Atendimento às Necessidades Específicas (Napne), mediante a resolução IFG nº 1/2018, o qual é responsável pelo suporte pedagógico-humano (orientações) e material destinado a estudantes com necessidades específicas de ensino-aprendizagem.

## **5.6. Ações didático-metodológicas e os critérios de avaliação da aprendizagem aplicados ao alunos do curso**

O processo avaliativo está intrinsecamente ligado ao processo educativo. Sendo assim, considera-se a avaliação como um processo dialógico, entre educadores e educandos, que é descritivo, contínuo e que não busca a simples verificação de aprendizagem, mas a (re)construção qualitativa e significativa de saberes. Desse modo, torna-se alimento, sustentação, orientação no que concerne ao ensino aprendizagem e nas intervenções necessárias durante o processo educacional, ou seja, serve à (re)orientação das ações didático-metodológicas. Evidencia-se, portanto, o aspecto diagnóstico e formativo/mediador da avaliação.

Toma-se, então, o professor como mediador do processo avaliativo que reconhece: a dinamicidade desse processo; a necessidade de diversificação de instrumentos avaliativos; e que a aplicação desses instrumentos não necessita ser estática e pontual. Assim, a observação da avaliação como processo dialógico leva educadores e educandos pelas veredas dos saberes, de forma contínua e cumulativa, em um processo de (re)construção, valorizando o aspecto qualitativo sobre o quantitativo. Privilegia-se uma avaliação que forma e não apenas verifica a apreensão do conteúdo aplicado. A verificação é assumida, como propõe Luckesi (2010), numa perspectiva diagnóstica, ou seja, de constatação do que o aprendiz compreende sobre o conteúdo ministrado, para que o professor saiba em que aspectos interceder para haja aprendizado (ou aprimoramento deste) e para que dúvidas ou dificuldades dos educandos sejam dirimidas.

Segundo Freire (2005, p. 84-85), a educação libertadora preconiza que o pensamento não é dicotômico e sim dialético e que: “a liberdade começa quando o homem se faz sujeito da sua história”. Entende-se que a avaliação formativa está em acordo com o que propõe Freire, posto que tem seu foco no processo de aprendizagem do educando e na participação ativa deste neste processo, transportando-o do papel de assujeitado para o do sujeito ativo.

A relevância da avaliação formativa incide em integrar os processos inerentes à formação educacional do educando e futuro educador do curso de Licenciatura em Pedagogia. A avaliação formativa precisa estar em consonância com a proposta pedagógica do curso, deve orientar os procedimentos do professor (inclusive quanto ao atendimento didático-metodológico de necessidades específicas de aprendizagem), conduzir as relações educador-educando, estimular a conscientização do educando sobre seu processo de (re)construção de

saberes, contribuindo para com a sua formação nos processos educativos escolares, não escolares visando a formação/atuação deste como educador social.

Tendo os paradigmas apresentados como norteadores do processo avaliativo, salientamos que a avaliação dos alunos será processual e contínua. Para tanto, no acompanhamento constante do aluno, estaremos observando não apenas o seu progresso quanto à construção de conhecimentos científicos, mas também a atenção, o interesse, as habilidades, a responsabilidade, a participação, a pontualidade, a assiduidade na realização de atividades e a organização nos trabalhos escolares que ele apresenta. Por conseguinte, não apenas os aspectos quantitativos deverão ser considerados, mas também – e principalmente – os aspectos qualitativos, conforme a modalidade vigente no IFG.

Com relação a periodicidade de avaliações e outras questões específicas, serão determinadas pela Resolução nº 147, de 10 de novembro de 2022 e aplicam-se a todos os cursos de graduação oferecidos na instituição.

## **6. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)**

O Núcleo Docente Estruturante é um elemento de composição essencial dos cursos de graduação. É constituído por membros do corpo docente do curso, cujas atribuições estão diretamente vinculadas ao “acompanhamento atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso” (Art. 1º da Resolução nº 01 de 2010 CONAES).

As atribuições e os critérios de constituição desse núcleo estão relacionadas aos seguintes aspectos:

I. Critérios: a) ser constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores do curso; b) a obrigatoriedade de 60% dos membros com titulação acadêmica em programas de pós-graduação *stricto sensu*; c) podem participar membros com regime de trabalho parcial ou integral, porém com a prioridade de 20% dos membros em regime integral; c) assegurar renovação parcial dos integrantes do NDE como garantia da continuidade dos trabalhos (Resolução nº 01 de 2010 CONAES).

II. Atribuições: a) auxiliar na concretização do perfil profissional do egresso do curso; b) cuidar pela integração curricular interdisciplinar a partir das distintas atividades do curso;

c) proporcionar, promover o incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão vinculadas ao curso, a profissionalização e as políticas educacionais (Resolução nº 01 de 2010).

## **6.1. Composição do NDE do curso de Licenciatura em Pedagogia**

**1º composição – período 2014 – 2015/1** Portaria nº 2369, de 11 de dezembro de 2014  
Membros

1. Dorian Erich de Castro
2. Hermes Alves Borges
3. Katiane Martins Mendonça
4. Jullyana Borges de Freitas
5. Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon
6. Rachel Benta Messias Bastos

**2ª composição – período 2015/1 – 2017/1** MEMO Nº 20/ DAA/ 2015/IFG (04/5/2015)  
Membros:

1. Ádria Assunção Santos de Pádua
2. Aelton Leonardo Santos Barbosa
3. Dorian Erich de Castro
4. Hermes Alves Borges
5. Luciana Maria de Almeida
6. Maria Valeska Lopes Viana
7. Marta Jane da Silva
8. Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon
9. Rachel Benta Messias Bastos
10. Ramon Marcelino Ribeiro Júnior
11. Telma Aparecida Teles Martins Silveira

Membros colaboradores:

1. Ana Beatriz Machado de Freitas
2. Catarina Malheiros da Silva
3. Fernanda Alves de Oliveira
4. Suzy Mara Gomes

**3ª composição – período 2017-1** Portaria nº 681, de 10 de abril de 2017

Membros:

1. Ádria Assunção Santos de Paula
2. Marta Jane da Silva
3. Maria Valeska Lopes Viana
4. Rachel Benta Messias Bastos
5. Suzy Mara Gomes
6. Telma Aparecida Teles Martins Silveira

Membros colaboradores:

1. Ana Beatriz Machado de Freitas
2. Catarina Malheiros da Silva
3. Fernanda Alves de Oliveira

**4ª composição – período 2020-1** Circular nº 26, de 22 de maio de 2020

Membros:

1. Ádria Assunção Santos de Paula
2. Ana Beatriz Machado de Freitas
3. Cleberson Pereira Arruda
4. Constantino Isidoro Filho
5. Fernando Marcos da Silva
6. Leonardo Martins da Silva
7. Raclene Ataíde de Faria
8. Rachel Benta Messias Bastos
9. Suzana Lopes de Albuquerque
10. Suzy Mara Gomes
11. Telma Aparecida Teles Martins Silveira

**5ª composição – período 2023-1** Circular nº 25, de 09 de maio de 2023

Membros:

1. Telma Aparecida Teles Martins Silveira (Presidente)
2. Ana Beatriz Machado de Freitas
3. Constantino Isidoro Filho
4. Dayanna Pereira dos Santos
5. Fernando Marcos da Silva
6. Janaína Cristina de Jesus
7. Marta Jane da Silva
8. Raclene Ataide de Faria
9. Rachel Benta Messias Bastos
10. Ramon Marcelino Ribeiro Júnior
11. Suzana Lopes de Albuquerque
12. Suzy Mara Gomes

**6ª composição – período 2024-1** Portaria nº 36, de 10 de julho de 2024

Membros:

1. Fernando Marcos da Silva (Presidente)
2. Ana Beatriz Machado de Freitas
3. Cleberson Pereira Arruda
4. Constantino Isidoro Filho
5. Dayanna Pereira dos Santos
6. Janaína Cristina de Jesus
7. Marta Jane da Silva
8. Raclene Ataide de Faria
9. Rachel Benta Messias Bastos
10. Ramon Marcelino Ribeiro Júnior
11. Suzana Lopes de Albuquerque

12. Suzy Mara Gomes
13. Telma Aparecida Teles Martins  
Silveira

## **7. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO**

O trabalho da coordenação do curso de licenciatura em Pedagogia pauta-se pelo desenvolvimento pedagógico-educacional dos sujeitos sociais diretamente envolvidos – gestão, docentes, discentes, técnico-administrativos - nesse processo institucional. Destacam-se as seguintes ações sistemáticas da coordenação de curso referentes à gestão do curso, à relação com os docentes e discentes e com os técnicos administrativos:

- planejamento, viabilização e acompanhamento das atividades pedagógicas;
- organização coletiva do processo de Reconhecimento do curso;
- avaliação e análise de processos acadêmicos [justificativa de faltas; exercício domiciliar; atividade complementar; relatório de estágio; transferência externa/portador de diploma/ mudança de curso e outros]; - organização coletiva do estágio não-curricular;
- organização coletiva da prática como componente curricular;
- elaboração e discussão do horário de aula e distribuição de carga-horária docente;
- acompanhamento das etapas dos Exames Nacionais obrigatórios do MEC;
- análise de planos de ensino e projetos de atividades curriculares;
- orientação pedagógica para discentes;
- orientação didático-pedagógica para professores;
- acompanhamento coletivo do Plano de permanência e êxito dos discentes;
- participação no Fórum das Licenciaturas do IFG;
- participação em reuniões do Câmpus e reuniões institucionais;
- organização coletiva de atividades complementares;
- trabalho coletivo com a assistência estudantil e equipes de apoio aos discentes e Corae/Caae.

Enfim, é um trabalho coletivo de intervenção, proposição e transformação em prol da universalização do acesso e permanência na educação pública. Além disso, trata-se de

atividades determinantes para a efetivação da equidade social da educação obrigatória e gratuita.

### **7.1. Das características da Coordenação de curso**

- Definição do coordenação: indicação para os Câmpus em implantação; eleição bienal para os demais Câmpus;
- Critérios para a escolha do coordenação de curso: experiência profissional de magistério superior e gestão acadêmica; graduação na área do curso;
- Carga-horária de trabalho: 30 (trinta) horas semanais;

## **8. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES**

Os alunos regularmente matriculados poderão solicitar ao Departamento de Áreas Acadêmicas do Câmpus, em data estabelecida no Calendário Acadêmico do Câmpus, o Aproveitamento de conhecimentos e estudos, nos termos do Regulamento Acadêmico dos Cursos de Graduação e do Regulamento do Exame de Proficiência, aprovados pelo Conselho Superior da Instituição.

Sobre o Aproveitamento de estudos para efeito de dispensa de disciplinas, a Resolução nº 147, de 10 de novembro de 2022 estabelece no capítulo VII que é facultado ao discente regularmente matriculado em cursos de graduação do IFG, requerer aproveitamento de estudos, de acordo com o calendário da Instituição e das seguintes condições, que constam no Art. 43:

I - no ato de ingresso no curso, para disciplinas cursadas no mesmo nível de ensino, mediante análise curricular, observada a situação de regularidade acadêmica e administrativa do curso e da instituição de origem; II - ao longo do curso, para disciplinas cursadas nos termos dos artigos 24 a 27 do presente regulamento; e III - mediante a realização de exame de proficiência nos termos do regulamento dos exames de proficiência aprovado pelo Conselho Superior da Instituição.

Na efetivação dessas condições, é responsabilidade do Departamento de Áreas Acadêmicas deliberar sobre as solicitações por meio de análise curricular. Deve-se observar segundo Art. 44 parágrafo 1º, a equivalência de conteúdo programático e a compatibilidade de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária, via análise do histórico escolar e do ato legal de funcionamento do curso na instituição de origem. Ao final registra-se no

histórico acadêmico a nota do discente na disciplina, conforme registro da instituição de origem.

Destaca-se que o Aproveitamento de estudos mediante ao Exame de Proficiência está também regulamentado pela Resolução nº 18, de 26 de dezembro de 2011, a qual prevê em seu Art. 4º que é necessário o candidato (a):

I- Demonstrar extraordinário domínio de conteúdos por meio do histórico escolar;

II- Ser portador (a) de certificado de conclusão de estudos em cursos regulares da educação profissional ou em outras modalidades de ensino;

III- Comprovar domínio de conhecimentos obtidos a partir das competências adquiridas no trabalho, por meios formais e não formais.

§1º. Na solicitação de avaliação com base nos conhecimentos obtidos em cursos regulares da educação profissional ou em outras modalidades de ensino, o discente deverá apresentar documentação comprobatória contendo, no mínimo, a descrição de conteúdos, carga horária e bibliografia.

§2º. Na solicitação de avaliação de conhecimentos a partir das competências adquiridas no trabalho, por meios formais e não formais, o aluno deverá apresentar memorial descritivo das atividades desenvolvidas no âmbito do trabalho, relacionando-os aos conteúdos atinentes à disciplina em que deseja ser avaliado e apresentar documentação comprobatória.

§3º. Compreendem-se como documentação comprobatória das competências adquiridas no trabalho os registros de contratos de trabalho, com identificação clara das funções exercidas; carteira de trabalho e declaração de funções emitidas pelos órgãos ou empresas; *portfólios* de produções autônomas com identificação de clientes atendidos; registros de projetos cadastrados e desenvolvidos junto a entidades públicas e privadas, prestadoras de ou organizações não governamentais, entre outros que atestem e caracterizem as atividades desenvolvidas.

Assim, as disciplinas disponíveis para Exame de Proficiência, resultantes dos pedidos deferidos, estão vinculadas às matrizes curriculares dos cursos e são avaliadas conforme o plano de ensino e os seus conteúdos devem constar do programa vigente, observando se o disposto no Projeto do Curso aprovado no Conselho Superior do IFG.

## **9. FUNCIONAMENTO**

O curso de Licenciatura em Pedagogia será ofertado nas instalações do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Oeste, localizado no endereço (provisório): Avenida C-198, qd. 500, Jardim América. Sede: Endereço: R. F 17 - Vilage Santa Rita, Goiânia – GO. Cep: 74395-160. Telefone/Fax: (62) 3237-1800

Desde o Processo Seletivo 2014/1 são ofertadas 30 (trinta) vagas<sup>20</sup> semestrais. O curso é ofertado no período noturno, das 19h às 22h15min, de segunda-feira a sexta-feira e no período matutino, no sábado das 07h às 12h. E, sua duração é de 8 semestres letivos. O tempo de integralização mínima prevista é de quatro anos e o tempo de integralização máxima é oito anos.

## 10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O curso de Licenciatura em Pedagogia utiliza os seguintes equipamentos e espaços do IFG/Câmpus Oeste, os quais estão elencados abaixo:

Quadro 8: Locais utilizados pelo curso de Licenciatura em Pedagogia

LOCAIS DE TRABALHO	QUANTIDADE	CAPACIDADE (Nº DE ALUNOS)	EQUIPAMENTOS
Sala de aula	10	35 alunos	Carteiras; Quadro; mesa
Espaço lúdico de desenvolvimento e aprendizagem/brinquedoteca	1	20 alunos [espaço interno] mais de 30 alunos [espaço externo]	<b>Ver anexo III</b>
Laboratório de Ensino	1	30 alunos	Ver anexo II
Laboratório de Informática	1	20 alunos	Computadores ; Datashow, Quadro; branco. Lousa digital
Laboratório de Ensino e Promoção da saúde	1	30 alunos	Mesa, armário, cadeiras

<sup>20</sup> A Resolução nº 049, de 06 de outubro de 2014 é o documento institucional que autorizou o pela primeira vez funcionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Câmpus Goiânia Oeste, com 30 vagas. E a Resolução nº 163, de 28 de março de 2023 atualiza o endereço do Câmpus e autoriza 60 vagas anualmente.

Laboratório de saúde I	1	30 alunos	Mesas, armários, materiais e instrumentos da área de saúde
Laboratório de saúde II	1	30 alunos	Microscópios, armários, bancadas, materiais e instrumentos da área de saúde
Espaço de convivência/Miniauditório	1	200 alunos	Mesas e Cadeiras
Copa	1	10 alunos	Micro-ondas, geladeira, mesas

### 10.1. Laboratório de ensino

O laboratório de ensino constitui-se como espaço de reflexão, contextualização, produção e aplicação de materiais didáticos nos processos pedagógicos que auxiliem na articulação entre teoria e práticas de ensino. Sobre a caracterização e regulamentação desse laboratório, verificar o Anexo II.

### 10.2. Espaço lúdico de desenvolvimento e aprendizagem/Brinquedoteca

O Espaço Lúdico de Aprendizagem e Desenvolvimento/ brinquedoteca é um ambiente lúdico específico dos/das estudantes e dos/das docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Além disso, disponibiliza seu espaço à comunidade, atendendo crianças de diferentes idades. Nesse espaço, o planejamento de atividades é semestral e possibilita a construção do conhecimento em diversos contextos: socialização, autonomia e identidade, arte e movimento, música, lúdico (jogos, brinquedos e brincadeiras), literatura infantil, cultura, meio ambiente, higiene, conforme documentos normatizadores do MEC.

O Espaço Lúdico de Aprendizagem e Desenvolvimento/ brinquedoteca é também um núcleo de apoio pedagógico do Curso de Pedagogia, no qual os/as estudantes têm a

possibilidade de pensar, discutir, analisar, e investigar as brincadeiras, as interações, nos processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento da criança. Neste sentido, sobre caracterização e regulamentação desse laboratório, verificar o Anexo III.

### **10.3 Biblioteca**

Por tratar-se de um Câmpus em processo de implantação, desde o ano de 2013, iniciou-se a seleção do acervo a partir do ano de 2014. O acervo abrange distintas áreas do conhecimento correlacionadas diretamente às áreas do curso e outras áreas. Esse acervo é composto por: referências descritas nas ementas dos cursos; obras e livros indicados pela comunidade acadêmica em geral; livros (literatura, obras de referência, periódicos impressos e eletrônicos, folhetos).

Compreende-se, portanto, a função acadêmica e educativa da Biblioteca, a qual Tem como objetivo geral à democratização da informação e do conhecimento, por meio de suas instalações, do seu acervo, de seus recursos humanos e dos serviços aos usuários, atuando como suporte bibliográfico do processo ensino-aprendizagem, à pesquisa e como oportunidade de atualização e lazer. Objetiva ainda ser um centro de debates e divulgação cultural na área de Tecnologia, Artes, Literatura, Humanas, Exatas, Ciências Sociais, Saúde e Meio Ambiente<sup>21</sup>.

Destaca-se a finalidade da biblioteca como centro de debates, divulgação e principalmente como espaço de conhecimento, de estudo, pesquisa e formação.

Assim a biblioteca do IFG Câmpus Goiânia Oeste está aberta ao uso público para utilização de seu espaço, seu material bibliográfico e acesso à internet. O empréstimo de livros é privativo à comunidade acadêmica. Os serviços da biblioteca podem ser acessados através dos endereços eletrônicos:

- Link para acessar os serviços online da biblioteca, para consulta, renovação, reservas e outros serviços: <https://biblioteca.ifg.edu.br/>

- Link de orientação ao acesso ao Portal de Periódicos da CAPES: <http://www.ifg.edu.br/dti/acesso-aos-periodicos-capes>

---

<sup>21</sup> Texto da Minuta Política de formação e desenvolvimento de acervo da biblioteca.

## 11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO – ADMINISTRATIVO ENVOLVIDO NO CURSO

### 11.1 Pessoal Docente

Os docentes do curso de Licenciatura em Pedagogia, abaixo elencados, compõem o quadro de servidores efetivos do IFG/Câmpus Goiânia Oeste.

Quadro 9: Docentes do curso de Licenciatura em Pedagogia [1/2024]

DOCENTES DO CURSO	FORMAÇÃO/GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO
1. Adria Assunção Santos de Paula	Psicologia	Mestre em Psicologia
2. Aelton Leonardo Santos Barbosa	Filosofia	Doutorando em Filosofia
3. Alessandro da Costa	Música	Mestrado em Música
4. Ana Beatriz Machado de Freitas	Pedagogia	Doutorado em Educação
5. André Coimbra	Ciência da Computação	Mestrado em Ciência da Computação
6. Constantino Isidoro	Artes Cênicas	Mestrado em Arte-Teatro
7. Dayanna Santos	Pedagogia	Doutorado em Educação
8. Doriam Erich de Castro	História	Doutorado em História
9. Fernando Marcos da Silva	Física	Mestrado em Educação em Ciências e Matemática
10. Geisa Pires da Silva	Física	Mestrado em Física
11. Guenther Carlos Feitosa de Almeida	Educação Física	Doutorado em Educação

12. Hellen da Silva Cintra de Paula	Biomedicina	Doutorado em Medicina Tropical e Saúde Pública
13. Hermes Alves Braga	Letras Português/Inglês	Mestre em Linguística Aplicada
14. Isadora Costa Mendes	Pedagogia	Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias
15. Janaína Cristina de Jesus	Pedagogia	Doutora em Educação
16. Karinne Machado Silva	História	Doutorado em Geografia
17. Maisa Conceicao Silva	Pedagogia	Mestrado em Estudos da Tradução
18. Leonardo Martins	Geografia	Doutorado em Geografia
19. Luciana Maria de Almeida	Ciências Sociais	Mestrado em Educação
20. Mabel Pettersen	Letras/Inglês	Doutorado em Letras e Linguística
21. Maria José do Nascimento	Pedagogia	Mestrado em Educação
22. Mariana do Vale Moura	Pedagogia	Doutora em Educação
23. Marta Jane da Silva	Pedagogia	Mestre em Educação
24. Murilo Wascheck	Educação Física	Doutorado em Educação
25. Rachel Benta Messias Bastos	Pedagogia	Doutora em Educação
26. Ramon Marcelino Ribeiro Junior	Química	Doutorado em Educação em Ciências e Matemática

27. Sandro Henrique Ribeiro	Filosofia	Doutorado em Sociologia
28. Suzana Lopes de Albuquerque	Pedagogia	Doutorado em Educação
29. Telma A. T. M. Silveira	Pedagogia	Doutorado em Educação
30. Victor Racy Abdalla	Física	Mestrado em Ciência Espacial/Combustão

Fonte: Suape [11/2024].

## 11.2 Técnico – Administrativo

Os servidores técnicos-administrativos abaixo elencados, compõem o quadro de servidores efetivos do IFG/Câmpus Goiânia Oeste.

Quadro 10: Servidores técnico-administrativos que atuam diretamente com o curso de Licenciatura em Pedagogia

<b>DIREÇÃO GERAL</b>		
<b>CHEFIA DE GABINETE</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>
Cleber Junior	ASSISTENTE DE LABORATÓRIO	40h
<b>COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>
Stephanie Silva	Jornalista	40h
<b>RECURSOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>
Ana Elisa Goncalves da Silva	Assistente em Administração	40h
<b>ADMINISTRAÇÃO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>
Jean Carlos Dias Faleiro	Técnico de Tecnologia da Informação	40h

Abishai Lemes Borges Neto	Técnico de Tecnologia da Informação	40h
<b>ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA E APOIO AO ENSINO</b>		
NOME	CARGO	REGIME DE TRABALHO
Yuri Oliveira Terra	Assistente em Administração	40h
<b>REGISTROS ACADÊMICOS ESCOLARES</b>		
NOME	CARGO	REGIME DE TRABALHO
Roberta Costa e Silva	Técnico em Secretariado	40h
Katysuzan Ferreira de Souza Taveira	Assistente em Administração	40h
Ludmilla Lobo de Freitas	Assistente em Administração	40h
<b>BIBLIOTECA</b>		
NOME	CARGO	REGIME DE TRABALHO
Shilton C. Nunes	Bibliotecário	40h
Silmara C. dos Reis	Assistente em Administração	40h
Eliane G. dos Santos	Auxiliar de biblioteca	40h
Luciano Alvarenga Montalvao	Assistente em Administração	40h
<b>AUDIOVISUAL</b>		
NOME	CARGO	REGIME DE TRABALHO
Bruno Fiorese Fernandes	Técnico em audiovisual	40h
<b>GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
NOME	CARGO	REGIME DE TRABALHO
Adriam Marcos da Silva	Gerente de Administração	40h
Alan Alves de Magalhaes	Assistente em Administração	40h
Jessika Vieira Gomes	Técnico em Contabilidade	40h

<b>DEPARTAMENTO DE ÁREAS ACADÊMICAS</b>		
NOME	CARGO	REGIME DE TRABALHO
Larisse Faustino da Silva	Técnico Em Enfermagem	40h
Lourena Cristina de Souza	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais	40h

Barreto		
Duane Izabel Barbosa	Técnico de laboratório	40h
Greice Carla Cassiano Matos	Técnico de laboratório	40h
Leticia de Almeida Nogueira e Moura	Técnico de laboratório	40h
<b>APOIO AO DISCENTE</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>
Adelena Leitao Silva Carloto	Pedagogo	40h
Igor Luis Ribeiro Teodorico	Pedagogo	40h
<b>LABORATÓRIOS</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>
Greice Carla Cassiano Matos	Técnico em laboratório	40h
Duane Izabel Batista	Técnico em laboratório	40h
Cleber de Paula Silva Júnior	Assistente de laboratório de Informática	40h
Leticia de Almeida Nogueira e Moura	Técnico de laboratório	40h
<b>GERÊNCIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>
Aline de Moraes Rocha	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
Thiago Damasceno Pinto Milhomem	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
<b>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b>		
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>
Clarice Gomes Neves	Assistente Social	40h
Aline Seixas Ferro	Psicóloga	40h
Leticia Cunha Fernandes	Técnico em Assuntos Educacionais	40h

Fonte: Suape (07/2016; 04/2017; 11/2024).

## 12. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridos pelo curso, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade. Com relação à autoavaliação do curso, ela deve ser feita através:

1) dos resultados obtidos da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, resultados estes contidos no Relatório da Instituição disponibilizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);

2) da Análise dos dados da aplicação do Questionário Socioeconômico respondido por ingressantes e concluintes de cada um dos cursos participantes do referido exame, resultados estes contidos no Relatório da Instituição disponibilizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);

3) do Colegiado de áreas Acadêmicas do Departamento, cuja atribuição é: Propor e aprovar, no âmbito do departamento, projetos de reestruturação, adequação e realocação de ambientes do departamento, a ser submetido à Direção-Geral do Câmpus, bem como emitir parecer sobre projetos de mesma natureza propostos pela Direção-Geral.

4) do Conselho Departamental, cujas atribuições são: I - Aprovar os planos de atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do departamento; II - Julgar questões de ordem pedagógica, didática, administrativa e disciplinar no âmbito do departamento.

5) da avaliação dos professores do curso pelos discentes, autoavaliação do professor, avaliação do professor pelo coordenador de curso, conduzidas pela CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente.

6) dos relatórios de estágios curriculares de alunos.

7) do envolvimento prévio da CPA na organização do processo de avaliação dos cursos.

8) da Semana de Educação, Ciência e Tecnologia do IFG - Evento bienal com participação de empresas e encontro de egressos

9) da realização do conselho didático-pedagógico a partir da avaliação semestral dos discentes e professores em relação ao processo de ensino-aprendizagem, à relação professor-aluno e às metodologias do curso.

10) do desenvolvimento dos instrumentos do Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFG – Câmpus Goiânia Oeste, conforme Quadro 11 abaixo.

Quadro 11: Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFG – Câmpus Goiânia Oeste

SUJEITOS PARTICIPANTES	AÇÃO
	IMEDIATA
<b>Discentes da turma / Representante de turma</b>	<b>Comunicação/diálogo</b> sobre: <ul style="list-style-type: none"> <li>- ausência semanal;</li> <li>- evasão;</li> <li>- processo ensino-aprendizagem;</li> <li>- questões pessoais;</li> </ul>
<b>Docentes</b>	<b>Comunicação/diálogo</b> sobre: <ul style="list-style-type: none"> <li>- ausência semanal;</li> <li>- evasão;</li> <li>- processo ensino-aprendizagem avaliações e intervenção imediata;</li> <li>- questões pessoais</li> </ul>
SUJEITOS PARTICIPANTES	AÇÃO
	MEDIAÇÕES
<b>Coordenação de Assistência Estudantil</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistente social</li> <li>- Psicóloga</li> </ul> <b>Coordenação Pedagógica de Apoio ao Discente</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pedagogo</li> </ul>	<b>Diagnóstico/análise</b> da situação do discente; <b>registro, diálogo e intervenção</b> junto ao discente/familiares/DAA, sobre: <ul style="list-style-type: none"> <li>- ausência;</li> <li>- evasão;</li> <li>- processo ensino-aprendizagem;</li> <li>- questões pessoais internas e externas e/ou familiares;</li> </ul>

SUJEITOS PARTICIPANTES	AÇÃO
	MEDIAÇÕES
<b>Departamento de Áreas Acadêmicas</b> - Chefe do departamento - Coordenação acadêmica - Coordenações de cursos	<b>Intervenção pedagógica</b> sobre: - ausência semanal; - relatório mensal de frequência; - evasão; - processo ensino-aprendizagem [plantão de atendimento; monitoria; projeto de ensino]; - questões pessoais;
SUJEITOS PARTICIPANTES	AÇÃO
	FORMALIZAÇÃO
<b>Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares</b>	<b>Comunicação/Registro acadêmico/protocolo/processo</b> sobre: - evasão; - trancamento de matrícula; - processo ensino-aprendizagem;
<b>Direção-Geral e Gerência Administrativa</b>	<b>Fomentos/concessão de bolsas:</b> - vulnerabilidade social; - processo ensino-aprendizagem;

### 13. CERTIFICADOS E DIPLOMAS EXPEDIDOS AOS CONCLUINTES DO CURSO

Será concedido pelo Instituto Federal de Goiás o Certificado de Licenciatura em Pedagogia ao aluno que concluir todas as atividades previstas na matriz curricular do Curso, inclusive o Estágio Curricular Supervisionado (ECS), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Práticas como Componente Curricular (PCC) e alcançar aprovação em todas as disciplinas e obtiver, pelo menos, 75% de frequência em cada disciplina.

## 14. ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO

As instituições de ensino são locais que agregam não só as relações de produção e compartilhamento do conhecimento, mas sobretudo relações sociais. Estas relações se estabelecem em prol do aprender e ensinar e do aprender a aprender em uma relação cíclica, dialética e dialógica que visa dar sentido ao que é aprendido e aplicar o conhecimento em diferentes situações. É assim que deve se constituir e se consolidar a relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas instituições de ensino, em uma tríade que se intercalam, se completam e nela se faz e refaz a capacidade de aprender a aprender de todos os envolvidos no processo: professores, estudantes, técnicos administrativos e comunidade, uma vez que o conhecimento produzido e compartilhado ocupará lugar nas relações sociais para além dos muros das instituições de ensino, será capaz de produzir solidariedade (a que agrega os sujeitos na perspectiva durkheimiana), emancipação ou mesmo a manutenção de determinadas relações sociais.

Nesse sentido, Paulo Freire<sup>22</sup> (1983) nos alerta para as possibilidades que a prática da extensão, nas instituições de ensino, pode acarretar nas relações sociais institucionais e comunitárias, uma vez que a extensão tem como pressuposto a relação dialética entre o sujeito e a elaboração/reelaboração da história, não sendo apenas um instrumento a mais de transmissão ou transferência de técnicas ou conhecimentos, mas, além disso, de transformação e de construção e reconstrução social. Logo, a extensão como processo educativo deve envolver ações científicas, culturais e artísticas que possibilitem a participação de pessoas ligadas e não ligadas à instituição, a comunidade em geral, integrando a produção e o compartilhamento do conhecimento em um circuito no qual a sociedade e a instituição de ensino se reconhecem, ambas, no processo do saber popular e científico, no qual os sujeitos sociais absorvem conhecimentos e compartilham sabedoria.

É salutar que as ações de extensão nas instituições de ensino sejam elaboradas com a clareza de que ocupam um lugar nas relações sociais, na reprodução, produção e/ou transformação da sociedade ou da comunidade a que pertence. Nesse sentido, considerando os

---

<sup>22</sup> FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 7ª edição.

processos de produção técnica, tecnológica e científicas dos espaços educacionais, tais produções devem estar a serviço de ações emancipatórias dos sujeitos sociais, articulando conteúdos técnicos, humanísticos e éticos que permitam agregar valor técnico e humano às experiências de vida das pessoas envolvidas nas ações.

A elaboração do conhecimento está ligada às contradições da vida humana, e nesse sentido as ações de extensão precisam estar vinculadas aos reais interesses da comunidade e/ou sociedade para que estas se envolvam, se reconheçam, se constituam ou reconstituam nos processos extensionistas desenvolvidos. Logo, é essencial que as ações abarquem diferentes campos do conhecimento, numa perspectiva transdisciplinar, que permitam captar, absorver e desenvolver ações coerentes com as demandas da comunidade/sociedade.

As ações extensionistas permitem ampliar as formas de se perceber e de fazer ciência, uma vez que as relações de poder estarão em processo de revisão no decorrer dessas ações, ou seja, o poder de quem detém a produção científica e seu compartilhamento estará sendo confrontado com a realidade de sujeitos que trarão suas experiências de vida para confrontar com essa produção e colocá-la em dúvida, contribuindo assim para o círculo da produção do aprender a aprender baseado na perspectiva da dúvida, permitindo assim o reconhecimento de outros saberes que não estão dentro da instituição de ensino e muitas vezes reconfigurando o senso comum, que se reelabora a partir de novas possibilidades de conhecimentos.

A vivência de experiências democráticas, desenvolvidas nas ações de extensão, para estudantes, professores, técnicos administrativos e comunidade envolvida, pode ampliar as perspectivas de argumentação e interpretação da própria vida e todos seus elementos (sociais, políticos, culturais, interpessoais, psíquicos dentre outros) de todos os sujeitos envolvidos, tanto os da instituição quanto os sujeitos da comunidade/sociedade, processo este que configura a formação de um tipo de intelectual que Gramsci<sup>23</sup>(1982) chamou de intelectual orgânico, que se mantém ligado à sua origem social, que se mantém ligado aos sujeitos sociais reais e suas demandas e estes ao conhecimento produzido e compartilhado.

Este curso de Pedagogia, do IFG Goiânia Oeste, considera essencial este tipo de aproximação da instituição com a comunidade/sociedade e estimula seus professores, servidores em geral e estudantes a vivenciarem todos os processos de constituição das ações de extensão acima descritos, no intuito de formar educadoras e educadores comprometidas e

---

<sup>23</sup> GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

comprometidos com a elaboração e compartilhamento do conhecimento, bem como abertos e abertas ao processo do aprender e ensinar e do aprender a aprender, no círculo dialético e dialógico a que a educação está inserida, uma vez que o processo do conhecimento reelabora o que somos e por conseguinte o meio no qual vivemos, como nos instrui Freire (1983):

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato (FREIRE, 1983, p.16)

O conhecimento nas ações de extensão deve, portanto, possibilitar essa dimensão humana descrita por Freire (1983), por mais técnico que possa parecer à primeira vista; deve construir uma sintonia com a comunidade/sociedade e permitir a reflexão sobre si mesma e devolver a reflexão ao próprio conhecimento lançado. Fazendo isso, as ações extensionistas estarão articuladas aos princípios apontados pelas legislações educacionais vigentes.

Cumprir lembrar que ações de extensão não são ações filantrópicas ou assistencialistas; como descrito, estas ações devem pautar-se no compartilhamento de diversos conhecimentos e saberes que interessem às comunidades/sociedades. Considerando a existência das desigualdades sociais e de acesso à educação no país é, no entanto, salutar ressaltar o que dispõe o Plano Nacional de Educação 2014, que planeja as ações de educação para os vindouros vinte anos e apresenta o compromisso de trabalhar para a eliminação de desigualdades que são históricas no país. Nesse sentido, as metas do PNE são

orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um PNE não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias. (BRASIL, 2014, p. 9)

Considerando as perspectivas e as metas do PNE/2014, às ações extensionistas podem colaborar em diversas frentes de atuação, agregando conhecimentos transdisciplinares para, em sintonia, contribuírem para o disposto na legislação. E mais do que isso, a legislação serve como norteadora para a elaboração de ações que sirvam aos interesses da comunidade/sociedade.

Cabe recordamos que o inciso VII do artigo 6º da Lei nº 11.892/ 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dispõe que uma das finalidades dessas instituições é desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. Portanto, é parte do escopo de constituição do próprio IFG desenvolver ações extensionistas que dialoguem com a realidade da comunidade a qual está inserido. É salutar ressaltar que estas ações de extensão desenvolvidas por instituições federais de ensino superior podem ser inseridas no rol de atividades que podem receber incentivos financeiros do Estado, conforme consta no Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010, que regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária, o que permite aos estudantes vinculados às ações extensionistas, como agentes propagadores do conhecimento, receberem auxílio financeiro pelo desempenho das atividades, considerando as regulamentações destas atividades no âmbito do IFG.

As legislações possibilitam agregar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, no processo da elaboração e compartilhamento do conhecimento, que deixa de ser um privilégio de quem está inserido na instituição de ensino e passa, por meio das ações extensionistas, a ser difundido na comunidade/sociedade, estando em sintonia com os próprios interesses dessa mesma comunidade/sociedade e permitindo quiçá perspectivas de elaboração de novas políticas públicas a partir das experiências vivenciadas nesses processos.

Fernandes<sup>24</sup> (1966), alerta-nos que se torna quase impossível pensar em desenvolvimento econômico e política de desenvolvimento, se a educação continua a se configurar como uma forma de conhecimento privilegiada que tende a manter a sociedade de maneira tradicional, patriarcal, recriando um sistema societário arcaico, que ainda que tenha intenções democráticas e defenda o processo educativo como um mecanismo democrático, segue se consolidando

---

<sup>24</sup> FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Domínio Editora/EDUSP, 1966.

como um processo seletivo que beneficia apenas uma pequena parcela da sociedade, considerando os diversos processos de exclusão social. Nesse sentido, construir estratégias que rompam com as barreiras entre o conhecimento e sua apropriação pela comunidade/sociedade torna-se mais do que um princípio estabelecido nas legislações educacionais e na prática educativa dos profissionais da educação, torna-se um princípio ético de consolidação e formação de sujeitos de direitos ativos e construtores da história e suas realidades.

É nesse escopo que o curso de Pedagogia do IFG Goiânia Oeste constrói suas ações extensionistas, integrando comunidade acadêmica e comunidade geral na consolidação de novas perspectivas de elaboração e reelaboração das relações sociais que vimos dialogando.

#### **14.1. Ações de pesquisas e extensão:**

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão do IFG Câmpus Goiânia Oeste acontece por meio de ações desenvolvidas no âmbito da Gerência de Pesquisa, Pós – graduação e Extensão (Gepex ), o qual é o setor responsável por implementar e acompanhar as políticas e ações vinculadas às Pró– Reitorias de Pesquisa e Pós – Graduação e Pró – Reitoria de Extensão.

Caracteriza-se como ações desenvolvidas no IFG Câmpus Goiânia Oeste:

- Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIICT), destinado aos alunos dos cursos técnicos (PIBIC-EM) e superiores (PIBIC, PIBITI e PIBIT- AF)

- Cursos de Extensão;

- Projetos de Extensão;

- Projetos de Pesquisas;

- Grupos de estudos;

- Cadastro de núcleos:

NUPEEFT – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Formação de Trabalhadores

Área predominante: Ciências Humanas; Educação

Políticas e Formação de Trabalhadores

NUPPS – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Promoção da Saúde

Área predominante: Ciências da Saúde; Saúde Coletiva

NEACE - Núcleo de Pesquisas em Ensino, Aprendizagem e Contexto Social da Educação

Área predominante: Educação; Educação Ambiental

GEPEJ - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E JUVENTUDE

Área predominante: Ciências Humanas; Educação

PANECÁSTICA - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Homem, o Trabalho e a Educação Profissional Tecnológica

Área predominante: Ciências Humanas; Educação

NuMPEL - Núcleo Multicampi de Pesquisa e Estudos em Linguagem

Área predominante: Linguística, Letras e Artes; Linguística

#### **Núcleos Interinstitucionais:**

Geninhas em Movimento — Espaço ERER

Área predominante: Ciências Humanas; Educação

NEPIEC - Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos -NEPIEC

Área predominante: Educação

## 15. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei nº 4.169, de 04 de dezembro de 1962. Brasília, 1996. Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o código de contrações e abreviaturas Braille. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19501969/L4169.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19501969/L4169.htm)

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Brasília, 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)>

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Brasília, 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/ CP 1 de 18 de fevereiro de 2002. Brasília, 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica em nível superior; em cursos de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 31. Brasília, 9 abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002. Brasília, 2002. Institui a duração e a carga horária de cursos de licenciatura. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 9 Brasília, 4 mar. 2002.

\_\_\_\_\_. Plano de Trabalho 2002-2004. Brasília: 2002. \_\_\_\_\_. Parecer nº 27 de outubro de 2001. Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais. Formação de Professores. Licenciatura Plena. Brasília, Conselho Nacional de Educação, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Brasília, 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Brasília, 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura

Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP, nº 01 de 17 de junho de 2004. Brasília, 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) >.

\_\_\_\_\_. Decreto nº Brasília, 2004. Brasília, 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) >.

\_\_\_\_\_. Decreto nº5.296, de 02 de dezembro de 2004. Brasília, 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, 2004. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP, Nº 1 de 15 de maio de 2006. Brasília, 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília, 2007. Disponível em:<  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf> >

\_\_\_\_\_. Resolução nº 03, de 02 de julho de 2007. Brasília, 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências. Disponível em:<  
[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf)>

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Brasília, 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm).

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília, 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:<  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf> >

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Brasília, 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de

2001; e dá outras providências. Disponível em:<

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm)>

\_\_\_\_\_. Projeto de lei nº 5346. Brasília, 2009. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. Disponível em:<  
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437196>>

\_\_\_\_\_. Lei nº 12, de 23 de dezembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/L12155.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L12155.htm)>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Marcos políticos-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

Disponível em:<

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6726marcos-politicos-legais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726marcos-politicos-legais&Itemid=30192).

\_\_\_\_\_. Resolução nº 01, de 17 de janeiro de 2010. Brasília, 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em:<  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6885resolucao1-2010-conae&category\\_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192)>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Brasília, 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.

Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.htm)

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)>

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.711, de 27 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá

outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>

\_\_\_\_\_. Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012. Brasília, 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:<  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)>

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Brasília, 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm)>.

\_\_\_\_\_. Educacenso 2013. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://educacenso.inep.gov.br/>>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Brasília, 2015. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em:  
[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res\\_cne\\_cp\\_02\\_03072015.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf).

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Brasília, 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.368, de 02 de novembro de 2014. Brasília, 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm)>

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Domínio Editora/EDUSP, 1966.

FOLHA DE SÃO PAULO. 55% dos professores dão aula sem ter formação superior. 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1390053-55-dosprofessores-dao-aula-sem-ter-formacao-na-disciplina.shtml>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou Comunicação*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOIÂNIA NO CORAÇÃO DO BRASIL. Quase 45% comem fora de casa em Goiânia. Disponível em: <<http://www.goianiabr.com.br/2011/09/quase-45-come-fora-de-casa-em-goiania.html>>

GOIÁS. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Goiás, 2013a. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/817/pdi-ifg.pdf>>

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás. *Observatório do Mundo do Trabalho – Estudo de Implantação*. Relatório das Regiões Oeste e Noroeste de Goiânia, 2013b.

\_\_\_\_\_. Resolução IFG nº 016, de 26 de dezembro de 2011. Goiás, 2011. Aprova o Regulamento das atividades complementares dos cursos de graduação do IFG. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao162011.pdf>>

\_\_\_\_\_. Resolução IFG nº 018, de 26 de dezembro de 2011. Goiás, 2011. Aprova o Regulamento do exame de proficiência dos cursos de graduação do IFG. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao182011.pdf>>

\_\_\_\_\_. Resolução IFG nº 019, de 26 de dezembro 2011. Goiás, 2011. Aprova o Regulamento acadêmico dos cursos de graduação do IFG. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao192011.pdf>>

\_\_\_\_\_. Resolução IFG nº 013, de 02 de junho de 2014. Goiás, 2014. Define as diretrizes pedagógicas e institucionais para a formação de professores por meio da oferta de cursos de licenciatura no IFG. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao132014.pdf>>

\_\_\_\_\_. Resolução IFG nº 028, 11 de agosto de 2014. Goiás, 2014. Dispõe sobre o Regulamento de Trabalho de conclusão de curso dos cursos de graduação do IFG. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao282014.pdf>>

\_\_\_\_\_. Resolução IFG nº 057, 17 de novembro de 2014. Goiás, 2014. Dispõe sobre o Regulamento de Estágio curricular dos cursos de educação profissional técnica de nível médio e do ensino superior do IFG. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao572014.pdf>>

\_\_\_\_\_. Resolução IFG nº 01, de 04 de janeiro de 2018 - Retifica a Resolução nº 30/2017, que aprovou o Regulamento do Napne. Disponível em:  
<<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%201.pdf>>

\_\_\_\_\_. Resolução IFG nº 98, de 31 de agosto de 2021 (PDF 217 KB) - Define os procedimentos de adaptação didático-pedagógica, flexibilização curricular, terminalidade específica e aceleração de estudos para estudantes com necessidades educacionais específicas – NEE. Disponível em:  
<[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%2098\\_2021%20-%20REI-CONSUP\\_REITORIA\\_IFG.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%2098_2021%20-%20REI-CONSUP_REITORIA_IFG.pdf)>

\_\_\_\_\_. Resolução nº 147, de 10 de novembro de 2022. Goiás, 2022. Aprova o Regulamento Acadêmico dos cursos de graduação do IFG e revoga a Resolução IFG nº 019, de 26 de dezembro 2011. Disponível em:  
<<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%20147-2022%20-%20REI-CONSUP-REITORIA-IFG,%20de%2010%20de%20novembro%20de%202022.pdf>>

\_\_\_\_\_. Resolução nº 163, de 28 de março de 2023. Altera, ad referendum, a Resolução 25/2016, atualizando o endereço do Câmpus Goiânia Oeste do IFG, para funcionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Disponível em:  
<[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%20163\\_2023%20-%20REI-CONSUP\\_REITORIA\\_IFG-1.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%20163_2023%20-%20REI-CONSUP_REITORIA_IFG-1.pdf)>

\_\_\_\_\_. Resolução nº 194, de 26 de dezembro de 2023. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFG. Disponível em:  
<<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20194%20-202023%20-%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil.pdf>>

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Étnico-Racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Caroline Mostaro Neves; FERNANDES, Alexsandra (Orgs). *Relações Étnico-raciais e educação no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p. 44-45.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IBGE, 2010. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

LIMA, Ivan Costa. *As Propostas Pedagógicas do Movimento Negro no Brasil: Pedagogia Interétnica uma Ação de Combate Ao Racismo*. Disponível em:  
[educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-diversidade/RELAÇÕES](http://educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-diversidade/RELAÇÕES)  
Acessado em 20/04/2015.

LOPES, Rosana. *A identidade do pedagogo como organizador do trabalho pedagógico escolar*. 2013.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 21.ed. São Paulo:Cortez, 2010.

MENEZES, Sady Júnior Martins da Costa de et al. Educação ambiental: utilização de geotecnologias na disseminação da percepção ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental- Revbea*, São Paulo, v. 7, n. 1, p.21-28, 2012.

PIMENTA, Selma G.; ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs.). *Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos*. São Paulo: Cortez, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O Currículo*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político - Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) *Projeto Político - pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2002.

VIEIRA, Suzane da Rocha. Docência, gestão e conhecimento: conceitos articuladores do novo perfil do pedagogo instituído pela resolução CNE/CP N. 01/2006. *Revista HISTEDBR On -line*, Campinas, n.44, p. 131 -155, dez 2011.

## ANEXO I - Ementário do curso

### EMENTAS - 1º Período

<b>Disciplina: Filosofia da Educação I</b>	<b>Período: 1º</b>
<b>Carga Horária: 54h</b>	
<p><b>Ementa:</b> Introdução à Filosofia mediante a caracterização de sua natureza e sentido. Estudo de aspectos da Paidéia grega no contexto da formação da Pólis e do surgimento da filosofia. Razão na patrística e escolástica e sua relação com educação. Estudo de filósofos e/ou correntes filosóficas modernas e suas contribuições para a fundamentação da educação.</p> <p><b>Bibliografia Básica</b> ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. <i>Filosofia da Educação</i>. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2008. JAEGER, Werner. <i>Paideia: a formação do homem grego</i>. 6.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. PLATÃO. <i>A República</i>. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> APPIAH, Kwame Anthony. <i>Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura</i>. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. GUIMARÃES, Bruno; ARAÚJO, Guaracy; PIMENTA, Olímpio. <i>Filosofia como Esclarecimento</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. LAUAND, Luiz Jean. <i>Cultura e Educação na Idade Média</i>. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. LE GOFF, Jacques. <i>Os intelectuais na Idade Média</i>. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. ROUSSEAU, Jean-Jacques. <i>Emílio ou da Educação</i>. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.</p>	
<b>Disciplina: História da Educação I</b>	<b>Período: 1º</b>
<b>Carga Horária – 54h</b>	
<p><b>menta:</b> A educação como processo social. A História como ciência. História e História da educação: bases epistemológicas, metodológicas e teóricas . As origens da educação pública no ocidente. Características da educação e da escola moderna. A História da educação brasileira na Colônia e no Império. A História da educação da infância no Brasil Colônia e Brasil Império. História da educação em Goiás. A formação do povo brasileiro e as relações étnico-raciais.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> CAMBI, Franco. <i>História da pedagogia</i>. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1999. MANACORDA, Mario Alighiero. <i>História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias</i>. 11ªed., São Paulo: Cortez, 2004. RIBEIRO, Maria Luiza dos Santos. <i>História da Educação Brasileira: a organização escolar</i>. 16.ed., São Paulo: Autores Associados, 2000.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> ARIËS, Philipe. <i>História social da criança e da família</i>. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.</p>	

HEYWOOD, Colin. *Uma história da Infância: da Idade Média à época contemporânea no ocidente.* (trad.) Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMAN JR., Moysés. *Histórias da educação infantil brasileira.* **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2000, n.14, pp.5-18. ISSN 1413-2478.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782000000200002>

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil.* Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil.* Vol. I – séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

**Disciplina: Língua Portuguesa – Análise e produção de texto acadêmico**

**Período: 1º**

**Carga Horária – 54h**

**Ementa:**

Leitura, produção de textos e análise linguística. Estrutura frasal. Pesquisa e formação do leitor e do escritor. Discurso, docência e pesquisa. Produção de textos: descritivos, narrativos e dissertativos.

**Bibliografia básica:**

FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. S. *Para entender o texto.* São Paulo: Ed. Ática, 1995.

GERALDI, Wanderlei (Org.). *Aprender e ensinar com textos de alunos.* São Paulo: Cortez, 1998.

SOLÉ, I. *Estratégias de leitura.* Porto Alegre: Artmed, 1998.

**Bibliografia complementar:**

FIORIN, J. L. *Lições de texto: leitura e redação.* São Paulo: Ed. Ática, 1999.

KOCH, I. G.V. *Desvendando os segredos do texto.* São Paulo: Cortez, 2002.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura à leitura do mundo.* São Paulo: Ática, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é lingüística.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

PROUST, Marcel. *Sobre a leitura.* Campinas: Pontes, 2001.

**Disciplina: Arte e Educação**

**Período: 1º**

**Carga horária: 54h**

**Ementa:**

Conceito de arte. Potencial criador e apreciação estética. As artes visuais. Diferentes formas de trabalho em artes visuais. História do Ensino de Arte. Metodologia do Ensino de Arte. Arte, Tecnologia e contemporaneidade.

**Bibliografia básica:**

BARBOSA, A. M. *A imagem no ensino da arte.* São Paulo: Perspectiva, 1991.

\_\_\_\_\_. *Inquietações e mudanças no ensino da arte.* 2. ed São Paulo: Cortez, 2003

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de; HERNÁNDEZ, F. *A formação do professor e o ensino das artes visuais.* Santa Maria, RS: UFSM, 2005.

**Bibliografia complementar:**

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. *Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais.* São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Tópicos utópicos.* Belo Horizonte: C/ARTE, 1998.

BUORO, A. B. *O olhar em construção: uma experiência de ensino da arte na escola*. São Paulo: Cortez, 1996.

FERRAZ, Maria Heloisa; FUSARI, Maria. *Metodologia do ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 1993.

MATOS, Maria do Carmo. *Hibridismo e currículo: ambivalências e possibilidades*. Universidade do Estado de Minas Gerais Belo Horizonte, Brasil Edil Vasconcellos de Paiva Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. 2007.

**Disciplina: Educação Social**

**Período: 1º**

**Carga horária: 54h**

**Ementa:**

Estudos, pesquisas, projetos, análise e reflexão das identidades comunitárias, societárias das realidades multiculturais, do dinamismo sócio-educativo do país. Os sujeitos na sua relação com as instâncias socializadoras. Responsabilidade socialpolítica-educativa: ações pedagógicas sociais. Elaboração de projetos formativos nos distintos campos de atuação do pedagogo.

**Bibliografia básica:**

CENTENO, Soriano Cristina. *Pedagogia Social: Marco Metodológico y Profesional*. Madrid: Formación Alcalá, 2005.

PACIANO, Fermo. *Pedagogia Social, fundamentação científica*. Madrid: Herder, 2002.

OLIVEIRA, W. F. de. *Pedagogia Social de Rua: as bases Políticas e Pedagógicas para uma Educação Popular*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

**Bibliografia complementar:**

ARROYO, M. *Qué es la pedagogia social?* Bordón, 1995.

ARAUJO, Joselaine; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Educação não-formal: a importância do educador social na construção de saberes para a vida em coletividade*. Disponível em:

<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewFile/818/839>.

COFFERRI, F. F. ;NOGARO, A. *Competências do Pedagogo como educador social – promovendo o desenvolvimento psicossocial do ser humano*. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/new/site/pdfs/perspectiva/128-134>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2014.

DIAS, Andre Soriano. *Uma Aproximação à Pedagogia- -Educação Social*. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n7/n7a06.pdf>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2014.

FERMOSO, P. *Pedagogía social*. Barcelona: Herder, 1994.

<b>Disciplina: Metodologia do trabalho científico - I</b>	<b>Período: 1º</b>
	<b>Carga Horária 27h</b>
<p><b>Ementa:</b> Ciência e conhecimento. Dimensões epistemológicas, teóricas e técnicas da pesquisa em educação. Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos. Iniciação ao projeto de pesquisa.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> LUDKE, M; André, M. <i>Pesquisa em educação: abordagens qualitativas</i>. São Paulo: EPU;1986. TEIXEIRA, E. <i>As três metodologias</i>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. SEVERINO, A. J.. <i>Metodologia do trabalho científico</i>. 22.ed. São Paulo: Aut. Associados, 2002.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> CARVALHO, M. C. M. de (Org). <i>Construindo o saber – metodologia científica: fundamentos e técnicas</i>. Campinas – SP: Papyrus, 2007. CHALMERS, A.. <i>O que é ciência afinal?</i> São Paulo: Brasiliense, 1993. DEMO, P. <i>Metodologia científica em ciências sociais</i>. São Paulo: Atlas, 2009. FAZENDA, I. (Org.) <i>Metodologia da pesquisa educacional</i>. São Paulo: Cortez, 2000. KÖCHE, José Carlos. <i>Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</i>. 14. ed., Petrópolis: Vozes, 1997.</p>	
<b>Disciplina: Prática de ensino/estudos integradores - Educação e Sociedade</b>	<b>Período: 1º</b>
<b>Carga horária: 54h</b>	
<p><b>Ementa:</b> Educação, integração e construção de uma sociedade democrática. Educação e reprodução das relações sociais. Educação: alguns temas para debate. Elaboração de projetos integradores nos distintos espaços formativos.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. <i>A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino</i>. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982. GRAMSCI, Antônio. <i>Os Intelectuais e a Organização da Cultura</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 SAVIANI, Demerval. <i>Escola e Democracia</i>. 42. ed. Campinas,SP: Autores Associados, 2012.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> CANDAUI, V. M. F. <i>Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. Educação &amp; Sociedade</i>; Campinas: CEDES, 2002. FORQUIN, Jean-Claude. <i>Escola e Cultura - as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. GADOTTI, M. <i>Perspectivas atuais da educação</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). <i>Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação - Visões Críticas</i>. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. TEIXEIRA, Cristina F. <i>A representação da Função da Escola: o que dizem os professores</i>. Dissertação (Mestrado em Educação) - UnB, Brasília, 1989.</p>	

## EMENTAS - 2 º Período

<b>Disciplina: Filosofia da Educação II</b>	<b>Período: 2º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Filosofia e educação na contemporaneidade. A reflexão filosófica e as dimensões da educação, cultura e formação. Pressupostos dos atos de educar, ensinar e aprender em contexto de variadas práticas e saberes socioculturais/institucionais hodiernos. Horizonte da práxis educativa contemporânea.</p> <p><b>Bibliografia Básica</b> ADORNO, Theodor. <i>Educação e Emancipação</i>. São Paulo: Paz e Terra, 2006. RANCIÈRE, Jacques. <i>O Mestre Ignorante</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. RESENDE, Haroldo de. <i>Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> GABRIEL, Fábio Antonio; BATTESTIN, Cláudia. <i>Filosofia e educação: um diálogo entre os saberes na contemporaneidade</i>. Rio de Janeiro: Luminária, 2012. GALLO, Silvio. <i>Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação</i>. São Paulo: Imaginário; Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007. NIETZSCHE, Friedrich. <i>Escritos sobre educação</i>. Rio de Janeiro; Loyola, 2003. PEIXOTO, Adão José (Org.). <i>Filosofia, educação e cidadania</i>. 3.ed. Campinas: Alínea, 2010. RUSSELL, Bertrand. <i>Sobre a educação</i>. São Paulo: UNESP, 2014.</p>	
<b>Disciplina: História da Educação II</b>	<b>Período: 2º</b>
	<b>Carga Horária – 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Sociedade, cultura e educação no Brasil. A História da educação brasileira no período republicano. O processo de modernização do Brasil e os movimentos educacionais de luta pelo ensino público. A educação popular. A educação da infância no Brasil República. A educação pública e privada no Brasil. A contemporaneidade da educação e as relações étnico-raciais.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> HILSDORF, M.L.S. <i>História da educação brasileira: leituras</i>. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. RIBEIRO, Maria Luiza dos Santos. <i>História da Educação Brasileira: a organização escolar</i>. 16.ed., São Paulo: Autores Associados, 2000. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. <i>História da Educação no Brasil (1930/1973)</i>. 19.ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> AZEVEDO, F. A cultura brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: UnB, 1996. GERMANO, José Willington. <i>Estado Militar e Educação no Brasil – 1964-1985</i>. São Paulo: UNICAMP/Cortez, 1993. LOPES, Eliane Marta Teixeira e outros (Org.). <i>500 anos de educação no Brasil</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p>	

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Orgs.). <i>Histórias e memórias da educação no Brasil</i> . Vol. II – século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.	
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. <i>História e memórias da educação no Brasil</i> . Vol III. Século XX. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.	
<b>Disciplina: Didática I</b>	<b>Período: 2 °</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Fundamentos epistemológicos da Didática: Escolástica, a Didática Moderna de Comenius e a Escola Nova de Dewey. Contextualização histórica da Didática no Brasil. Tendências Pedagógicas: liberais e progressistas.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> COMÊNIO, João Amós. <i>Didática Magna – Tratado da Arte Universal de Ensinar tudo a todos</i>. Disponível em: <a href="http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/didaticamagna.pdf">http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/didaticamagna.pdf</a>. <i>Didactica Magna</i> (16211657). Iohannis Amos Comenius (1592-1670). Versão para eBook. eBooksBrasil.com. Fonte Digital. Digitalização de. <i>Didáctica Magna</i>. LIBÂNEO, José Carlos. <i>Didática</i>. São Paulo: Cortez, 2004. CUNHA, Marcus Vinicius. <i>John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula</i>. Ed. Vozes, 1994.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> PIMENTA, Selma G. <i>Didática, currículo e saberes escolares</i>. Rio de Janeiro. DP&amp;A Editora. 2000 CANDAUI, Vera Maria (org). <i>A didática em questão</i>. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. Gadoti, Moacir. <i>Pensamento pedagógico brasileiro</i>. São Paulo, Àtica, 1987 GASPARIN, João Luiz. <i>Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica</i>. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. LIBÂNEO, José Carlos. <i>Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos</i>. São Paulo: Loyola, 1990</p>	
<b>Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa</b>	<b>Período: 2 °</b>
	<b>Carga Horária: 81h</b>
<p><b>Ementa:</b> Concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa. Contribuições da linguística para o ensino da língua portuguesa. Gêneros discursivos. Leitura, produção de textos e análise linguística. Diretrizes, pesquisa e formação de professores. Elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para o estudo da Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> GERALDI, Wanderlei. <i>O texto na sala de aula</i>. Cascavel: Assoeste, 1985. GORKI, Máximo. <i>Como aprendi a escrever</i>. Porto Alegre: Mercado das Letras, 1984. KRAMER, Sonia; JOBIM, Solange (Orgs.). <i>Histórias de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação</i>. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p>	

BRAGGIO, Silvia Lúcia Bigonjal. <i>Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.	
BRASIL. SEF. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa</i> . Brasília, MEC/SEF, 1997.	
POSSENTI, Sírio. <i>Por que (não) ensinar gramática na escola</i> . Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.	
SOARES, Magda. <i>Alfabetização e letramento</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2003. ZILBERMAN, Regina. <i>A literatura infantil na escola</i> . São Paulo: Global, 1994.	
<b>Disciplina: Antropologia e Educação</b>	<b>Período: 2º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<b>Ementa:</b> Introdução aos conceitos e abordagens da antropologia, cultura e educação. Análise dos processos de socialização, práticas educativas, escola e temas curriculares. Compreensão dos métodos da pesquisa etnográfica voltada para a educação.	
<b>Bibliografia básica:</b> ANDRÉ, Marli Eliza D. A. <i>Etnografia da prática escolar</i> . Campinas: Papirus, 1995 DAMATTA, Roberto. <i>Relativizando: uma introdução à Antropologia Social</i> . Rio de Janeiro: Rocco, 2010. LARAIA, Roque de Barros. <i>Cultura: um conceito antropológico</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.	
<b>Bibliografia complementar:</b> LOURO, Guacira Lopes. <i>Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. MARCONI, Marina de Andrade. <i>Antropologia: uma Introdução</i> . 7. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2010. OLIVEIRA, R. C. de. <i>O trabalho do Antropólogo</i> . Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000. ROCHA, Everardo. <i>O que é etnocentrismo</i> . São Paulo: Brasiliense, 1991. WULF, Christoph. <i>Antropologia da Educação</i> . São Paulo: Alínea 2005.	
<b>Disciplina: Metodologia do trabalho científico – II</b>	<b>Período: 2º</b>
	<b>Carga Horária 27h</b>
<b>Ementa:</b> Método científico e pesquisa em Educação. Abordagens qualitativas e quantitativas: características, limites e possibilidades. Principais tendências da pesquisa em Educação e o cenário atual. Ética e pesquisa. Elaboração de pré-projeto de pesquisa.	
<b>Bibliografia básica:</b> ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. <i>Cadernos de Pesquisa</i> , Jul 2001, no.113, p.65-81. ISSN 0100-1574. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113.pdf">http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113.pdf</a> FAZENDA, Ivani (org). <i>Metodologia da pesquisa educacional</i> . São Paulo: Cortez, 2010. FLICK, U. <i>Uma introdução à pesquisa qualitativa</i> . Porto Alegre: Bookman, 2004.	
<b>Bibliografia complementar:</b>	

ALVES-MAZOTTI, Alda Judith. *Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação*. *Cad. Pesqui.*, Jul 2001, no.113, p.39-50. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a02n113.pdf>

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto , imagem e som*. 5 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

CHALMERS, A.. *O que é ciência afinal?* Editora Brasiliense, São Paulo, 1993.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, Jul 2001, no.113, p.65-81. ISSN 0100-1574.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a04n113.pdf>

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos e metodologias científicas*. São Paulo: 1991.

**Disciplina: Prática de ensino/Estudos Integradores - Educação e Cultura**

**Período: 2º**

**Carga Horária: 54h**

**Ementa:**

Concepções de cultura, cotidiano e educação. A escola como ambiente etnográfico. Relações de gênero e identidades socioculturais no espaço escolar e não escolar. Abordagens das categorias: raça/etnia, idade, classe e sexualidade na prática educativa. Elaboração de projetos integradores nos distintos espaços formativos.

**Bibliografia básica:**

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade* . Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo:

EDUSP, 1997.

DaMatta, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Unb, 1996.

**Bibliografia complementar:**

ANDRÉ, Marli Eliza. Etnografia e o Estudo da Prática Escolar Cotidiana – capítulo 3. In: \_\_\_\_\_. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995. (Disponível Online).

APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 60, p.3-14, fev. 1987.

BRUNNER, Jerome. *A Cultura da Educação*. Porto Alegre: Artemed. 2001.

DAYRELL, Juarez. *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

EMENTAS - 3º Período

<b>Disciplina: Sociologia da Educação I</b>	<b>Período: 3º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Relação indivíduo e sociedade. O processo de socialização humana. Origem e a formação da Sociologia como ciência. Condições históricas de constituição da Sociologia. Estudo dos clássicos da Sociologia (Marx, Durkheim, Weber) e seus conceitos fundamentais.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> DURKHEIM, Émile. <i>As regras do Método Sociológico</i>. São Paulo: Editora Nacional, 1987. GIDDENS, Anthony. <i>Sociologia</i>. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. <i>A ideologia alemã</i>. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Col. Clássicos).</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> COHN, Gabriel. <i>Sociologia: para ler os clássicos</i>. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005. IANNI, Octavio (Org). <i>Marx</i>. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). MARTINS, Carlos B. <i>O que é sociologia?</i> SP, Brasiliense, 1991. QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Márcia Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. <i>Um toque de clássicos: Marx, Weber, Durkheim</i>. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003. RODRIGUES, José Albertino (Org). <i>Durkheim</i>. São Paulo: Ática, 2005. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).</p>	
<b>Disciplina: Psicologia da Educação - I</b>	<b>Período: 3º</b>
	<b>Carga horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Introdução ao estudo da Psicologia: fundamentos históricos e epistemológicos; a relação psicologia e educação; abordagens teóricas: comportamental e psicanalítica e suas contribuições para a compreensão do desenvolvimento humano e suas implicações no processo ensino – aprendizagem.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. <i>Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia</i>. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CARRARA, K. <i>Introdução à Psicologia da Educação</i>. São Paulo: Avercamp, 2004. GOULART, I. B. <i>Psicologia da educação</i>. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> FIGUEIREDO, L.C. e SANTI, P.L. R. de. <i>Psicologia: uma nova introdução</i>. São Paulo: EDUC, 2000. FREUD, S. (1893-1895). Estudos sobre a histeria. In: _____. <i>Obras completas</i>, v. 2. São Paulo: Cia das Letras, 2016. FREUD, S. (1916-1917). Conferências introdutórias à psicanálise. In: _____. <i>Obras completas</i>, v.13. São Paulo: Cia das Letras, 2014. FREUD, S. (1923-1925). O eu e o id "autobiografia" e outros textos. In: _____. <i>Obras completas</i>, v. 16. São Paulo: Cia das Letras, 2011.</p>	

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

**Disciplina: Didática II**

**Período: 3<sup>o</sup>**

**Carga Horária: 54h**

**Ementa:**

Didática: a relação entre a educação e sociedade no contexto sócio-econômico cultural brasileiro. A Didática e a formação do professor. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.

**Bibliografia básica:**

CASTRO, A. D.; CARVALHO, M. P. de C. (orgs.). *Ensinar a ensinar*. São Paulo: Pioneira, 2001.  
PIMENTA, Selma G. *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro. DP&A Editora. 2000.  
TOSI, M. R. *Didática Geral: um olhar para o futuro*. 2. ed. Ref. e atual. Campinas, SP: ed. Alínea, 2001.

**Bibliografia complementar:**

ALVES, Nilda, GARCIA, Regina Leite. (orgs.) *O sentido da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.  
LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2004  
ARROYO, Miguel A. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.  
SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 17ª ed. São Paulo, Cortez/ Autores Associados, 1988  
TEIXEIRA, Alda Betsaida Martins (org.). *Temas Atuais em didática*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2010.

**Disciplina:** Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática

**Período: 3<sup>o</sup>**

**Carga horária: 81h**

**Ementa:**

Fundamentos teóricos e metodológicos dos conteúdos de matemática na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Reflexões sobre teorias e práticas na aprendizagem matemática. O conceito de número; Classificação e ordenação; Números Naturais. O sistema de Numeração Decimal; Números Racionais; Grandezas e Medidas; Espaço e Forma. Educação Matemática. Avaliação em Matemática. Elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para a matemática dos anos iniciais do ensino fundamental.

**Bibliografia Básica:**

BITTAR, Marilena, FREITAS, José Luiz Magalhães. *Fundamentos e metodologia de matemática para os ciclos iniciais do ensino fundamental*. 2. ed.-Campo Grande, MS: UFMS, 2005.  
DANTE, Luiz Roberto. *Formulação e resolução de problemas de matemática: teoria e prática*. São Paulo: Ática, 2009.  
KAMII, Constance. *A criança e o número*. Campinas: Papyrus, 1990.

**Bibliografia Complementar**

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Etnomatemática: arte ou técnica de explicar e conhecer*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.

LORENZATO, Sérgio. (Org.). *O laboratório de ensino de matemática na formação de professores*. 2. ed. rev. - Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção formação de Professores).

PANIZZA, Mabel. *Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas séries iniciais análise e propostas*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SAMPAIO, Fausto A. *Matemática. História, aplicações e jogos matemáticos*. Vol. I e II. Campinas, SP: Papirus, 2009.

SMOLE, Kátia, C. S., CANDIDO, Patrícia T., STANCANELLI, Renata. *Matemática e Literatura Infantil*. 4.ed. Belo Horizonte: Editota Lê, 1999.

**Disciplina: Trabalho, movimentos Sociais e Educação**

**Período: 3º**

**Carga Horária: 54h**

**Ementa:**

Cidadania e a luta pelos direitos sociais, Políticas públicas e direito social. Movimentos sociais e seu papel na construção de políticas públicas. Formas de organização das ações coletivas na contemporaneidade. Organizações governamentais e não governamentais. ONG's: surgimento, relação com esfera pública e privada, estrutura organizacional. A intersetorialidade e a interinstitucionalidade no trabalho socioeducativo. Captação e administração de recursos. Experiências atuais em ações coletivas.

**Bibliografia básica:**

GOHN, M. G. M. *Movimentos Sociais e Educação*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. 6.ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola*. São Paulo: Loyola, 1984.

**Bibliografia complementar:**

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São. Paulo: Cortês, 1996.

GOHN, M. G. M. *Sem-Terra, Ongs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997, v.1b.

GOHN, M. G. M. *História dos movimentos e lutas sociais*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2001, v.01.5

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização, 2002.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

<b>Disciplina: Tópicos de educação e diversidade</b>	<b>Período: 3º</b>
	<b>Carga Horária: 27h</b>
<p><b>Ementa:</b>  Infância e diversidade em suas dimensões históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas e pedagógicas. políticas públicas, diversidade e educação da infância; formação de professores e diversidade na educação infantil.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  HEYWOOD, Colin. <i>Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente</i>. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.  KUHLMANN JR. , Moysés. <i>Infância e educação infantil: uma abordagem histórica</i>. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 1998.  RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. <i>A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil</i>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  ARCE, José Manuel Valenzuela. <i>Diversidade cultural, exclusão social e juventude na América Latina</i>. Disponível em <a href="http://www.Câmpuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Diversidad_Cultural_America_Latina_JM_Valenzuela.pdf">http://www.Câmpuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Diversidad_Cultural_America_Latina_JM_Valenzuela.pdf</a>.  BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. <i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil</i>. Brasília, 2009.  BARBOSA, Ivone Garcia. Das políticas contraditórias de flexibilização e de centralização: reflexões sobre a história e as políticas da Educação Infantil em Goiás. <i>Inter-Ação – Revista da Faculdade de Educação</i>, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 379-394, jul./dez. 2008. Disponível em: <a href="https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5273/4690">https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5273/4690</a> . Acesso em: 10 de abril de 2015.  BARBOSA, Ivone Garcia; ALVES, Nancy Nonato de L.; MARTINS, Telma A. Teles. Infância e cidadania: ambiguidades e contradições na educação infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31. 2008. Disponível em: <a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT07-5024--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT07-5024--Int.pdf</a> Acesso em: 23 de maio de 2015.  DEL PRIORE, M. <i>História das crianças no Brasil</i>. São Paulo: Contexto, 2006.</p>	
<b>Disciplina: Prática de ensino/Estudos integradores - Educação e Trabalho</b>	<b>Período: 3º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b>  As relações entre Educação e Trabalho, compreendidas nas formas contemporâneas de organização do trabalho e seus diferentes significados para a juventude brasileira no exercício da cidadania, diante do desenvolvimento das novas tecnologias e novas demandas profissionais. Elaboração de projetos integradores nos distintos espaços formativos.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <i>O que é educação</i>. São Paulo: Brasiliense, 1981.  FIDALGO, F. S. Trabalho e carreira docente: contribuições teórico-metodológicas. <i>Trabalho &amp; Educação. Revista do NETE/UFMG</i>, nº 0, 1996.  NASCIMENTO, A. E. e BARBOSA, J. P. <i>Trabalho: história e tendências</i>. São Paulo: Ática, 1996.</p>	

**Bibliografia complementar:**

DEL PINO, M. A. B. *Educação, trabalho e novas tecnologias: as transformações nos processos de trabalho e de valorização do capital*. Pelotas: editora Universitária, UFPel.

D'OLIVEIRA, E. *Novos horizontes de inclusão social de jovens: um estudo de caso da Vila Olímpica da Mangueira*. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Coppe, UFRJ, Rio de Janeiro: 1999.

NOVAES, R. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, V. de. *Juventude, solidariedade e voluntariado*. Salvador: Fundação Odebrecht; Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria de Direitos Humanos, 2003.

**EMENTAS - 4º Período**

<b>Disciplina: Sociologia da Educação II</b>	<b>Período: 4º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<b>Ementa:</b> Introdução à análise sociológica do fenômeno educacional. Pensamento Sociológico Clássico e Educação. Teorias sociológicas da educação. Educação, cultura e sociedade. Educação e desigualdades sociais. Processos educativos e processos sociais.	
<b>Bibliografia Básica:</b> DURKHEIM, Émile. <i>Educação e sociologia</i> . São Paulo, Melhoramentos, 1978. MASPERO, François. <i>Marx e Engels: textos sobre educação e ensino</i> . São Paulo: Moraes, 1992. (Disponível online). RODRIGUES, Alberto Tosi. <i>Sociologia da Educação</i> . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.	
<b>Bibliografia Complementar:</b> BOURDIEU, Pierre. <i>Escritos de educação</i> . São Paulo: Vozes, 2008. GRAMSCI, Antonio. <i>Os Intelectuais e a Organização da Cultura</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Disponível Online para baixar) MANACORDA, M. A. <i>O princípio educativo em Gramsci</i> . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990. MANACORDA, M. <i>Marx e a Pedagogia Moderna</i> . São Paulo, Cortez, 1991. MÉSSÁROS, István. <i>A educação para além do capital</i> . São Paulo: Boitempo, 2005.	

<b>Disciplina: Psicologia da Educação - II</b>	<b>Período: 4º</b>
	<b>Carga horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Abordagens teóricas: Psicologia Genética de Piaget, Psicologia sóciohistórica de Vigotski e Psicologia Genética de Wallon e suas contribuições para a compreensão do desenvolvimento humano e suas implicações no processo ensino – aprendizagem. Temas em psicologia.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  GALVÃO, Izabel. <i>Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil</i>. RJ: Ed. Vozes, 2014.  PIAGET, J.. <i>Seis estudos de Psicologia</i>. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.  VYGOTSKY, L. S. <i>A Construção do Pensamento e da Linguagem</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  GOULART, I. B. <i>Piaget – Experiências básicas para utilização pelo professor</i>. 21.ed. RJ: Ed. Vozes, 1998.  LIMA, Candice Marques de. PAULA, Ádria Assunção Santos de. "O Enigma de Kaspar Hauser" e o processo de constituição subjetiva na perspectiva históricocultural. <i>Plurais</i> (Anápolis), Mídia Eletrônica, p. 1 - 19, 06 nov. 2007.  PIAGET, J.. <i>A psicologia da criança</i>. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.  REGO, T. C. <i>Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação</i>. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.</p>	
<b>Disciplina: Cultura, currículo e avaliação</b>	<b>Período: 4 º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b>  Currículo e avaliação na educação brasileira: pensamento curricular; currículo e suas dimensões epistemológica, histórica, didático-pedagógica, política e cultural; política do conhecimento oficial e currículo escolar como política cultural; concepções teóricas do currículo e da avaliação; currículo disciplinar e possibilidades de superação da disciplina; debates contemporâneos no campo do currículo e da avaliação; desafios para o século XXI.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  APPLE, Michael. <i>Currículo e Poder</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.  PIMENTA, Selma G. <i>Didática, currículo e saberes escolares</i>. Rio de Janeiro. DP&amp;A Editora. 2000.  GIROUX, Henry A. <i>Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação</i>. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  FORQUIN, J. C. (org.). <i>Escola e Cultura</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.  GASPARIN, João Luiz. <i>Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica</i>. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.  MOREIRA, Antônio Flávio (Org.). <i>Currículo: questões atuais</i>. Campinas, SP: Papyrus, 1997.  SILVA, Tomaz Tadeu da. <i>Documentos de Identidade: uma introdução as teorias de currículo</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.  ZABALA, Antoni. <i>Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar</i>. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>	

<b>Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências</b>	<b>Período: 4º</b>
	<b>Carga Horária: 81h</b>
<p><b>Ementa:</b>  Conceitos básicos e procedimentos metodológicos para o ensino das Ciências Naturais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Objetivos e função social do ensino de ciências. Estudo de conteúdos e procedimentos metodológicos para o ensino de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental. Elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para a ciência dos anos iniciais do ensino fundamental. A avaliação da aprendizagem em ciências. Concepção de ciência e ambiente.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  ANGOTTI, José André Peres; DELIZOICOV, Demétrio; PERNAMBUCO, Marta Maria. <i>Ensino de Ciências: fundamentos e métodos</i>. Docência em formação. Ensino fundamental, 2002.  CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. <i>Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula</i>. São Paulo: Cengage Learning, 2013.  NARDI, Roberto (org). <i>Questões atuais no ensino de ciências</i>. São Paulo: Escrituras Editora, 1998. (Educação para a ciência)</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  AMARAL, I. <i>Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras</i>. São Paulo: Autores Associados, 1998.  ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; SOUZA, Marilene Proença Rebello De. Por que aprender isso, professora? Sentido pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico-Cultural. <i>Estudos de Psicologia</i>, p. 169-178, 2014.  CARVALHO, Anna Maria Pessoa. <i>Ensino de Ciências-unindo a pesquisa e a prática</i>. Cengage Learning Editores, 2004.  CHARLOT, Bernard. <i>Da relação com o saber às práticas educativas</i>. São Paulo: Cortez, 2014.  REIGOTA, Marcos. <i>O que é educação ambiental</i>. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiro Passos, 292)</p>	
<b>Disciplina: Sujeito e Educação</b>	<b>Período: 4º</b>
	<b>Carga Horária: 54 h</b>
<p><b>Ementa:</b>  A relação indivíduo e sociedade. Os processos de socialização. A educação como processo social. A constituição e formação dos sujeitos nos distintos processos educativos.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  ADORNO, Theodor et.al. <i>Educação e emancipação</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.  CHARLOT, Bernard. <i>A mistificação Pedagógica Realidades Sociais e Processos Ideológicos na Teoria da Educação</i>. R.J Guanabara, 1986.  MÉSZÁROS, I. <i>A educação para além do capital</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  ADORNO, Theodor et.al. <i>Temas básicos de Sociologia</i>. São Paulo. Cultrix. 1973. AQUINO, Julio Groppa (Org.). <i>Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas</i>. São Paulo: Summus, 1998.  CAMBI, Franco. <i>História da pedagogia</i>. São Paulo: UNESP, 1999.</p>	

COELHO, Ildeu Moreira (Org.). *Escritos sobre o sentido da escola*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2012. (Série Educação Geral, Superior e Formação Continuada do Educador).

MATOS, Olgária. \_\_\_\_\_. *Contemporaneidades*. São Paulo: Lazuli: Companhia Editora Nacional, 2009.

<b>Disciplina: Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena</b>	<b>Período: 4º</b>
	<b>Carga Horária: 27h</b>

**Ementa:**

Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas.

**Bibliografia básica:**

IANNI, O.. Raça e povo. In: \_\_\_\_\_. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT. *Eduardo. Brasil Indígena: 500 anos de resistência*. São Paulo: FTD, 2000.

**Bibliografia complementar:**

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira*. Parecer CNE/CP3/2004.

\_\_\_\_\_. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.

\_\_\_\_\_. Lei 11.645 de 10 de março de 2008.

MOURA, Clóvis. *História do Negro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

PAULME, Denise. *As Civilizações africanas*. Lisboa: Coleção Saber, 1977.

<b>Disciplina: Prática de Ensino/Estudos Integradores - Educação e Desenvolvimento Humano</b>	<b>Período: 4º</b>
	<b>Carga Horária: 54 h</b>

**Ementa:**

Educação e desenvolvimento humano. Fatores sócio-históricos e estudo do desenvolvimento e da aprendizagem na diversidade de concepções de homem. Elaboração de projetos integradores nos distintos espaços formativos.

**Bibliografia básica:**

ALENCAR, Eunice S. (Org.) *Novas Contribuições da Psicologia aos processos de Ensino e Aprendizagem*. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Zelina de M. Ramos (Org.) *A Criança e seu Desenvolvimento: Perspectivas para se discutir a Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 1992.

RAPPAPORT, C. Regina et. al. *Psicologia do desenvolvimento: conceitos fundamentais*. São Paulo: EPU, 2007. V 1.

**Bibliografia complementar:**

COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro. *Desenvolvimento psicológico e educação*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

MARTINS, Ligia Márcia. *A brincadeira de papéis sociais e a formação da personalidade*. In.: ARCE,

Alexandra. DUARTE, Newton (orgs) *Brincadeira de papéis sociais na educação infantil: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin*. São Paulo: Xamã, 2006 (págs 27 a 50).

OLIVEIRA Marta Kohl. TEIXEIRA, Eival. *A questão da periodização do desenvolvimento psicológico*. In: OLIVEIRA, Marta Kohl et.al. *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002.

SMOLKA, Ana Luiza B.; GÓES, Maria. Cecilia R. *A linguagem e o outro no espaço escolar*. Campinas: Papirus, 1993.

VIGOTSKI, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## EMENTAS - 5º Período

Disciplina: Políticas da Educação	Período: 5º
	Carga Horária: 54h
<b>Ementa:</b> Estado e Políticas educacionais no contexto das políticas públicas sociais. Políticas educacionais no Brasil. As políticas da Educação Básica. Estrutura e organização da educação básica e da educação superior na contemporaneidade. Problemas e perspectivas da educação brasileira contemporânea: relação público e privado, centralização e descentralização, formação e profissionalização de professores, democratização da educação e a questão do acesso-permanência-qualidade.	
<b>Bibliografia básica:</b> BRASIL. <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96)</i> . Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm</a> DOURADO Luiz F. , PARO, V. H (Orgs.). <i>Políticas públicas e Educação Básica</i> . São Paulo: Xamã, 2001. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra (orgs). <i>Educação Escolar: políticas, estruturas e organização</i> . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.	
<b>Bibliografia complementar:</b> DAGNINO, Evelina. <i>Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades</i> . In: DAGNINO, Evelina (Org.) <i>Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2002. FERNANDES, Florestan. <i>A revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação sociológica</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1981. FERREIRA, Eliza Bartolozzi. <i>Políticas Educativas no Brasil no tempo da crise</i> . In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). <i>Crise da escola e políticas educativas</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. HOFLING, Eloisa de Mattos. <i>Estado e Políticas (públicas) Sociais</i> . <i>Cadernos Cedes</i> , ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf</a> Acesso em: jul. 2011. SILVA, Maria Abádia. <i>Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial</i> . Campinas: São Paulo: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002	

<b>Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado - Educação Infantil</b>	<b>Período: 5º</b> <b>Carga Horária – 108h</b>
<p><b>Ementa:</b> Diagnóstico da instituição educacional campo de estágio. Elaboração e realização do projeto didático-pedagógico referente à educação infantil. Estudo teórico-prático sobre educação infantil. Produção textual crítico-reflexiva da realidade vivenciada na instituição por meio de observação e atuação pedagógica.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BRASIL/CNE/CEB. <i>Resolução CNE-CEB n.05/2009</i>. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2009. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. <i>Educação Infantil: fundamentos e métodos</i>. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. VYGOTSKY, Lev S. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. Tradução de Zoia Prestes. In: <i>Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais</i>, n. 8, abril/2007, p. 23-36, publicada em junho de 2008. Disponível em <a href="http://www.ltds.ufrj.br/gis/anteriores/rvgis11.pdf">http://www.ltds.ufrj.br/gis/anteriores/rvgis11.pdf</a> Acesso em 30/03/2013.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> BRASIL/CNE/CEB. <i>Parecer CNE-CEB n.20/2009</i>. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2009. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. (Org.). <i>O trabalho do professor na educação infantil</i>. São Paulo: Biruta, 2012. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. <i>Construção do conhecimento em sala de aula</i>. São Paulo: Libertad, 1995. BARBOSA, M.C.S; HORN, M.G.S. <i>Projetos Pedagógicos na educação Infantil</i>. Artmed: Porto Alegre, 2008. MARANHÃO, Damaris Gomes. O cuidado como elo entre saúde e educação. <i>Cadernos de Pesquisa</i>, nº. 111, p. 115-133, dezembro, 2000.</p>	
<b>Disciplina: Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia</b>	<b>Período: 5º</b> <b>Carga Horária: 81h</b>
<p><b>Ementa:</b> Objetivos e função social do ensino de geografia. Formação de conceitos. Estudo e análise de conteúdos e processos de ensino e aprendizagem em Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para a geografia dos anos iniciais do ensino fundamental. A avaliação da aprendizagem em geografia.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ALMEIDA, R. D. de. <i>Cartografia escolar</i>. São Paulo: Contexto, 2010. CASTROGIOVANNI, A. C. et. al. (Orgs.). <i>Geografia em sala de aula: práticas e reflexões</i>. Porto Alegre: UFRGS, 1999. FILIZOLA, R. <i>Didática da geografia: proposições metodológicas e conteúdos entrelaçados com a avaliação</i>. Curitiba: Base Editoria, 2009.</p>	

**Bibliografia complementar:**

ALMEIDA, R. D. *O espaço geográfico: ensino e representação*. São Paulo: Contexto, 2008.  
CASTROGIOVANNI, A. C. et. al. (Orgs.) *Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediações, 2009.  
KIMURA, S. *Geografia no ensino básico: questões e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010.  
KOZEL, S. ; FILIZOLA, R. *Didática de geografia: memória da terra – o espaço vivido*. São Paulo: FTD, 1996.  
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Para onde vai o ensino de Geografia?* São Paulo: Contexto, 1994.

**Disciplina: Fundamentos e Metodologia do Ensino de História**

**Período: 5º**

**Carga Horária: 81h**

**Ementa:** Evolução e princípios da historiografia brasileira. Objetivos e função social do ensino de História. Estudo e análise de conteúdos e processos de ensino e aprendizagem em História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de propostas e recursos didáticos para a história dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Avaliação da aprendizagem em História.

**Bibliografia básica:**

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.  
FONSECA, Selva G. *Didática e prática do ensino de História*. 4 ed. São Paulo: Papirus, 2005.  
FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *História & ensino de História*. São Paulo: Autêntica, 2003.

**Bibliografia complementar:**

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais - História e Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.  
DEIRO, Maria de Lourdes Chagas. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos livros didáticos*. 12 ed. São Paulo: Centauro, 1978.  
KARNAL, Leandro. *História na sala de aula*. Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.  
PENTEADO, Heloisa D. *Metodologia do ensino de História e Geografia*. São Paulo: Cortez, 1994.  
SOIHET, Rachel e ABREU, Martha. *Ensino de História.: conceitos, temáticas e metodologia*. São Paulo: Casa da Palavra, 2003.

<b>Disciplina: Cidadania e Educação</b>	<b>Período: 5º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b>  Analisa as condições teóricas; as condições sociais do conhecimento e dos paradigmas filosófico-jurídicos dos direitos humanos. A percepção dos direitos humanos e da cidadania na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito. Os movimentos sociais e a emergência de sujeitos coletivos de direito. Experiências de organização, práticas políticas e estratégias sociais de criação de direitos. Educação para os direitos humanos e a cidadania.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  ARENDR, Hannah. <i>A Condição Humana</i>. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.  FABRIS, Eli T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos. <i>Inclusão e biopolítica</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.  LOMBARDE, José Claudinei. <i>Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas</i>. São Paulo: Editores Associados, 2006.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  AGAMBEN, Giorgio. <i>Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua</i>. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.  SOUZA, José Crisóstomo de. <i>Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty e Habermas</i>. São Paulo: UNESP, 2005.  NUSSBAUM, Martha. <i>Sem Fins Lucrativos</i>. Por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.  RESENDE, Haroldo de. <i>Michel Foucault: o governo da infância</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.  VALLE, Lílian do. <i>Os enigmas da educação</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>	
<b>Disciplina: Prática de ensino/Estudos integradores - Educação e Política/PCC</b>	<b>Período: 5º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b>  A visão antropológica e filosófica do homem em sua inserção como sujeito político da sociedade. Relação: educação, sociedade e política, analisando a função da educação no percurso da história. Elaboração de projetos integradores nos distintos espaços formativos.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  GHIRALDELLI, Paulo Jr. <i>Filosofia, Educação e Política</i>. Ed. DP &amp; A, 2006.  NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). <i>Educação e política no limiar do século XXI</i>. São Paulo: Autores Associados, 2000.  SAVIANI, D. <i>Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional</i>. Campinas: Autores Associados, 2007.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  BRZEZINSKI, I. (Org.). <i>LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i>. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.  FERNANDES ENGUITA, M. <i>A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.</p>	

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PORTELA, R. Oliveira; Mendes Catani, A. *As Constituições Estaduais Brasileiras e Educação*. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. *Desigualdade social e dualidade escolar: conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

### EMENTAS - 6º Período

<b>Disciplina: Educação de Jovens e Adultos</b>	<b>Período: 6º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Contextualização histórica, econômica e sociocultural dos sujeitos sociais da EJA e o mundo do trabalho; trajetórias de formação e de escolarização de jovens e adultos na EJA; marco legal: avanços, limites e perspectivas; especificidades da EJA e da Educação Popular; o currículo na EJA.</p> <p><b>Bibliografia Básica</b> CHARLOT, B. (Org). <i>Os jovens e o saber: perspectivas mundiais</i>. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. FREIRE, Paulo. <i>Educação como prática da liberdade</i>. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. RIBEIRO, Vera Masagão (Org). <i>Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leitura</i>. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras; Associação de Leitura do BrasilALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001. ( Coleção Leituras do Brasil).</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. <i>Educ. Soc. [online]</i>. 2010, v.31, n.111, p. 461-480. ISSN 0101-7330. doi: 10.1590/S0101-73302010000200009. ENGUITA, Mariano F. <i>A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo</i>. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. FREITAG, B. <i>Escola, Estado e sociedade</i>. São Paulo: Ed. Moraes, 1986. MOLL, J. (Org.). <i>Educação de Jovens e Adultos</i>. Porto Alegre: Mediação 2014. TEIXEIRA, Anísio. <i>Educação não é um privilégio</i>. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.</p>	
<b>Disciplina:</b> Estágio Curricular Supervisionado – nos anos iniciais do Ensino Fundamental	<b>Período: 6º</b>
	<b>Carga Horária – 108h</b>
<p><b>Ementa:</b> Diagnóstico da instituição educacional campo de estágio. Elaboração e realização do projeto didático-pedagógico referente à educação infantil. Estudo teórico-prático sobre educação infantil. Produção textual crítico-reflexiva da realidade vivenciada na instituição por meio de observação e atuação pedagógica.</p>	

**Bibliografia básica:**

BRASIL/CNE/CEB. *Resolução CNE-CEB n.05/2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VYGOTSKY, Lev S. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. Tradução de Zoia Prestes. In: *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*, n. 8, abril/2007, p. 23-36, publicada em junho de 2008. Disponível em <http://www.ltds.ufrj.br/gis/anteriores/rvgis11.pdf> Acesso em 30/03/2013.

**Bibliografia complementar:**

BRASIL/CNE/CEB. *Parecer CNE-CEB n.20/2009*. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. (Org.). *O trabalho do professor na educação infantil*. São Paulo: Biruta, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Construção do conhecimento em sala de aula*. São Paulo: Libertad, 1995.

BARBOSA, M.C.S; HORN, M.G.S. *Projetos Pedagógicos na educação Infantil*. Artmed: Porto Alegre, 2008.

MARANHÃO, Damaris Gomes. O cuidado como elo entre saúde e educação. *Cadernos de Pesquisa*, nº. 111, p. 115-133, dezembro, 2000.

**Disciplina: Fundamentos da Educação especial e inclusão**

**Período: 6º**

**Carga horária: 81h**

**Ementa:**

Panorama Geral da Educação Especial. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Valorização da diversidade cultural e linguística na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Atendimento Educacional Especializado: Adaptações curriculares e Tecnologia Assistiva.

**Bibliografia básica:**

BRASIL. Ministério da Educação. Secadi. *Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: Secadi, 2015.

JANUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

REILY, Lúcia H. *Escola inclusiva: linguagem e mediação*. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

**Bibliografia complementar:**

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. *Um olhar sobre a diferença*. 9. ed . Campinas: Papirus, 2008.

BRASIL. *Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas*: Brasília: MEC, SEESP, 2005.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesus (Orgs.). *Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Porto Alegre: Artmed, 2004. v.3.

GALVÃO FILHO, Teófilo A.; MIRANDA, Therezinha G. (Orgs.). *O professor e a educação inclusiva: educação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA, 2012. MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2011.

**Disciplina: Fundamentos e metodologias do ensino de Artes**

**Período: 6º**

**Carga horária: 81h**

**Ementa:**

A música na educação escolar brasileira. Música e indústria cultural. Música e movimento na educação infantil e no ensino fundamental. Jogos musicais e expressivos. O corpo, o movimento e a música (educação física/recreação). Elementos musicais: ritmo, timbre, compasso, harmonia. Relações étnico-raciais. Elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para a arte dos anos iniciais do ensino fundamental.

**Bibliografia básica:**

DUARTE JR, J. F. *Por que arte-educação?* Campinas: Papirus, 1986.

LOUREIRO, A. M. *O ensino de música na escola fundamental*. Campinas: Papirus, 2003.

NOGUEIRA, M. A. Música, consumo e escola: reflexões possíveis e necessárias. In: PUCCI et al. (Orgs.). *Teoria crítica, estética e educação*. Campinas/Piracicaba: Autores Associados/UNIMEP, 2001.

**Bibliografia complementar:**

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. *Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais*. São Paulo: Cortez, 2005.

BUORO, A. B. *O olhar em construção: uma experiência de ensino da arte na escola*. São Paulo: Cortez, 1996.

DUARTE JR. *Por que arte educação?* Campinas: Ed Papirus, 1983.

FERRAZ, Maria Heloisa; FUSARI, Maria. *Metodologia do ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 1993.

MATOS, Maria do Carmo. *Hibridismo e currículo: ambivalências e possibilidades*. Belo Horizonte: Universidade do Estado de Minas Gerais; Edil Vasconcellos de Paiva Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. 2007.

**Disciplina: Processos educativos nas ações coletivas**

**Período: 6º**

**Carga Horária: 54h**

**Ementa:**

Observação, análise e intervenção nas práticas educativas coletivas em instituições públicas e privadas e junto aos movimentos sociais, sindicais, comunitários e filantrópicos. Elaboração e implementação de propostas alternativas.

**Bibliografia básica:**

BAGNO, M. *Pesquisa na escola: o que é, como se faz*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LUCK, H. *Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2007.

**Bibliografia complementar:**

BRANDÃO, C.R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LIMA, L. *Escola não é circo, professor não é palhaço: intencionalidade e educação*. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processo*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACRISTAN, J.G.; GOMÉZ, A.I.P. *Compreender e transformar o ensino*. 4ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, C.S.G; ANDRADE, F.C.B. *Representações sociais e formação do educador: revelando interseções do discurso*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2003.

<b>Disciplina: Prática de ensino/Estudos Integradores - Educação e Escola</b>	<b>Período: 6º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>

**Ementa:**

Os processos formativos na educação formal, em espaços de salas de aula da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Profissional. Relação ensino, pesquisa, e extensão nos espaços escolares. Elaboração de projetos integradores nos distintos espaços formativos.

**Bibliografia básica:**

BIANCHI, Ana Cecília de Moraes, BIANCHI, Roberto; ALVARENGA, Marina. *Orientação para estágio em Licenciatura*. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005.

GATTI, Bernadete. *Grupo focal nas ciências sociais e humanas*. São Paulo: Líber Livros, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. *Docência em formação*. São Paulo: Cortez, 2004.

**Bibliografia complementar:**

BRANCO, Sandra. *Atividades com temas transversais*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

AZEVEDO, Rogério. (Org.). *Conhecimento local e conhecimento universal: Práticas sociais, aulas, saberes e políticas*. Curitiba: Champagnat, 2004.

TIBALLI, Elianda F. Arantes; CHAVES, Sandramara Matias. *Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ZÓBOLI, Graziella. *Práticas de ensino: subsídios para a atividade docente*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1999.

EMENTAS - 7º Período

<b>Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)</b>	<b>Período: 7º</b>
	<b>Carga horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Aspectos históricos, legais, culturais, conceituais, gramaticais e linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Introdução às práticas de conversação e tradução em LIBRAS. A LIBRAS como instrumento básico no processo de inclusão educacional do surdo e instrumento da prática docente.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walquiria D. <i>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira</i>. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001. GESSER, Audrei. <i>LIBRAS: que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009 QUADROS, Ronice M. de; KARNOPP, Lodenir B. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. <i>Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências</i>. Disponível em: &lt;<a href="http://planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2002/L10436.htm">http://planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2002/L10436.htm</a>&gt;. Acesso em 04 out. 2012. BRASIL. Decreto n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005. <i>Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000</i>. &lt;<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm</a>&gt;. Acesso em 04 out. 2012. BRITO, Lucinda Ferreira. <i>Por uma gramática de línguas de sinais</i>. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1995. FELIPE, Tânia A. <i>Libras em contexto</i>. Brasília Editor: MEC/SEESP Nº Edição: 7 Ano: 2010. QUADROS, R. M. <i>O tradutor de língua brasileira de sinais e língua portuguesa</i>. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: &lt;<a href="http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf">http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf</a>&gt;. Acesso em: 24 nov. 2011.</p>	
<b>Disciplina: Gestão Escolar e organização do trabalho educativo</b>	<b>Período: 7º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Concepção da formação e exercício legal da função do Pedagogo no ambiente escolar como ação integradora. A evolução histórica da Direção escolar, supervisão escolar e orientação educacional. O conceito social, político e econômico que determina a função do pedagogo escolar. Projeto Pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ILHO, Geraldo Francisco. <i>Administração escolar analisada no processo histórico</i>. Campinas, SP: Alínea, 2006. HENGEMÜHLE, Adelar. <i>Gestão de ensino e práticas pedagógicas</i>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p>	

PARO, Vitor Henrique. *Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino*. São Paulo: Ática, 2007.

**Bibliografia complementar:**

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin (Org.). *Supervisão e Orientação Educacional*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBANELO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCK, Heloisa. *Ação integradora: administração, supervisão e orientação educacional*. 25.ª Ed. – Petrópolis, RJ; Vozes 2007.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). *Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2005.

**Disciplina:** Estágio Curricular Supervisionado - Educação de Jovens e Adultos e educação não-formal

**Período:** 7º

**Carga Horária – 108h**

**Ementa:**

Diagnóstico da escola-campo de estágio em instituições ou programas de Educação de Jovens e Adultos e educação não-formal. Elaboração e execução do projeto didático-pedagógico referente à Educação de Jovens e Adultos e educação não-formal. Estudo teórico-prático sobre Educação de Jovens e Adultos e educação não-formal. Produção textual crítico-reflexiva do relatório.

**Bibliografia básica:**

BRANDÃO, C. R. *Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular*. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KUENZER, Acácia Z. *Pedagogia de fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

**Bibliografia complementar:**

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez, 2001.

MOURA, Tânia Maria de Melo. *Educação de jovens e adultos: currículo, trabalho docente, práticas de alfabetização e letramento*. Maceió: EDUFAL, 2008.

PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987..

SAUNER, Nelita Ferraz de Mello. *Alfabetização de adultos*. Curitiba: Juruá, 2002.

**Disciplina:** Trabalho de Conclusão de Curso I

**Período:** 7º

**Carga Horária – 108h**

**Ementa:**

Metodologia do trabalho científico. Procedimentos metodológicos para o trabalho intelectual. Normas e técnicas para a produção da monografia.

**Bibliografia básica:**

CARVALHO, M. C. M. (Org.). *Construindo o saber – Metodologia científica: fundamentos e técnicas*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1989.

FAZENDA, Ivani C. A. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

SEVERINO, A J. *Metodologia do trabalho científico*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

**Bibliografia complementar:**

ANDRÉ, Marli E. D.; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

\_\_\_\_\_. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papyrus, 2004.

DEMO, P. *Metodologia Científica nas Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

FAZENDA, Ivani C. A. *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2004.

<b>Disciplina: Ciência, Tecnologia e Sociedade</b>	<b>Período: 7º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>

**Ementa:**

O que é CTS. Relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade. Comportamento x CTS. Ética e cidadania, uma visão sobre a ciência e a Tecnologia. Visões de Mundo e CTS. Atividades práticas - conteúdos relacionados a ciências exatas, ciências humanas e sua utilização para os benefícios da Sociedade. Casos simulados em CTS. CTS e ensino. CTS e mercado de trabalho;

**Bibliografia básica:**

AULER, D. ; BAZZO, W. A. Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional brasileiro. *Ciência & Educação*, v. 7, n. 1, p. 1-13, maio 2001.

BAZZO, W. *Ciência, Tecnologia e Sociedade, e o contexto da educação tecnológica*. Florianópolis: EdUFSC, 2010.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNANBUCO, M. M. *Ensino de ciências: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

**Bibliografia complementar:**

DELORS, J. Educar para o futuro. *O Correio da UNESCO*, v. 24, n. 6, p. 6-11, jun.1996.

GALIAZZI, M.C. *Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de Ciências*. Ijuí: Unijuí, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORAES, R. e MANCUSO, R. (Org.). *Educação em ciências: produção de currículos e formação de professores*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

SANTOS, W. L. P.; AULER, D. *CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

<b>Disciplina: Prática de ensino/Estudos Integradores – Educação e Pesquisa</b>	<b>Período: 7º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Conhecimento, pesquisa e educação. Método e metodologia na pesquisa em educação.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BRANDÃO, Zaia. <i>Pesquisa em educação</i>. São Paulo: Loyola, 2002. LUDKE, M; André, M. <i>Pesquisa em educação: abordagens qualitativas</i>. São Paulo: EPU;1986. SEVERINO, A. J.. <i>Conhecimento, pesquisa e educação</i>. Campinas: Papirus, 2001.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> FAZENDA, I. (Org.) <i>Metodologia da pesquisa educacional</i>. São Paulo: Cortez, 2000. GAMBOA, S. S. <i>Pesquisa em educação: métodos e epistemologias</i>. Chapecó: Argos, 2007. GATTI, B. A. <i>A construção da pesquisa em educação no Brasil</i>. Brasília: Plano Editora, 2002. SEVERINO, A. J.. <i>Metodologia do trabalho científico</i>. 22.ed. São Paulo: Aut. Associados, 2002. CHIZZOTTI, A. <i>Pesquisa em ciências humanas e sociais</i>. São Paulo: Cortez, 2005.</p>	

EMENTAS - 8 ºPeríodo

<b>Disciplina: Educação, mídias e tecnologias digitais</b>	<b>Período: 8 º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b> Fundamentos teórico-metodológicos das relações entre as tecnologias e a educação. Processos formativos mediados pelas tecnologias digitais. Educação em rede, mídias digitais e formação de professores.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BELLONI, Maria Luiza. <i>O que é mídia-educação?</i> Campinas, SP: Autores Associados, 2001. LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R. (Orgs.). <i>Didática e escola em uma sociedade complexa</i>. Goiânia: CEPED, PUC-Goiás, 2011. PRETTO, Nelson De Lucca (Org). <i>Tecnologia e novas educações</i>. Salvador: EDUFBA, 2005.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> FILÉ, V. (Org.). <i>Escola e tecnologia: máquinas, sujeito e conexões culturais</i>. Rio de Janeiro: Roselle, 2011. LIBÂNEO, José C. e Santos, Akiko. <i>Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade</i>. Campinas (SP): Alínea, 2005. MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. ; BEHRENS, Marilda Aparecida.</p>	

*Novas tecnologias e a mediação pedagógica*. Campinas: Papyrus, 2003.  
 SETTON, M. da G. *Mídia e Educação*. São Paulo: Contexto, 2011.  
 SILVEIRA, S. A. da *Exclusão Digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, 48 p.

**Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado - Gestão da Escola e Prática Pedagógica**

**Período: 8º**

**Carga Horária – 108h**

**Ementa:**

Diagnóstico da escola-campo de estágio da Gestão da Escola e Prática Pedagógica. Elaboração e execução do projeto didático-pedagógico referente a Gestão da Escola e Prática Pedagógica. Estudo teórico-prático sobre Gestão da Escola e Prática Pedagógica. Produção textual crítico-reflexiva do relatório.

**Bibliografia básica:**

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F de; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção Docência em formação.  
 OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 1997.  
 PARO, Vitor H. *Administração escolar – introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 1988.

**Bibliografia complementar:**

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses do mundo do trabalho*. 6. ed., São Paulo: Cortez, 1999.  
 FERRETI, Celso J., SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. *Trabalho, formação e currículo – para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999.  
 LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola – teoria e prática*. 3. ed., Goiânia: Alternativa, 2001.  
 PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 1995.  
 VEIGA, Ilma P. ; Resende, Lúcia M. Gonçalves (Orgs.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

**Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II**

**Período: 8º**

**Carga Horária – 108h**

**Ementa:**

Produção textual da monografia. Estudo, leitura e interpretação da bibliografia. Construção lógica do trabalho. Redação final.

**Bibliografia básica:**

CARVALHO, M. C. M. (Org.). *Construindo o saber – Metodologia científica: fundamentos e técnicas*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1989.  
 FAZENDA, Ivani C. A. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.  
 SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

**Bibliografia complementar:**

ANDRÉ, Marli E. D. e LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

\_\_\_\_\_. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 2004.  
 DEMO, P. *Metodologia Científica nas Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.  
 FAZENDA, Ivani C. A. *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2005.  
 \_\_\_\_\_. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2004.

<b>Disciplina: Corpo, Trabalho e Educação</b>	<b>Período: 7º</b>
	<b>Carga Horária: 54h</b>
<p><b>Ementa:</b>          Introdução ao estudo dessas categorias - corpo, trabalho e educação- considerando a categoria trabalho enquanto fundante dessa relação, compreendendo o trabalho como a atividade que consagra a relação homem/natureza, bem como o processo de hominização. Nesse sentido, o processo de formação, nos diferentes espaços é inerente à construção da cultura e da história social. A corporalidade, compreendida enquanto concretude social das relações sociais de produção expressa então como os diferentes processos produtivos concebe a relação sujeito/objeto. Corpo e Educação Física.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>          DAOLIO, Jocimar. <i>Da cultura do corpo</i>. Campinas: Papirus, 1995.          GARCIA, Regina L. (Org). <i>O corpo que fala dentro e fora da Escola</i>. Rio de Janeiro: DPA, 2002.          NEIRA, M. G. A cultura corporal popular como conteúdo do currículo multicultural da Educação Física. <i>Pensar a prática</i>, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 81-90, jan./mar.2008.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>          CANEN, A. e OLIVEIRA, A. M. A. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. <i>Revista Brasileira de Educação</i>. n. 21, p. 61-74, 2002.          FEATHERSTONE, M. <i>O Desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade</i>. São Paulo: Studio Nobel, Sesc, 1997          NEIRA, M. G. e NUNES, M. L. F. <i>Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas</i>. São Paulo: Phorte, 2006.          KEMP, K. <i>Corpo modificado: corpo livre?</i> São Paulo: Paulus, 2005.          RODRIGUES, J. C. <i>O tabu do corpo</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 2005</p>	
<b>Disciplina: Prática de ensino/Estudos Integradores - Educação e Gestão</b>	<b>Período: 8º</b>
	<b>Carga Horária 54h</b>
<p><b>Ementa:</b>          Os processos educativos nas instituições não escolares: no setor produtivo, nos movimentos sociais e nas entidades da sociedade civil no contexto brasileiro contemporâneo. O papel do pedagogo na articulação do conhecimento e das ações no âmbito da sociedade civil organizada. A organização da práxis pedagógica na educação escolar e não escolar, na perspectiva do trabalho como princípio educativo. Elaboração de projetos integradores nos distintos espaços formativos.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>          HENGEMÜHLE, Adelar. <i>Gestão de ensino e práticas pedagógicas</i>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p>	

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). *Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2005.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino*. São Paulo: Ática, 2007.

**Bibliografia complementar:**

GRAMIGNA, Maria Rita. *Modelo de competências e gestão de talentos*. Papirus, 2002.

LUCK, Heloisa. *Liderança em Gestão Escolar*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PORTO, Olivia. *Orientação educacional: teoria, prática e ação*. Rio de Janeiro: Walk, 2009.

LIBANEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. *Projeto Político-Pedagógico*. São Paulo: Érica, 2009

OPTATIVAS

Disciplina: Infância e Educação Infantil	Período: Optativa
	Carga horária: 27h
<b>Ementa:</b> Linguagem, sociedade, cultura, discurso e ensino de língua. Alfabetização e letramento: conceitos e práticas. Concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. Conhecimentos da ordem da escrita, seus usos e objetos, discursos e lugares de produção, circulação, divulgação. Formação do leitor e do escritor. Literatura e alfabetização.	
<b>Bibliografia básica:</b> BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. <i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil</i> . Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009. DEL PRIORE, M. <i>História das crianças no Brasil</i> . São Paulo: Contexto, 2008. FREITAS, M. C. de. (org). <i>História social da infância no Brasil</i> . 2ed. São Paulo: Cortez, 2009.	
<b>Bibliografia complementar:</b> ARIÉS, Phellipe. <i>História social da criança e da família</i> . 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. HEYWOOD, Colin. <i>Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente</i> . Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. OLIVEIRA, Zilma de M.R. <i>Educação Infantil: fundamentos e métodos</i> . 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. <i>A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil</i> . 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. STEARNS, Peter N. <i>A infância</i> . São Paulo: Contexto, 2006. p.143-167	

<b>Disciplina: Alfabetização e letramento</b>	<b>Período: Optativa</b>
	<b>Carga horária: 27h</b>
<p><b>Ementa:</b> Linguagem, sociedade, cultura, discurso e ensino de língua. Alfabetização e letramento: conceitos e práticas. Concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. Conhecimentos da ordem da escrita, seus usos e objetos, discursos e lugares de produção, circulação, divulgação. Formação do leitor e do escritor. Literatura e alfabetização.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ABRAMOVICH, Fanny. <i>Literatura infantil</i>- gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione,1993. BRAGGIO, Silvia Lúcia Bigonjal. <i>Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. SOARES, Magda. <i>Alfabetização e letramento</i>. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> FERREIRO, Emília. <i>Com todas as letras</i>. São Paulo: Cortez, 1993. FREIRE, Paulo. <i>Cartas à Guiné-Bissau</i>: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011. SOARES, Magda. <i>Letramento: um tema em três gêneros</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. <i>A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo</i>. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2003. VYGOTSKY, L. S., LURIA, A R. , LEONTIEV,A N. <i>Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem</i>. São Paulo: Ícone, 2001.</p>	

<b>Disciplina: Espanhol Instrumental</b>	<b>Período: Optativa</b>
	<b>Carga Horária: 27h</b>
<p><b>Ementa:</b> Desenvolvimento das habilidades de leitura em Língua Espanhola com vistas ao atendimento das necessidades básicas de compreensão de textos diversos, com vistas a propiciar ao educando uma preparação significativa, no que diz respeito às necessidades de seu cotidiano e de sua vida educacional, desenvolvendo conhecimentos gramaticais que venham ser realmente úteis, orientando-o com ao livre exercício da cidadania. Aplicação de vocabulário básico: saudações, identificação, fórmulas usuais na conversação, nacionalidades, profissões e outras. Diálogos, situações de uso da língua na área educacional e em diferentes contextos sociais. Possibilitar o contato com as diversas manifestações culturais de Espanha e Hispanoamérica.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> SILVA, Cecilia F e SILVA, L. M. P. <i>Español a través de textos</i>. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2001. QUINTANA. Nuria Sánchez, CLARK. David. <i>Destrezas Integradas</i>. Ediciones SM. Madrid. 2001. CASTRO, Francisca. <i>Uso de la gramática española</i>. nivel básico. Madrid: Edelsa, 1997.</p>	

**Bibliografia complementar:**

VALES, José Calles, MELÉNDEZ, Belén Bermejo. *Jergas, Argot y Modismos*. Libsa. Madrid. 2002.  
SEÑAS. *Diccionario para a enseñanza de la lengua espanhola para brasileiros*.

2001. São Paulo: Martins Fontes.

QUINO. *Toda Mafalda (en español)*. Ed. De la Flor: 2012.

BORDOY, Manuel. La música española en la Internet. Recursos básicos para el aula de español como lengua extranjera. *Frecuencia-L*, 17, p. 45:47, 2001.

GARCÍA BENITO, A. B. *Expresiones idiomáticas verbales del español y sus equivalentes semánticos en portugués*. Salamanca: Universidad de Salamanc, 2002a. Periódicos: *El País, El Clarín*;

<b>Disciplina: Ação pedagógica com jovens e adultos</b>	<b>Período: Optativa</b>
	<b>Carga Horária: 27h</b>

**Ementa:**

Ações pedagógicas relativas à EJA e interfaces como: o acolhimento, as práticas de ensino, movimentos sociais, mundo do trabalho, pessoas portadoras de necessidades e diversidade cultural.

**Bibliografia básica:**

CAMPOS, Rogério Cunha. Protagonismo recente dos movimentos sociais em política, educação e cultura. In: SOARES, Leôncio, GIOVANETTE, Maria Amélia Gomes de Castro. *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FÁVERO, Osmar; SANTOS, Ênio Serra dos. Análise da Coleção Cadernos de EJA: materiais pedagógicos para o 1º e o 2º Segmentos do ensino fundamental de jovens e adultos. In: TITIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Liber Livro e Editora da UFF, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, Leôncio, GIOVANETTE, Maria Amélia Gomes de Castro. *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

**Bibliografia Complementar**

ALMEIDA, Luciana Maria. Nas trilhas do fazer e do saber a possibilidade de ser: educação e trabalho no sistema penitenciário. In: MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. *Educação dos Trabalhadores: políticas e projetos em disputa*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

FILHO, Domingos Leite Lima. O Proeja em construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 35, n.1, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados em suspenso. In: TITIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Liber Livro e Editora da UFF, 2011.

SOUZA, João Valdir Alves. Possibilidades e limites da educação popular. In: SOARES, Leôncio, GIOVANETTE, Maria Amélia Gomes de Castro. *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TIRIBA, Lia; SICHÍ, Bruna. Os trabalhadores e a escola: de olho na(s) cultura(s) do trabalho. In: TITIBA, Lia; CIAVATTA, Maria(orgs.). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Liber Livro e Editora da UFF, 2011.

**Disciplina: Promoção da saúde em educação**

**Período: Optativa**

**Carga Horária 27**

**Ementa:**

Estudo dos conceitos de Promoção da Saúde no transcorrer da história, como forma de aproximação ao conhecimento da realidade e da produção de conhecimento, discutindo aspectos históricos, políticos e as implicações com a prática para os profissionais de educação.

**Bibliografia básica:**

BRASIL. *Política Nacional de Promoção da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria687\\_2006\\_anexo1.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria687_2006_anexo1.pdf). BRASIL. *Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007*. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília: DF. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=14578:programa-saudenas-escolas&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14578:programa-saudenas-escolas&Itemid=817). BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de Promoção da Saúde. In: D. Czeresnia, C.M. Freitas (Orgs), *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2003, p. 15-38.

**Bibliografia complementar:**

BRASIL. *Caderno de educação popular em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde. 2007. Disponível: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno\\_de\\_educacao\\_popular\\_e\\_saude.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno_de_educacao_popular_e_saude.pdf)  
BRASIL. *Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil*. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/revcapa6.pdf>  
BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis[online]*.v.17, n.1, p. 77-93. 2007.  
BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciênc. saúde coletiva*. v.5, n.1, pp. 163-177, 2000.  
CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. *Ciênc. saúde coletiva [online]*. v.13, supl.2, pp. 2029-2040. 2008.

<b>Disciplina: Estatística e Educação</b>	<b>Período: Optativa</b>
	<b>Carga horária: 27h</b>
<p><b>Ementa:</b>  Conceitos básicos de Estatística. Tratamento da Informação. Leitura, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Porcentagem. Razão e Proporção. Porcentagem. Contextualização e Ensino de Estatística na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.</p> <p><b>Bibliografia Básica</b>  BRASIL, <i>Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Matemática</i>. Brasília: MEC/SEF, 1997.  BITTAR, Marilena, FREITAS, José Luiz Magalhães. <i>Fundamentos e metodologia de matemática para os ciclos iniciais do ensino fundamental</i>. 2. ed.- Campo Grande, MS: UFMS, 2005.  COSTA, S. F. <i>Introdução ilustrada à estatística (com muito humor)</i>. São Paulo: Harbra, 1986.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  ABRANTES, P.; SERRAZINA, L.; OLIVEIRA, I. <i>A Matemática na Educação Básica</i>. Ministério da Educação, 1999.  LELIS, Marcelo; IMENES, Luiz Marcio, JACUBO. M. <i>Estatística. Para que serve a Matemática?</i> São Paulo: Saraiva, 2000.  LOPES, C. A. E. NACARATO. <i>Escritas e Leituras na Educação Matemática</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.  MORENTTIN, Luiz Gonzaga. <i>Estatística Básica</i>. 7. ed.- São Paulo: Pearson Makron Bookz, 1999.  PONTE, João Pedro da. <i>Investigações na sala de aula</i>. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. ( Tendências em Educação Matemática).</p>	

<b>Disciplina: Tempo, espaço e pensamento lógico matemático</b>	<b>Período: Optativa</b>
	<b>Carga horária: 27h</b>
<p><b>Ementa</b>  A estruturação do tempo, espaço e pensamento lógico-matemático. Espaços e Forma. Grandezas e Medidas. Conteúdos conceituais e procedimentais na construção do pensamento lógico-matemático na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O ensino da Análise combinatória e probabilidade.</p> <p><b>Bibliografia Básica</b>  BITTAR, Marilena, FREITAS, José Luiz Magalhães. <i>Fundamentos e metodologia de matemática para os ciclos iniciais do ensino fundamental</i>. 2. ed.-Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.  BIEMBENGUT, Maria Salett, HEIN, Nelson. <i>Modelagem no ensino de Matemática</i>. São Paulo: Contexto, 2000.  TOLEDO, Marília Barros de Almeida, TOLEDO, Mauro de Almeida. <i>Teoria e prática de matemática: como dois e dois</i>. São Paulo: FTD, 2010. (Coleção Teoria e Prática)</p>	

### **Bibliografia Complementar**

ABRANTES, P.; SERRAZINA, L.; OLIVEIRA, I. *A Matemática na Educação*

*Básica.*

Ministério da Educação, 1999.

ANTUNES, Celso. *Jogos para estimulação das múltiplas inteligências.* Petrópolis:

Voices, 2000.

LOPES, C. A. E. NACARATO. *Escritas e Leituras na Educação Matemática.* Belo Horizonte:

Autêntica, 2005.

PONTE, João Pedro da. *Investigações na sala de aula.* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Tendências em Educação Matemática)

POZE, Juan Ignácio. *A Solução de Problemas a Resolver, resolver para Aprender.* Porto Alegre: Artmed, 1998.

**Disciplina: Informática básica**

**Período: Optativa**

**Carga Horária: 27h**

#### **Ementa:**

Estudo da evolução histórica da informática e suas implicações nas relações humanas e no mercado de trabalho. Conhecimento dos componentes de um sistema básico de computação e compreensão de suas funções e sistemática de funcionamento. Utilização de programas utilitários e para escritório. Navegação na internet de forma segura e utilização de seus diversos serviços.

#### **Bibliografia básica:**

VELLOSO, Fernando de Castro. *Informática – Conceitos Básicos.* 7 ed. Ed. Câmpus, 2004.

PACHECO, Gustavo Buzzati. *Introdução à Informática Básica com Software Livre.* São

Paulo: Editora

MANZANO, José Augusto N. G. *BrOffice.org 2.0: Guia Prático de Aplicação.* São Paulo: Editora Erica, 2006.

#### **Bibliografia complementar:**

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial.* 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. 157 p. ISBN 85-11-14081-6.

BORGES, Klaibson Natal Ribeiro. *LibreOffice para Leigos - Facilitando a vida no escritório.* Disponível em <http://www.ufrgs.br/soft-livre-edu/arquivos/libre-office-paraleigos.pdf>

SANTOS, Alex. *Apostila Informática Básica.* Disponível em [http://docente.ifrn.edu.br/demetrioscoutinho/disciplinas/informatica/apostilapronatec/at\\_download/file](http://docente.ifrn.edu.br/demetrioscoutinho/disciplinas/informatica/apostilapronatec/at_download/file)

SANTOS, Eliane Elias Ferreira. *Apostila de Informática Básica.* Disponível em

[http://www.afrid.faei.ufu.br/sites/afrid.faei.ufu.br/files/Apostila\\_AFRID\\_Inform%C3%A1tica.pdf](http://www.afrid.faei.ufu.br/sites/afrid.faei.ufu.br/files/Apostila_AFRID_Inform%C3%A1tica.pdf)

MOLEIRO, Marcos Antunes. *Apostilas de Informática Básica.* Disponível em <http://www.drh.uem.br/tde/apostilas.htm>

<b>Disciplina: Dança e Educação</b>	<b>Período: Optativa</b>
	<b>Carga Horária: 27h</b>
<p><b>Ementa:</b>  Conceitos de Dança-Educação. Breve histórico da Dança-Educação nos países ocidentais. Dança-Educação no Brasil. Teorias da Dança-Educação. Dança-Educação e contemporaneidade. Práticas de Dança-educação nos diversos contextos de ensinoaprendizagem</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  CALAZANS, Julieta; CASTILHO, Jacyan; GOMES, Simone (Org.). <i>Dança e educação em movimento</i>. São Paulo: Cortez, 2003.  MARQUES, Isabel. <i>Ensino da dança hoje: textos e contextos</i>. São Paulo: Cortez, 2001.  BRASIL. <i>Lei de diretrizes e bases da educação nacional, n°9394/96</i>. Brasília: MEC.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  BARBOSA, Ana Mae. <i>Arte-educação; conflitos e acertos</i>. 3 ed. São Paulo: Max Limonad, 1988.  BRASIL. Secretaria de educação média e tecnológica. <i>PCN e Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais</i>. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.  DUARTE JR, João Francisco. <i>Fundamentos estéticos da educação</i>. São Paulo: Cortez, 1991.  FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica</i>. 3 ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1997.  STRAZZACAPPA, Márcia. <i>Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança</i>. Campinas: Papyrus, 2006.</p>	

<b>Disciplina: Lúdico e Educação</b>	<b>Período: Optativa</b>
	<b>Carga Horária: 27h</b>
<b>Ementa:</b>	
Lúdico e educação, aportes teóricos, filosóficos e metodológicos. A dimensão lúdica em espaços formais e não formais de educação. Memória viva dos jogos. Brinquedos e brincadeiras na educação. A produção do conhecimento por meio do brincar.	
<b>Bibliografia básica:</b>	
ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de. <i>Sobre brinquedos e infância: aspectos da experiência e da cultura do brincar</i> . Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.95, pp. 541551. ISSN 0101-7330.	
ANTUNES, Celso. <i>Da hora da brincadeira e da aprendizagem para uma nova concepção sobre o papel do brincar</i> . In: ANTUNES, Celso. <i>Educação Infantil: prioridade imprescindível</i> . Rio de Janeiro: Vozes, 2007.	
DE ALMEIDA, Paulo Nunes. <i>Educação lúdica</i> . Edições Loyola, 1998.	
<b>Bibliografia complementar:</b>	
BROUGÉRE, Gilles. <i>A criança e a cultura lúdica</i> . Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n.2, July 1998 .	
FERNANDES, Renata Sieiro e PARK, Margareth Brandini. <i>Lembrar-esquecer: trabalhando com as memórias infantis</i> . Cad. CEDES [online]. 2006, vol.26, n.68, pp. 39-59. ISSN 0101-3262.	
SILVA, Elizabeth Nascimento. <i>Recreação na sala da aula-1ª a 4ª série</i> . Rio Janeiro. 5ªed. Sprint, 2008.	
BROUGÉRE, Gilles. <i>Lúdico e educação: novas perspectivas</i> . Linhas críticas, v. 8, n. 14, p. 5, 2002.	
CALAZANS, F.M.A. <i>Histórias em quadrinhos na escola</i> . São Paulo: Paulus, 2004.	

## ANEXO II - Projeto do Laboratório de Ensino

### PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ENSINO

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O curso de Pedagogia do IF Goiás – Câmpus Goiânia Oeste prima pela formação do educador social, que compreende as formações docente (ação educativa política e cultural), epistemológica (alicerçada nos fundamentos filosóficos e sóciohistóricos da educação), profissional (para atuação nos processos educativos escolares e não escolares), científica (a pesquisa como princípio formativo), social (vínculo sociedade-ciência–tecnologias/mídias sociais) e didático-pedagógica. Esta última, na formação do acadêmico, nas disciplinas de Fundamentos e Metodologias do Ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes e Educação Especial e Inclusão (IFG, 2014).

Espera-se que o pedagogo, como prevê a Resolução CNE/CP nº01/2006 (BRASIL, 2006), das Diretrizes Curriculares nacionais para o curso de Pedagogia, esteja apto a: “VI – ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano” e “VIII- relacionar linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didáticos-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas”, além de “IV- promover a aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano e em diversos níveis e modalidades do processo educativo”, o que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e “III - (...) “ aqueles que não tiveram oportunidades de escolarização na idade própria”. Espera-se, ainda, que ele saiba “IX - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos-científicos e “realizar pesquisas, identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva”, ciente da diversidade humana (diferenças sociais, culturais, linguísticas, regionais, étnicas, de gênero, etárias, de necessidades especiais ou específicas de aprendizagem) e ambiental-ecológica.

Dada essa abrangência e responsabilidade, faz-se necessária a organização e o uso de um espaço de estudo, pesquisa, produção científica e de recursos pedagógicos que favoreça e fortaleça a relação teoria-prática desenvolvida nas disciplinas do curso de Pedagogia, sob as proposições o quê, como, para quê e para quem ensinar.

Conforme Libâneo (2012, p. 54), o trabalho peculiar do professor é a atividade de ensino, cujo “objeto” (a quem se dirige) é o sujeito que aprende. Para que ocorra aprendizagem, esse sujeito precisa mobilizar suas ações e operações intelectuais, o que deve ser impulsionado pela mediação didática. Assim, “o trabalho do professor consiste em ajudar o aluno, por meio dos conteúdos, a adquirir capacidades para novas operações mentais ou modificar as existentes, como que se operam mudanças qualitativas na personalidade” (LIBÂNEO, 2012, p. 41). Por essa razão, como sublinha o autor, a prática profissional docente não é meramente técnica, é “[...] uma atividade prática que é sempre teórica, pensada e um movimento do pensamento, do que resulta uma prática pensada”. (LIBÂNEO, 2012, p. 55). Assim, “a atividade de ensino tem como centro (núcleo) a estruturação de tarefas de aprendizagem (ou tarefas cognitivas como análise e síntese, comparação, solução de problemas, formulação de hipóteses, etc. [...])”(p. 55).

Nesse intuito, a proposta de estruturação e uso do Laboratório de Ensino transcende o enfoque funcionalista; tem em vista processos formativos para o desenvolvimento humano, contextualizado nas diversas práticas e interações socioculturais. Considera-se que o sujeito da aprendizagem poderá, ao aprender, modificar-se e então problematizar, agir e operar na realidade concreta, produzindo transformações por meio do conhecimento que beneficiem, sob princípios éticos, indivíduos, coletividades e meio ambiente.

Nesse sentido, o Laboratório se apresenta como um centro de estudos, pesquisa, produção e utilização de recursos, propostas e práticas de ensino em que o acadêmico de Pedagogia construa ou desenvolva materiais didáticos, ações de estágio e oficinas pedagógicas, bem como sistematizar propostas metodológicas, avaliativas e conteúdo referentes às várias disciplinas (didáticas disciplinares) em ações de ensino, pesquisa e extensão.

Em linhas gerais, os usos e recursos, por disciplina, são assim descritos:

- Fundamentos e Metodologia da Educação Especial e Inclusão: a efetividade da educação inclusiva exige que se desenvolvam e sejam postos em prática recursos pedagógicos específicos, como tecnologia assistiva, para educandos que apresentam algum tipo de deficiência ou então altas habilidades/superdotação. Concomitantemente, é requerido um preparo docente para tal desenvolvimento e utilização, tanto teórico, quanto técnico e didático. Dentre as possibilidades, destacam-se programas computacionais para pessoas com baixa mobilidade, para os que não conseguem se comunicar por meio da fala (*softwares* de comunicação alternativa) e para pessoas cegas ou com baixa visão; impressoras e punção para escrita Braille; teclado de computador, materiais escolares e de atividades de vida diária (AVDs) adaptados para pessoas com baixa mobilidade física; jogos, livros literários e brinquedos específicos. O laboratório, além ofertar acesso a esses materiais, pode fomentar, por seu acervo e pesquisas, produção, por parte dos acadêmicos, de outros materiais afins, a serem utilizados em práticas de ensino na comunidade, uma vez que existem tecnologias assistivas de baixo custo, tais como: brinquedos e instrumentos que explorem a sensorialidade e pranchas artesanais de comunicação alternativa. Na sua confecção são requeridos materiais como: cartolina, álbuns de fotografia, papelão, tábuas de madeira, E.V.A., tecidos diversos, lixa, fotografias, gravuras/figuras, sementes/grãos, tampinhas, garrafas plásticas, entre outros.

- Fundamentos e Metodologias do Ensino de Artes: Grande parte das ações do pedagogo estão calcadas nos processos de arte, principalmente nos primeiros anos da escola. Sendo arte ação criativa, é fundamental garantir um espaço que amplie as ações dos alunos do curso de licenciatura em Pedagogia, subsidie conceitos e oferte ferramentas materiais, onde esses alunos possam experimentar os processos de arte na criação, na interpretação e na fruição. Esse espaço, além de possuir recursos comuns a todas as disciplinas de Fundamentos e Metodologias do curso de Licenciatura em Pedagogia, abriga materiais específicos, como livros e artigos que discutem a Arte e o ensino de arte na escola, instrumentos musicais, objetos de produção sonora, instrumentos confeccionados pelos alunos, gravações diversas e das performances produzidas pelos alunos do curso de Pedagogia e arquivos de partituras. Esses materiais servirão como ponto de partida para os alunos de Pedagogia pensarem a prática de arte e sua aplicação futura, tomando como base o ensino, a pesquisa e a extensão.

- Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia: O laboratório de ensino representa o espaço de consolidação das práticas elaboradas a partir das discussões dos fundamentos, teórico-metodológicos, da ciência geográfica. Dentre as práticas se destacam: a produção e experimentação de material didático; o uso da música e das produções audiovisuais; uso e aplicação das técnicas e tecnologias da educação no ensino de geografia; construção e aplicação de maquetes, jogos e brincadeiras; análise e produção de representações espaciais; análise de livros didáticos; atividades de pesquisa e leitura direcionada; desenvolvimento de projetos interdisciplinares de abordagem geográfica; oficinas e seus contributos na atividade docente/discente; prática docente, que visa preparar o educador para a prática profissional, em suas atividades de planejamento e execução do processo de ensino; criação e aplicação de processos avaliativos do ensino e da aprendizagem; desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como o compartilhamento de experiências no processo de ensino e aprendizagem.

- Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática: O laboratório de ensino pode ser visto como um espaço de construção do conhecimento, seja individual ou coletivo. Nesse espaço, professores e alunos podem dar vida à sua criatividade, dinamizar o trabalho e enriquecer as atividades de ensino/aprendizagem, tornando o processo muito mais dinâmico, prazeroso e eficiente. A inclusão de atividades do tipo laboratorial pode ser uma das vertentes fundamentais, como modo de conseguir uma melhor qualidade na aprendizagem da Matemática, no que diz respeito à construção do conhecimento. Um dos objetivos centrais do ensino da Matemática é conseguir que os alunos desenvolvam uma compreensão aprofundada dos conceitos matemáticos, mais do que obter um bom desempenho em exercícios pré definidos ou a memorização de fórmulas. O laboratório de ensino, portanto, é um ambiente propício para estimular no futuro professor o gosto pela matemática, a perseverança na busca de soluções e a confiança em sua capacidade de aprender e fazer matemática. Além de contribuir para a construção de conceitos, procedimentos e habilidades matemáticas, pode propiciar também a busca de relações, propriedades e regularidades, estimulando o espírito investigativo.

- Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa: O desenvolvimento do domínio da expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem, levando em conta a situação de produção social e material do texto, demanda a seleção, organização e mediação da língua em gêneros textuais adequados. Um planejamento bem elaborado garante o desenvolvimento do domínio de conhecimentos de linguagem e seus usos sociais.

Nesse sentido, o uso de recursos didáticos e audiovisuais configura-se como prática necessária para a realização de diversas atividades linguísticas, e dentre as diferentes possibilidades ofertadas pelo laboratório, a exemplo da produção de cartazes, jornais, propagandas, revistas, slides, fotografias, o gravador e o vídeo ganham destaque, já que possibilitam o acesso a textos que combinam sistemas verbais e não verbais de comunicação e possuem aplicações didáticas significativas para a organização e mediação de situações de aprendizagem da língua.

O laboratório de ensino constitui-se ainda como espaço destinado não apenas à oferta de um acervo diferenciado de recursos e materiais pedagógicos que poderão ser comprados, mas também à construção de recursos, como jogos didáticos, alfabetos, fantoches, dicionários, livros e materiais confeccionados a partir de materiais alternativos pelos discentes nos projetos de extensão, ensino e pesquisa do curso de Licenciatura em Pedagogia.

- Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências: Na pesquisa em ensino de ciências é abundante a literatura que oferece alternativas a professores que atuam em escolas não equipadas com laboratório de ciências. O foco está no uso de materiais alternativos e de baixo custo, o que não dispensa a existência do laboratório de ensino. Nesse sentido, a disciplina de fundamentos e metodologias de ensino de ciências tem o laboratório de ensino como importante espaço de potencialização do desenvolvimento das categorias-chave que estruturam a proposta pedagógica da disciplina, a saber: a investigação, a problematização e a experimentação. Nessa perspectiva, o laboratório amplia as possibilidades de desenvolvimento das dimensões do “saber ciência”, do saber “sobre ciência” e do “fazer ciência”, mais precisamente incorporar às atividades de ensino aspectos da prática de produção do conhecimento científico.

Importa destacar que a existência e o uso do laboratório de ensino são necessários, mas não suficientes para a promoção da qualidade do ensino de ciências, porque a referida qualidade é um problema complexo e, assim sendo, não tem essência e sim múltiplas determinações.

- Fundamentos e Metodologia do Ensino de História: O laboratório de ensino constitui-se como espaço privilegiado das relações de ensino e aprendizagem. Entre suas ações, busca proporcionar de forma indissociável a articulação entre as práticas pedagógicas e as reflexões teóricas.

Nesse sentido, as atividades do laboratório de ensino buscam dotar os acadêmicos do curso de pedagogia, a capacidade de compreender, criticar e historicizar informações em diversos tipos de fontes, como literatura, música, documentos impressos e textuais, objetos, monumentos, imprensa periódica, documentos iconográficos, orais, cinema, entre outras produções humanas. As ações do laboratório de ensino procuram promover atividades e programações que possibilitem análise de livros didáticos, documentos diversos, como entrevistas, visitas técnicas e acesso à materiais diversos disponíveis em sítios como <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial> que disponibilizam os Relatórios dos presidentes de província, e a hemeroteca da biblioteca nacional <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> , que disponibiliza milhares de fontes históricas.

Ao manejar as fontes, os acadêmicos compreendem que a história é construída a partir de documentos e que estes podem ser trabalhados em sala de aula, o que proporciona autodescoberta como agentes históricos. Assim, conhecer a história possibilita compreender a vida dos homens em sociedades e tempos históricos distintos, mudanças, permanências e transformações. Assim, permite aos indivíduos questionar o contraditório presente em que vivem e tomar consciência de si e da realidade em que se inserem.

Embora a organização desse espaço esteja prevista por disciplinas, devido às especificidades epistemológicas e didáticas, ações e atividades multi e interdisciplinares devem ser planejadas e desenvolvidas a partir de todo o acervo disponível e do conhecimento dos discentes e docentes envolvidos.[1]

Acrescenta-se que, além do propósito de desenvolvimento cognitivo e epistemológico, concomitantemente objetiva-se o desenvolvimento humano e social, o que implica atender especificidades de processos ensino-aprendizagem e da diversidade humana, tais como: ritmo,

estilo de aprendizagem, conhecimentos e habilidades prévias, interesses e necessidades educacionais específicas.

O grande desafio dos professores é construir uma proposta de trabalho que reconheça e valorize práticas culturais de todos os sujeitos educativos, na diversidade, sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos (VASCONCELLOS, 2002). As discussões advindas da LDBEN nº 9.394/96, com vistas a atender às exigências da sociedade contemporânea no que diz respeito à formação do professor, implica no reconhecimento dos sujeitos e das diferentes fases do desenvolvimento humano, bem como uma concepção de educador comprometido com a realidade do seu tempo e com o projeto de uma sociedade democrática. Para tanto, torna-se necessário que a formação dos professores estabeleça um diálogo com os distintos contextos educativos, o que torna necessária a reorganização das práticas avaliativas, da organização do currículo e do planejamento pedagógico.

Conforme atesta Gatti (2011), a formação de professores para atuar na educação básica é feita de modo fragmentado entre as áreas disciplinares, níveis de ensino e nas disciplinas curriculares. Observa-se que na relação teoria e prática ocorre o predomínio dos aspectos teóricos, de fundamentos, política e contextualização, e que a escola, enquanto instituição social e de ensino, é elemento quase ausente nas ementas, o que leva a pensar numa formação de caráter mais abstrato e pouco integrado ao contexto concreto onde o profissional-professor vai atuar. Assim, há uma insuficiência formativa que compromete a atuação do professor.

Nesse sentido, o laboratório de ensino constitui-se como espaço fundamental para propiciar ao discente um local para pesquisa, reflexão e produção sobre as especificidades do processo de ensino e aprendizagem nos espaços escolar e não escolar, numa perspectiva interdisciplinar e coletiva. A necessidade de desenvolver práticas pedagógicas em grupo requer o envolvimento de todos na elaboração, discussão, desenvolvimento e avaliação de materiais didático-pedagógicos concernentes ao contexto educativo em que atuam os discentes. Esse princípio de trabalho requer dos envolvidos no processo educativo o estudo permanente da realidade educacional e social. As diferentes fases do desenvolvimento humano, as práticas concretas de vida, a cultura, os elementos do contexto social, entre outros aspectos, tornam-se elementos de estudo e de trabalho político-pedagógico, permanentemente (PADILHA, 2002).

---

[1] Libâneo (2012, p. 49) traz um exemplo de didática disciplinar: “a didática da educação ambiental consistiria em ajudar os alunos a captar o percurso da investigação pelo qual vai se constituindo o saber ambiental e descobrir o caminho metodológico pelo qual podem interiorizar esse percurso, para que aprendam a pensar e agir autonomamente em relação a práticas socioambientais (...)”. O autor apoia-se em Davydov, para quem “[...] a abordagem pedagógico-didática de um conteúdo pressupõe a abordagem epistemológica desse conteúdo [...] tendo em vista analisar resolver problemas e situações concretas da vida prática”. (LIBÂNEO, 2012, p. 50).

## **DO REGULAMENTO DE USO**

### **DAS DEFINIÇÕES, OBJETIVOS**

Art. 1º. O laboratório de ensino constitui-se como espaço de reflexão, contextualização, produção e aplicação de materiais didáticos nos processos pedagógicos que auxiliem na articulação entre teoria e práticas de ensino.

Art. 2º. Nele podem ser atendidas as demandas dos cursos técnicos integrados, sendo prioritárias as demandas relativas às disciplinas de Fundamentos e Metodologias do Ensino do curso de Pedagogia.

Art. 3º. São objetivos do laboratório de ensino:

- 1) Oferecer condições para o desenvolvimento de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão diretamente relacionadas às práticas pedagógicas;
- 2) Constituir-se espaço de compartilhamento e produção de experiências do processo de ensino - aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento;
- 3) Contribuir para a formação e atuação profissional e cidadã em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem em diferentes fases do desenvolvimento humano.

### **HORÁRIO E ESTRUTURA FÍSICA**

Art. 4º O Laboratório de Ensino situa-se IFG – Câmpus Goiânia Oeste, atrás do auditório e possui as dimensões 10,90x6,30 metros.

#### **EQUIPAMENTOS**

- Três estantes tipo prateleiras para organização do material didático, das disciplinas de Fundamentos e Metodologias do ensino do curso de pedagogia.
- Lousa digital.
- Quadro branco
- 02 mesas de madeira com 12 cadeiras cada uma, destinadas às atividades em grupos
- 06 armários fechados 01 Computador
- Materiais didáticos diversos.

### **DOS USUÁRIOS, SEUS DIREITOS, DEVERES E ATRIBUIÇÕES:**

Art 5º. São usuários do laboratório de ensino:

Servidores docentes com atividades que se coadunem com os objetivos do laboratório;  
Servidores técnico-administrativos com atividades que se coadunem com os objetivos do laboratório;

Monitores com atividades que se coadunem com os objetivos do laboratório;

Bolsistas com atividades que se coadunem com os objetivos do laboratório;

Estagiários com atividades que se coadunem com os objetivos do laboratório; Discentes matriculados em disciplinas cujo plano de ensino coadune com os objetivos do laboratório.

Art. 6º São direitos dos usuários:

I. Utilizar o laboratório para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão sob supervisão.

Art. 7º. São deveres dos usuários:

- 1) Zelar pela disciplina, organização e limpeza;
- 2) Não entrar com alimentos e bebidas;
- 3) Cuidar dos materiais e equipamentos;
- 4) Relatar ao técnico ou docente responsável pelo uso do laboratório qualquer dano ou irregularidade;
- 5) Utilizar apenas os equipamentos previstos em seu plano de trabalho e/ou material solicitado pelo servidor responsável;
- 6) Solicitar abertura da sala à segurança. Após seu uso, solicitar o fechamento e assegurar que: computadores, projetores e sistema de som foram desligados e retirados da tomada; luzes, ventiladores e ar condicionado foram devidamente desligados.
- 7) Não retirar qualquer tipo de material ou equipamento sem autorização da gerência administrativa ou chefia de departamento. Móveis poderão ser rearranjados no espaço, mas deverão ser dispostos na organização inicial fixada atrás da porta.
- 8) Respeitar os horários disponíveis e as reservas realizadas previamente por servidores;
- 9) Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

## DOS DEVERES DOS SERVIDORES

Art. 8º. O docente da disciplina deverá fornecer esclarecimentos e orientações ao estudante para que ele possa utilizar adequadamente os materiais em aulas práticas.

- 1) Cada usuário se compromete a planejar suas atividades de modo que não haja qualquer prejuízo na realização integral das atividades subsequentes.
- 2) Cabe ao responsável pela atividade pedagógica providenciar o arranjo dos equipamentos, testá-los e solicitar com antecedência o material consumível, uma vez que essa atividade não é permitida a não servidores.

## DOS DEVERES DOS MONITORES, BOLSISTAS, ESTAGIÁRIOS E ALUNOS

Art. 9º. Os monitores deverão agendar horários de atendimento para os estudantes sob supervisão.

#### DO TÉCNICO

Agendar os horários;

Organizar o livro de frequência referente ao uso do laboratório;

Organizar arquivos referentes à documentação do laboratório;

d) Preparar materiais e equipamentos previamente agendados e solicitados para aulas práticas, estágio, estudo, pesquisa e extensão;

e) Solicitar ao coordenador a compra de materiais e equipamentos, quando necessário;

f) Encaminhar ao coordenador as solicitações de conserto e manutenção para equipamentos;

g) Supervisionar a limpeza do laboratório;

h) Receber e conferir materiais do setor de compras/almojarifado/patrimônio;

i) Supervisionar as atividades de estágio e estudo no que tange aos materiais, equipamentos e espaços em uso;

j) Receber e conferir materiais desenvolvidos pelos professores, estudantes e estagiários após o empréstimo;

k) Auxiliar o professor e os estudantes durante as aulas no laboratório, quando necessário;

l) Divulgar horários de monitoria;

m) Cumprir e fazer cumprir este regulamento;

n) Zelar pela ordem e manutenção do laboratório.

#### **DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS:**

Art. 10º. O Laboratório de Ensino poderá ser utilizado pelos usuários citados no Capítulo II deste regulamento, desde que cumpram integralmente com seus deveres anteriormente descritos.

Art. 11º. Tendo em vista o Capítulo III - Dos Objetivos, Funções e Finalidades, o Laboratório deve estar sob responsabilidade de um servidor, ou mais de um, quando se tratar de uso com finalidade pedagógica conjunta, para que seja aprovado o agendamento de uso.

§ 1º. Monitores, Bolsistas e Estagiários devem estar sob orientação de um servidor, logo sob sua responsabilidade, segundo estabelecido em Plano de Trabalho entregue e aprovado pelo Departamento de Áreas Acadêmicas, ao qual o Laboratório está vinculado, para fazerem uso do espaço sem a presença de um servidor.

§ 2º. Todo usuário não servidor só poderá ter acesso ao Laboratório de Ensino mediante a assinatura do Termo de Responsabilidade que descreve equipamentos e materiais a serem utilizados. Esse documento também deverá ser assinado pelo servidor responsável e pelo Chefe de Departamento de Áreas Acadêmicas.

§ 3º. É vedado o uso de equipamentos e materiais que não estiverem descritos no plano de trabalho.

§ 8º Os seguranças do IFG-Câmpus Goiânia Oeste somente abrirão o Laboratório de Ensino para não servidores mediante a apresentação do Termo de Responsabilidade devidamente assinado.

Art. 12º. O agendamento de dias e horários para uso do Laboratório de Ensino se dará única e exclusivamente por meio do SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública em módulo próprio (Administração - Reserva de Salas) com no mínimo 48h de antecedência.

§ 1º. Na indisponibilidade deste sistema de agendamento, fica sob responsabilidade da Chefia do Departamento de Áreas Acadêmicas, ao qual está vinculado o Laboratório, criar instrumento provisório de agendamento e informar ao servidor da deliberação final, até que o sistema se restabeleça.

§ 2º. Com a finalidade de atender exclusivamente a realização de aulas dos cursos ofertados pelo IFG- Câmpus Goiânia Oeste, poderá ser solicitado por servidores o agendamento semestral de um dia da semana para cada disciplina. As solicitações devem ser encaminhadas juntamente com o Plano de Ensino, justificando o uso do Laboratório.

§ 3º. Os seguintes critérios deverão ser seguidos para definição de prioridades no agendamento:

1. Semestral:

a) Disciplinas cujos objetivos coadunem integralmente com as funções e finalidade do Laboratório de Ensino. (disciplinas de Fundamentos e Metodologias do Ensino ministradas no curso de Licenciatura em Pedagogia;

2. Diário:

a) Atividades acadêmicas de Estágio, Monitoria, Extensão e Pesquisa da disciplina descrita no item 1(a);

b) Disciplina cuja atividades pedagógicas coadunem momentaneamente com as funções e finalidade do Laboratório de Ensino;

c) Demais atividades pedagógicas;

§ 4º. A aprovação quanto aos pedidos de agendamento diários e semestrais ficarão a cargo do servidor designado pelo Departamento de Áreas Acadêmicas, que construirá o horário de uso do Laboratório, irá apresentá-lo, aprová-lo em reunião de colegiado e fixá-lo semestralmente na porta do Laboratório de Ensino.

§ 5º. É permitido o agendamento e autorização de uso do Laboratório de Ensino por servidores de outros Câmpus ou Unidades da Instituição, desde que não haja prejuízo às atividades acadêmicas ou em agendamentos prévios.

§ 6º. Ficam cancelados os agendamentos diários ou semestrais em casos de urgência, pane ou manutenção, essa última cabendo aviso prévio aos usuários envolvidos. Art. XXº. É vedada a permanência de usuários que não estejam vinculados à atividade pedagógica.

## DAS RESPONSABILIDADES

Art. 13º. O Laboratório de ensino está subordinado à coordenação acadêmica, sob a responsabilidade da chefia departamental, à qual caberá designar um servidor técnico administrativo para o auxílio, orientação e supervisão do uso do laboratório.

Parágrafo único. São de responsabilidade desse servidor: organizar o agendamento, auxiliar na realização das atividades; zelar pelo uso dos equipamentos e materiais; garantir o cumprimento deste regulamento.

### DA COORDENAÇÃO ACADÊMICA

- a) Participar do desenvolvimento de programas de utilização do laboratório juntamente com professores das disciplinas;
- b) Colaborar no planejamento e realização de seleção dos estagiários e/ou monitores para o Laboratório;
- b) Incentivar e colaborar em atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao laboratório;
- c) Contribuir com ações que se destinem à aquisição de novos equipamentos e materiais para uso no laboratório;
- d) Participar da elaboração e realização de processos de avaliação contínua das atividades do laboratório;
- e) Contribuir com a criação de propostas de aperfeiçoamento do regulamento;
- f) Assegurar o cumprimento do regulamento de uso do Laboratório.

### RECOMENDAÇÕES GERAIS

- Estar ciente do regulamento que rege o funcionamento do Laboratório;
- Zelar pela conservação e limpeza do local;
- Respeitar os horários reservados para as aulas;
- Manter silêncio, salvo em atividades coletivas devidamente planejadas;
- Responsabilizar-se pelos seus objetos pessoais;
- Sempre utilizar fones de ouvido. Caso haja necessidade de trabalhar com áudio, torna-se necessária a autorização do professor ou responsável pelo espaço;
- Após o uso do Laboratório, guardar materiais, desligar computadores e monitores, colocar mesas e cadeiras no lugar;
- Não utilizar os computadores do Laboratório para armazenamento de arquivos. O usuário deverá manter os arquivos salvos em meios próprios como pendrives, HDs, CDs, etc;
- Os materiais do Laboratório somente poderão ser retirados mediante autorização, fazendo-se o registro em livro de empréstimo, com prazo definido para devolução. Haverá responsabilização sobre quaisquer danos provocados nos materiais;
- Apenas servidores poderão fazer login nos computadores do laboratório. Excepcionalmente, será fornecida pela chefia de departamento uma senha provisória para alunos;
- Os computadores devem ser desligados de forma adequada (via sistema).

### **É vedado ao usuário:**

- Consumir alimentos, bebidas, ou fazer uso de cigarros no laboratório;
- Retirar materiais e/ou equipamentos sem a autorização do responsável pelo laboratório;
- Acessar sites inadequados à ética, à moral, de natureza discriminatória, pornográfica ou racista;
- Acessar redes sociais, exceto quando autorizado pelo professor, ou esta servir para alguma finalidade da atividade executada;
  
- Alterar o funcionamento dos equipamentos computacionais pela instalação de softwares ou retirada de algum dos seus componentes;
- Durante as atividades será vetada a entrada de alunos de outras turmas e demais pessoas;

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 14º O usuário que não cumprir o presente Regulamento responderá por seus atos perante a Chefia de Departamento do DAA mediante advertência pedagógica e demais sanções disciplinares aplicáveis;

1) Qualquer dano ou prejuízo ao acervo do Laboratório de Ensino será de responsabilidade dos usuários.

Art. 15º Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pela Coordenação acadêmica, chefia de departamento e direção geral, juntamente com apreciação do Colegiado dos Cursos e demais partes envolvidas, em concordância com o que dispõe o projeto pedagógico dos cursos do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Goiânia Oeste.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BRASIL. Resolução CNE/CP nº1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>

GATTI, Bernardete A. Questão docente: formação, profissionalização, carreira e decisão política. In: CUNHA, Célio et al. **Políticas públicas de educação na América Latina: lições aprendidas e desafios.** Campinas: Autores associados, 2011.p.303-323.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIÁS. Câmpus Goiânia Oeste. Departamento de Áreas Acadêmicas. Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia. Goiânia, 2014.

LIBÂNEO, J.C. Ensinar a aprender, aprender a ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática. In: LIBÂNEO, J.C.; ALVES, N. (Org.). **Temas em pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 35-60.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. 2ª ed. IPF, São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELLOS, Celso. **Coordenação do trabalho pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

## **ANEXO III - Espaço lúdico de aprendizagem e desenvolvimento/Brinquedoteca)**

### **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO LÚDICO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO/BRINQUEDOTECA**

#### **Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Espaço Lúdico de Aprendizagem e Desenvolvimento/ brinquedoteca é um ambiente lúdico específico dos/das estudantes e dos/das docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Além disso, disponibiliza seu espaço à comunidade, atendendo, crianças de diferentes idades. Neste espaço, o planejamento de atividades é semestral e possibilita a construção do conhecimento em diversos contextos: socialização, autonomia e identidade, arte e movimento, música, lúdico (jogos, brinquedos e brincadeiras), literatura infantil, cultura, meio ambiente, higiene, conforme documentos normatizadores do MEC.

**Art. 2º** O Espaço Lúdico de Aprendizagem e Desenvolvimento/ brinquedoteca é um núcleo de apoio pedagógico do Curso de Pedagogia, no qual os/as estudantes têm a possibilidade de pensar, discutir, analisar, e investigar as brincadeiras, as interações, nos processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento da criança e tem como objetivos:

#### **Capítulo II DOS OBJETIVOS**

**Art. 3º** - O Espaço Lúdico de Aprendizagem e Desenvolvimento/ brinquedoteca do Curso de Licenciatura em Pedagogia tem como objetivo geral Propiciar um espaço no qual professores e estudantes do Curso de Pedagogia possam realizar práticas pedagógicas diversas e dedicar-se à conhecimento dos brinquedos do lúdico, o desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos de extensão, construção, elaboração, tendo como foco o processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento humano.

**Art. 4º** - São Objetivos específicos:

- ✓ Possibilitar que a comunidade utilize esse espaço de diferentes formas, realizem atividades lúdicas, brinquem, desenvolvam a expressão artística, transformem-se e descubram novos significados lúdicos e propiciem a interação e a troca entre todos os sujeitos, criança-criança, adulto-criança e adulto-adulto.
- ✓ desenvolver ou subsidiar estudos e práticas relativos às disciplinas do curso de Pedagogia, inclusive projetos ou ações interdisciplinares;
- ✓ realizar pesquisas sobre a importância das atividades lúdicas e do uso do brinquedo no desenvolvimento humano (principalmente na infância) e nos processos ensinoaprendizagem e desenvolvimento que ocorrem em espaços sociais, tais como: centros de educação infantil, escolas, centros comunitários e família.

- ✓ desenvolver atividades de extensão (comunidade), bem como eventos de cunho científico voltados a profissionais e comunidade acadêmica.
- ✓ criar brincadeiras e recursos pedagógicos que possam contribuir para a superação de dificuldades no processo ensino-aprendizagem (acadêmicas, relacionais, comunicacionais, de acessibilidade, entre outras) e para o fomento da criatividade.
- ✓ Contribuir para a conceituação de jogo, brinquedo e brincadeira e sua importância na educação;
- ✓ Oferecer informações, organizar cursos e divulgar experiências relacionadas a esse espaço;
- ✓ Elaborar ações lúdicas no que tange à construção do conhecimento diferentes, em diferentes áreas tais como matemática, alfabetização e letramento, ciências da natureza, ciências humanas, artes, literatura metodologias do ensino, etc.
- ✓ Formar profissionais que valorizem o lúdico, a brincadeira, a criatividade, e o exercício autônomo do pensamento.

### Capítulo III DO FUNCIONAMENTO

**Art. 5º** O Espaço Lúdico de Aprendizagem e Desenvolvimento/ brinquedoteca é um núcleo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento humano da Licenciatura em Pedagogia, no qual os/as estudantes podem discutir, analisar e investigar o brinquedo, brincadeiras e as diferentes atividades lúdicas no desenvolvimento humano.

**Art.6º** - Prevê-se o atendimento de grupos de crianças de diferentes idades e a visitação acontece, conforme planejamento específico das atividades que envolvem momentos de integração social (dinâmicas), brincar livre, música, dança, hora do conto, faz-de-conta, fantoches, jogos e brincadeiras dirigidas, projetos didáticos. Os horários são organizados em ação conjunta com Coordenação Pedagógica das instituições parceiras e também com a coordenação do espaço.

**Art.7º** Visa também à realização de oficinas, mini cursos, eventos em outras localidades tendo como parceria a instituição, sob responsabilidade de um docente, mediante apresentação e aprovação do projeto pela coordenadoria do curso.

**Parágrafo único** - Para as instituições públicas de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, as visitas devem ser agendadas com Monitor-Discente da Licenciatura em Pedagogia, respeitado o horário estabelecido para essa finalidade, pela Coordenação do Curso.

### Capítulo IV DO FUNCIONAMENTO

**Art. 8º** - O horário de atendimento do Espaço Lúdico de Aprendizagem e Desenvolvimento/ brinquedoteca será de segunda a sexta-feira, nos três turnos, e sábado no turno matutino. Para a utilização do referido espaço é necessário que se faça agendamento prévio com o/a Monitor/a.

## Capítulo V DOS RECURSOS HUMANOS

**Art.9º** O Espaço Lúdico de Aprendizagem e Desenvolvimento/ brinquedoteca conta com:

- ✓ Docentes do Curso de Pedagogia responsáveis por diferentes ações formativas dos/das estudantes.
- ✓ Monitores-discentes do curso de Pedagogia que realizam o papel de acompanhamento, orientação e realização das diferentes atividades previamente propostas que serão realizadas sob a orientação dos docentes.

## Capítulo VI DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 10º** - O docente responsável e os Monitores-discentes do curso de Pedagogia, em um trabalho coletivo e articulado, devem:

- a) zelar pelo espaço, pelos materiais, pelos jogos e brinquedos;
- b) cuidar do ambiente de forma criativa e construtiva;
- c) organizar e classificar os jogos e brinquedos;
- d) preparar os arquivos e registros;
- e) catalogar os materiais existentes;
- f) zelar pela limpeza e assepsia dos jogos e brinquedos;
- g) incentivar sempre o brincar e a construção do conhecimento;
- h) realizar planejamento das atividades semestrais (geral) e semanais (específicos);
- i) documentar por meio de relatórios as atividades desenvolvidas no espaço;
- j) estabelecer regras e normas de funcionamento do espaço, construída de forma dialógica com a comunidade docente e discente;
- k) comunicar irregularidades à coordenação do curso;

## Capítulo VII DAS ATIVIDADES

**Art. 11º**-As atividades deverão ser agendadas, constando: planejamento da atividade a ser desenvolvida; número de alunos participantes; objetivos do trabalho; conhecimentos a serem desenvolvidos; metodologia da atividade; assinatura do/da estudante e do/da professor/a responsável; e ciência da coordenação do espaço.

**Art. 12º** - As crianças atendidas serão cadastradas para fins de registro e possível participação em projetos realizados posteriormente pelo curso, sendo o uso de imagem previamente autorizado pelos pais ou responsáveis.

**Art. 13º** - O uso e empréstimo do acervo do Espaço Lúdico de Aprendizagem e Desenvolvimento/ brinquedoteca será permitido a toda comunidade do Câmpus.

**Art. 14º** - O espaço poderá ser utilizado também para:

- a) observação e participação em projetos de ensino, extensão e investigação científica, projetos estes que poderão ser desenvolvidos com a comunidade externa;
- b) participação e observação, juntamente com professores de diversas disciplinas;
- c) uso do espaço para o desenvolvimento de projetos de ensino, extensão e iniciação científica;
- d) consultas de materiais para preparação de aulas como apoio pedagógico.

**Art. 15º**- Os estragos ou defeitos no acervo do espaço devem ser comunicados pelos Monitores-discentes ao docente responsável pelo espaço e/ou a coordenação, para as providências necessárias.

## CAPÍTULO VIII DO ESPAÇO FÍSICO

**Art. 16º** - O Espaço Lúdico de Aprendizagem e Desenvolvimento/ localiza-se atrás do auditório com dimensões 8,60 x 6,30 m.

**Art. 17º** - Outras dependências do Câmpus poderão ser utilizadas de acordo com o número de alunos e da(s) atividade(s) a ser(em) desenvolvida(s).

## CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 18º**- As alterações destas Diretrizes orientadoras serão realizadas pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia à medida que se fizer necessário.

**Art. 19º**- Os casos omissos neste Regulamento serão avaliados e deliberados pelo colegiado juntamente com a Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia e o ouvido a direção geral, quando couber, em concordância com o que dispõe o Regimento institucional.

# Documento Digitalizado Público

## PPC - Pedagogia Versão final

**Assunto:** PPC - Pedagogia Versão final  
**Assinado por:** Dayanna Santos  
**Tipo do Documento:** Projeto  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- Dayanna Pereira dos Santos, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC1 - OES-CCLP, em 14/11/2024 09:51:39.

Este documento foi armazenado no SUAP em 14/11/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 637605

**Código de Autenticação:** f0db3d297e

